



**Câmara Municipal
de Oeiras**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE FEVEREIRO DE 2021

ATA NÚMERO QUATRO/DOIS MIL E VINTE E UM

- 1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**
- 2 - APROVAÇÃO DE ATAS**
- 3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA**
- 4 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS**
- 5 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA HELOÍSA APOLÓNIA**
- 6 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JOAQUIM RAPOSO**
- 7 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO**
- 8 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR**
- 9 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA**
- 10 - INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR PEDRO PATACHO**
- 11 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA MARLENE RODRIGUES**
- 12 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES**
- 13 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR CARLOS MORGADO**
- 14 - INFORMAÇÕES – SR. VICE-PRESIDENTE**
- 15 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE**
- 16 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES**
- 17 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ MARREIROS**
- 18 - PROPOSTA Nº. 1171/20 - GAP - AFIXAÇÃO DE MENSAGENS DE PROPAGANDA
POLÍTICA E ELEITORAL NO CONCELHO DE OEIRAS**
- 19 - PROPOSTA Nº. 45/21 - DP - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE
INTERNACIONAL, PARA A CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE 5
PARQUES DE ESTACIONAMENTO NO CONCELHO DE OEIRAS, EM REGIME DE**

CONCESSÃO DE OBRA E SERVIÇO PÚBLICO

- 20 - PROPOSTA Nº. 46/21 - DVM - ADJUDICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS DE PASSAGEIROS, NA MODALIDADE DE FORNECIMENTO CONTÍNUO**
- 21 - PROPOSTA Nº. 47/21 - DPU - PROCº. Nº. 11/2018-SPO - LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO PARA OS TERRENOS LOCALIZADOS EM QUEIJAS**
- 22 - PROPOSTA Nº. 48/21 - DPOC - TARIFÁRIO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS 2021**
- 23 - PROPOSTA Nº. 49/21 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO, POR CONCURSO PÚBLICO, DESTINADO AO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRELHAS, LINHAS DE VIDA E AREJADORES DE ALTA SEGURANÇA**
- 24 - PROPOSTA Nº. 50/21 - SIMAS - CP 20067/2020 - EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, RAMAIS DE LIGAÇÃO E ACESSÓRIOS EM DIVERSOS LOCAIS DO CONCELHO DE OEIRAS, ANOS DE 2021 E 2022 - SUSPENSÃO DO ATO DE CONSIGNAÇÃO**
- 25 - PROPOSTA Nº. 51/21 - SIMAS - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DESTINADA À CONSTRUÇÃO DO NOVO RESERVATÓRIO DO ALTO DE SANTA CATARINA, NO CONCELHO DE OEIRAS - RATIFICAÇÃO-SANAÇÃO DO ATO PRATICADO PELO JÚRI DO PROCEDIMENTO DE REJEIÇÃO DOS ERROS E OMISSÕES APRESENTADOS PELOS INTERESSADOS**
- 26 - PROPOSTA Nº. 52/21 - SIMAS - APROVAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DOS MUNICÍPIOS DE OEIRAS E AMADORA BEM COMO DO RESPETIVO REGULAMENTO ORGÂNICO**



**Câmara Municipal
de Oeiras**

- 27 - PROPOSTA Nº. 53/21 - DGP - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 15/2020**
- 28 - PROPOSTA Nº. 54/21 - DGF - ATRIBUIÇÃO DOS FUNDOS DE MANEIO PARA 2021**
- 29 - PROPOSTA Nº. 55/21 - DOM - Pº. 05188/UGPO/20 - “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DIREÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA OBRA DO FÓRUM MUNICIPAL” - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR, 2º. PRELIMINAR E FINAL DO JÚRI - DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO**
- 30 - PROPOSTA Nº. 56/21 - DOM - Pº. 2020/130-DEM - “INTERVENÇÕES DE REPARAÇÃO PARA MANUTENÇÃO EM ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL - PARQUE DOS POETAS” - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR E FINAL E CONSEQUENTE ADJUDICAÇÃO - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**
- 31 - PROPOSTA Nº. 57/21 - Pº. 2020/199-DEM - “LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE COBERTURAS DOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS E MERCADOS DE OEIRAS” - DECISÃO DE CONTRATAR, ADOÇÃO DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO E APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**
- 32 - PROPOSTA Nº. 58/21 - DGP - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 11/2020**
- 33 - PROPOSTA Nº. 59/21 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE CONCESSÃO DE SUBSÍDIO MENSAL AO CCD PARA O ANO DE 2021**
- 34 - PROPOSTA Nº. 60/21 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE CONCESSÃO DE SUBSÍDIO DE APOIO À ESTRUTURA AO CCD PARA O ANO DE 2021**
- 35 - PROPOSTA Nº. 61/21 - PCM - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AOS BOMBEIROS DO CONCELHO PARA DESENVOLVIMENTO DAS SUAS ATIVIDADES**
- 36 - PROPOSTA Nº. 62/21 - DP - ISENÇÃO E REDUÇÃO DO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÕES EM IMÓVEIS MUNICIPAIS CEDIDOS PARA FINS NÃO**

**HABITACIONAIS, TAXAS DE PUBLICIDADE E TOLDOS, FEIRAS E MERCADOS
PARA O PRIMEIRO E SEGUNDO TRIMESTRE DE 2021**

- 37 - PROPOSTA Nº. 63/21 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO AGRUPAMENTO 1126 DE PORTO SALVO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES, NO ÂMBITO DO ASSOCIATIVISMO JUVENIL**
- 38 - PROPOSTA Nº. 64/21 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO MUSICAL E ESCOLAR CRUZ QUEBRADENSE, NO ÂMBITO DA ARTE URBANA NO SEU EDIFÍCIO**
- 39 - PROPOSTA Nº. 65/21 - DGSH - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO RELATIVO AO FOGO SITO NA RUA JOAQUIM MATIAS, Nº. 54, 1º. ESQ., NO BAIRRO DA RIBEIRA DA LAJE**
- 40 - PROPOSTA Nº. 66/21 - DGSH - TRANSFERÊNCIA PARA FOGO SITO NA AVENIDA INFANTE SANTO, Nº. 32, R/C ESQ., NO BAIRRO CASAL DA MEDROSA, POR NECESSIDADE DE MUDANÇA PARA PISO TÉRREO**
- 41 - PROPOSTA Nº. 67/21 - DCS - DESCABIMENTAÇÃO DE COMPROMISSO ORÇAMENTAL DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 532/2018, DE 21 DE JULHO**
- 42 - PROPOSTA Nº. 68/21 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS COM MEDICAMENTOS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS - MEDIDA SAÚDE + - DESCABIMENTAÇÃO DE VERBA RELATIVA À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 652/2019**
- 43 - PROPOSTA Nº. 69/21 - DCS - FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - REFORÇO DE VERBAS EXCECIONAL A ENTIDADES PARCEIRAS**
- 44 - PROPOSTA Nº. 70/21 - DPOC - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DA 1ª. ALTERAÇÃO PERMUTATIVA ORÇAMENTAL DE 2021**
- 45 - PROPOSTA Nº. 71/21 - GCAJ - INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO**



Câmara Municipal
de Oeiras

“REGULAMENTO DE APOIO EXTRAORDINÁRIO À RECUPERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA NO CONCELHO DE OEIRAS NO ÂMBITO DA PANDEMIA COVID-19”

- 46 - PROPOSTA Nº. 72/21 - DRU - Pº. 43/DRU/2020 - “HABITAÇÃO JOVEM NA AVª. PATRÃO JOAQUIM LOPES, NºS 11-15, EM PAÇO DE ARCOS” - APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO E ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO DA EMPREITADA**
- 47 - PROPOSTA Nº. 73/21 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ALUNOS DAS BANDAS FILARMÓNICAS DO CONCELHO DE OEIRAS NA ESCOLA DE MÚSICA NOSSA SENHORA DO CABO – EMNSC**
- 48 - PROPOSTA Nº. 74/21 - DPOC - 2ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA 2021**
- 49 - PROPOSTA Nº. 75/21 - DRU - PROCEDIMENTO Nº. 02/DRU/20 - “REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA QUINTA DA ESTRANGEIRA”, NO CASAL DA CHOCA - APROVAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL E ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA, APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO E ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL**
- 50 - PROPOSTA Nº. 76/21 - DCS - MEDIDAS SOCIAIS DE MITIGAÇÃO DOS EFEITOS NEGATIVOS DO SURTO PANDÉMICO POR COVID-19**
- 51 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**



Câmara Municipal
de Oeiras

----- ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE FEVEREIRO DE 2021 ---

----- ATA NÚMERO QUATRO/DOIS MIL E VINTE E UM -----

----- Aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, nesta Vila de Oeiras, reuniu em videoconferência, através da Plataforma Ciscowebex, a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e Vereadores Carlos Alberto Ferreira Morgado, Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Joaquim Moreira Raposo, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutor Armando Agria Cardoso Soares, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia, Professora Doutora Marlene Braz Rodrigues e Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto. -----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às quinze horas e vinte minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia. -----

2 - APROVAÇÃO DE ATAS: -----

----- O **Senhor Presidente** submeteu à votação a ata número trinta e nove, de dois mil e vinte, de vinte e nove de dezembro, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia. -----

----- E ata número um, de dois mil e vinte e um, de oito de janeiro, previamente

distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo e Armando Soares. -----

-----Não participou na votação a Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, por não ter estado presente na reunião, nos termos do artigo trigésimo quarto, número três, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA: -----

-----Foi presente o balancete de tesouraria, relativo ao período de um de fevereiro de dois mil e vinte e um a cinco de fevereiro de dois mil e vinte e um, tendo o **Senhor Presidente** informado da disponibilidade orçamental, previsão de tesouraria, compromissos em aberto e execução do orçamento de dois mil e vinte e um, constatando-se um saldo orçamental positivo de cento e um milhões trezentos e setenta e um mil novecentos e setenta euros. -----

4 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS: -----

-----Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, a Câmara tomou conhecimento dos principais assuntos tratados na reunião do Conselho de Administração dos SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora realizada no passado dia um de fevereiro, os quais são:-- -----

-----“Informações: -----

-----Tomou conhecimento do balancete do movimento de tesouraria;-----

-----Tomou conhecimento do relatório da presença digital dos SIMAS - Quarto trimestre de dois mil e vinte.-----

-----Incumprimento do prazo final de obra por factos imputáveis à entidade executante - Remodelação de redes de abastecimento de água na Rua Carlos Luz, em Paço de Arcos e na Rua



da Figueirinha, junto ao Cemitério, Concelho de Oeiras” - Concurso público vinte mil e vinte e um, de dois mil e vinte - Despacho da Senhora Vogal do Conselho de Administração doutora Joana Baptista, datado de vinte e um de janeiro de dois mil e vinte e um, relativo à advertência escrita que deverá ser feita á JPMAENG, pelo não cumprimento do caderno de encargos; -----

----- Tomou conhecimento do ofício do Tribunal de Contas dirigido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras - Participação ao Tribunal de Contas do Relato de Auditoria aos Sistemas de Informação e da Auditoria à Gestão Comercial e Financeira e da Contratação Pública dos SIMAS de Oeiras e Amadora. -----

----- -Proposta de ratificação: -----

----- Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo - Unidade Laboratorial - Proposta de não renovação - Foi ratificado, por unanimidade, o despacho de autorização da Senhora Vogal do Conselho de Administração doutora Joana Baptista, datado de vinte e um de janeiro de dois mil e vinte e um. -----

----- - Propostas de deliberação: -----

----- Homologação de relatório de avaliação final de período experimental - Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo para provimento de um Assistente Técnico para a Divisão Comercial - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Homologação de relatório de avaliação final de período experimental - Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para provimento de um Assistente Técnico para a Divisão Comercial - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Homologação de relatório de avaliação final de período experimental - Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo para provimento de um Assistente Técnico para a Divisão Comercial - Foi aprovado, por

unanimidade, o proposto; -----

-----Pedido de abertura de oferta de mobilidade na categoria entre órgãos para a carreira e categoria de Assistente Técnico na Divisão de Saneamento da Amadora - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Pedido de autorização para consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria do Assistente Técnico, no mapa de pessoal do Instituto de Informática, I.P. - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Pedido de autorização para exercício de funções após aposentação por limite de idade, ao abrigo do disposto no artigo ducentésimo nonagésimo quarto-A, aditado à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, pelo Decreto-Lei número seis, de dois mil e dezanove, de catorze de janeiro, de Técnica Superior - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Pedido de mobilidade interna na categoria para os SIMAS de Oeiras e Amadora, de Assistente Técnica do mapa de pessoal da Provedoria da Justiça - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Mobilidade interna na categoria para a Divisão de Contabilidade, de um Assistente Técnico, por recurso a publicitação de oferta de mobilidade na Bolsa de Emprego Público - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Proposta de renovação de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo de um Assistente Técnico, para a Divisão de Contratação Pública -Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Proposta de renovação de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo de um Assistente Técnico, para a Divisão de Contratação Pública - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Proposta de renovação de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo de um Técnico Superior, para a Divisão de Informática e Sistemas de Informação



Câmara Municipal
de Oeiras

- Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Procedimento por concurso público, por lotes, destinado à aquisição de serviços de recolha, transporte e tratamento de resíduos laboratoriais, pelo prazo de três anos (dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três - Adjudicação às empresas “Ambimed - Gestão Ambiental, Limitada”, para o lote um, pelo preço base de oito mil seiscentos e catorze euros e oitenta centimos, acrescido de IVA à taxa legal e à “ECODEAL - Gestão Integral de Resíduos Industriais, Sociedade Anónima”, destinada ao lote dois, pelo preço base de oito mil setecentos e setenta e três euros e vinte centimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, totalizando um valor de dezassete mil trezentos e oitenta e oito euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a executar nos anos de dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Procedimento, por consulta prévia a três entidades, para a prestação de serviços, destinada à assessoria jurídica para apoio ao Conselho de Administração - Adjudicação à empresa “Vitor Pinho - Advogados”, pelo valor de quarenta e oito mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de vinte e quatro meses - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Procedimento por concurso público, com publicidade internacional, mediante adjudicação por lotes, destinado à aquisição de serviços de seguros do ramo “não vida” - Adjudicação à entidade “UNA, Seguros, Sociedade Anónima”, para o lote um - Seguro de Acidentes de Trabalho, pelo valor de cento e vinte e cinco mil trezentos e setenta e um euros e oitenta e nove centimos, com um prazo de execução de um ano e à entidade “Lease Plan”, para o lote três - Seguro de Frota Automóvel, pelo valor de cento e setenta e quatro mil quatrocentos e oitenta euros e vinte e oito centimos, ambos isentos de IVA, com um prazo de execução de vinte meses - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Primeira Alteração Orçamental Permutativa das Despesas Correntes e Capital, PPI e

Plurianuais - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----
-----Ciclo tarifário para o ano de dois mil e vinte e um - Foi aprovado, por unanimidade, o
proposto”. - -----

5 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA HELOÍSA APOLÓNIA:-----

-----A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** prestou à Câmara as seguintes
informações: -----

-----“Nós recebemos há uns tempos uma denúncia de uma cidadã do Município de Oeiras
sobre a dificuldade de contacto com os SIMAS, eu própria tive uma situação para tratar e fiz
questão de proceder ao contacto telefónico, tal como está disponível para qualquer munícipe, e
confirmei a razão desta cidadã, da dificuldade de contacto telefónico com serviços dos SIMAS
para tratar de questões de apoio aos consumidores e, nesse sentido, venho alertar a Câmara
Municipal para esta questão, porque foi absolutamente desesperante, foram dias a fio com
tentativas de contacto, portanto, venho procurar saber quais são os meios humanos que estão,
neste momento, disponíveis nos SIMAS para que este contacto de apoio ao consumidor se faça,
para tentar perceber a razão desta dificuldade da relação dos SIMAS com os cidadãos que
pretendem contactar os serviços porque têm assuntos para tratar.-----

-----Gostava de deixar o alerta e procurar perceber a razão de ser desta dificuldade de
contacto, especialmente, numa altura em que os contactos se fazem justamente via telefone ou
por email, tendo em conta a situação em que vivemos. -----

-----Uma outra questão que gostava de levantar prende-se com o seguinte: nós neste
momento e face à situação que vivemos estamos a fazer reuniões de Câmara em modo virtual e
compreende-se perfeitamente porquê, acontece que este meio amputa a possibilidade de
participação dos cidadãos nas reuniões de Câmara, ou seja, neste momento, não temos criadas as
condições para que os munícipes de Oeiras possam participar como faziam nas reuniões de
Câmara e venho saber de está pensada alguma forma de podermos abrir uma parte da reunião, tal



Câmara Municipal
de Oeiras

como fazíamos anteriormente para a participação dos cidadãos e a divulgação dessa possibilidade. -----

----- Queria, ainda, solicitar ao Senhor Vereador Nuno Neto e à Senhora Vereadora Teresa Bacelar para nos dar a informação, como é costume, sobre a evolução da COVID-Dezanove no Concelho.- -----

----- Por último, está em consulta pública, através de um aviso de doze de janeiro, o Projeto do Porto Cruz, no Jamor, acontece que, ao que parece, essa consulta pública só é permitida presencialmente, ou seja, as pessoas só podem consultar os documentos presencialmente, mas tendo em conta a questão da pandemia, não faria sentido que a Câmara Municipal pudesse disponibilizar os documentos “online” para as pessoas poderem consultar e participarem na consulta pública que decorre de quinze de janeiro num prazo de trinta dias, ou seja, não tarda está terminada?”-----

----- O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Dando sequência àquilo que foram alguns pedidos que nos chegaram, eu quero dizer que a discussão pública seria quinze dias, é o que a lei diz, mas nós já pusemos trinta dias, apesar de tudo eu acabei de fazer um despacho a prolongar por mais quinze dias, porque já é possível fazer a consulta “online”.”-----

6 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JOAQUIM RAPOSO: -----

----- O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** prestou à Câmara as seguintes informações: -

----- “Relativamente à proposta de deliberação setenta e seis, disponibilizada no dia um de fevereiro às catorze horas e doze minutos, conhecendo bem o que está em causa, percebendo, inclusivamente, a bondade da proposta e tendo em conta que é um conjunto de medidas sociais de mitigação em relação aos efeitos negativos da COVID e dado ser uma nova linha de emergência social com grande profundidade, que envolve quatro milhões trezentos e vinte e três mil euros, embora a proposta tenha vindo já no dia um de fevereiro, não quero pôr em causa esta

proposta.-----

-----Penso que esta proposta tem a ver com aquilo que será, ou não, a disponibilização de verbas comunitárias, no âmbito do apoio às questões do COVID, nesse sentido, percebo a urgência, quem tiver o processo em andamento e todas as condições, as suas candidaturas poderão não ficar de fora, porque tudo o que tem a ver com as verbas comunitárias são muito mais rigorosas em relação ao cumprimento de prazos, se a questão é essa não tenho nenhum problema em podermos discutir e votar a proposta, mas caberá ao Senhor Presidente dizer se é importante para um bom andamento e para estar a tempo e horas para quando vierem as candidaturas o processo já estar em curso.-----

-----Relativamente à proposta de deliberação mil cento e setenta e um, que é do ano passado, volta a falar da autorização da fixação de propaganda política e na última discussão que tivemos, antes das eleições presidenciais, tinha ficado sugerido, e penso que reunia algum consenso, se pudéssemos fazer essa discussão de uma forma mais calma tendo em conta que era preciso envolver não só quem está na Câmara e na Assembleia, mas os partidos que não estão representados e que deviam opinar sobre a matéria, tanto mais que eu tive a oportunidade de ler um acórdão feito de propósito para a Câmara de Lisboa, que queria que se mantivesse e não entrasse procedimento em relação àquilo que é a inconformidade dessa norma, de qualquer maneira, há um conjunto de interpretações feitas por alguns Municípios em relação ao chamado regulamento de fixação de publicidade e propaganda política e depois tem a parte de alguns artigos em relação à ação política que tem um conjunto de regras que é para todos, depende dos meios de propaganda a utilizar.-----

-----Em relação à questão de não poderem fixar propaganda política tem de haver um entendimento entre os partidos e não do ponto de vista de uma decisão que põe em causa o direito de liberdade, se não for assim eu terei aqui uma posição votando contra.-----

-----Há na lei umas questões claras sobre os edifícios, nomeadamente edifícios históricos,



Câmara Municipal
de Oeiras

assim como questões que possam pôr em causa a visibilidade, por causa dos acidentes, tudo o resto não há limitações. -----

----- O regulamento que existe é mais um regulamento global onde também engloba as questões de atividade política dos partidos durante o ano e em processos eleitorais, são essas questões que acho que se devia procurar haver um melhor consenso para não haver ninguém aqui a dizer que queremos cortar o direito aos partidos e isso não é possível alterar, só na Assembleia da República e não outro organismo qualquer. -----

----- Não sei se o Senhor Presidente mantém a ideia de podermos fazer a discussão de outra forma e chamar alguns partidos para dar a sua opinião.”-----

7 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO: -----

----- O Senhor Vereador Nuno Neto prestou à Câmara as seguintes informações: -----

----- “Começando por informar os números COVID dos nossos funcionários, temos desde o início da pandemia até ao dia um de fevereiro, duzentos e cinquenta e oito casos confirmados, cento e noventa e oito casos recuperados, cinquenta e nove casos ativos, um internado e cento e onze pessoas em vigilância. -----

----- Na sequência do aumento do número de casos em geral no País e também em Oeiras nos afetou, devo informar que foi necessário alertar, não implementar novas medidas, porque as medidas que tínhamos tomado eram as acertadas e as possíveis, mas recordar todos os Dirigentes, várias vezes, para o cumprimento estrito daquilo que são os procedimentos de segurança e daquilo que são as normas. -----

----- Neste sentido, temos acompanhado uma ou outra situação de reclamações pontuais de algum trabalhador ou algum Serviço e temos tentado manter genericamente a calma de todos, eu compreendo que os números do País assustam, mas a situação interna mantém-se controlada e tranquila.” -----

8 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR:-----

-----A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** prestou à Câmara as seguintes informações:

-----“Quem é beneficiário da medida de comparticipação de medicamentos, Cartão Sessenta e Cinco Mais, já está disponível para se candidatarem a um valor de cinquenta euros, por mês para aquecerem as suas casas, uma vez que, estarão confinados, é bom que estejam confortáveis e seguros. -----

-----Até à data, no espaço de uma semana, tivemos cento e quarenta deferimentos deste apoio. -----

-----Respondendo às questões do Senhor Vereador Joaquim Raposo na reunião de Câmara anterior, queria fazer aqui um breve resumo sobre o Programa Oeiras Solidária e toda a atividade que foi feita e desenvolvida no ano de dois mil e vinte:-----

-----Entidades apoiantes: setenta e uma; -----

-----Entidades apoiadas: noventa e oito;-----

-----Número de apoios mediados: cento e setenta e seis; -----

-----Donativos financeiros: quarenta e sete mil e oitocentos euros; -----

-----Donativos em géneros: trinta e quatro mil quinhentos e cinquenta e quatro euros e quarenta e seis cêntimos; -----

-----Beneficiários: quinhentas e vinte e nove famílias diretamente através de cabazes e as restantes através das IPSS.-----

-----Posso dizer que comparativamente entre dois mil e dezanove e dois mil e vinte houve um acréscimo de donativos financeiros de cerca de trinta e quatro mil euros e relativamente aos donativos em géneros, que muitos não se podem quantificar, tivemos um aumento de dez mil euros. -----

-----Queria ainda fazer aqui uma referência relativamente à vacinação, como sabem iniciámos a vacinação da primeira dose nos lares no dia vinte e um e vinte e dois de janeiro e foram vacinadas cerca de mil e seiscentas pessoas, entre funcionários, utentes dos lares e das



Câmara Municipal
de Oeiras

residências séniores e de deficiência.-----

----- Para que fosse possível realizar-se nas melhores condições a Câmara Municipal de Oeiras fez um reforço de dezasseis enfermeiros e foi possível vacinar todas estas pessoas no prazo de dois dias.-----

----- Agora teremos uma segunda dose que será no dia onze e doze de fevereiro e faltam os restantes que estavam com situações de surto, que são cerca de seiscentas pessoas. -----

----- Vai começar a segunda fase de vacinação, prevê-se vacinar todos os munícipes com mais de oitenta anos e todos os munícipes com mais de cinquenta anos com doença crónica, está a ser montada entre várias unidades da Câmara um centro de vacinação COVID-Dezanove para responder às necessidades do Município, no Pavilhão Carlos Queiroz. -----

----- Tenho que vos informar também que nos foi solicitado pela ACES vários tipos de apoio desde computadores, impressoras, ligações de rede, suítes, ligações de eletricidade, mesas, cadeiras, caixotes do lixo, contentores, cadeiras de rodas, frigoríficos, ambulâncias, vigilância, limpeza, refeições, sinalética, recursos humanos e vamos reforçar a equipa do ACES com mais enfermeiros e jovens para estarem disponíveis para auxiliar as pessoas em todo este processo. ----

----- Relativamente aos dados COVID do Município, temos um total de dez mil trezentos e noventa e três casos acumulados, sete mil quinhentos e quarenta e quatro recuperados, cento e quarenta e um óbitos e dois mil setecentos e oito ativos. -----

----- Nos últimos catorze dias tivemos um total de três mil trezentos e trinta e três casos novos o que nos dá uma incidência de mil novecentos e quatro casos por cem mil habitantes.” ----

9 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA:-----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** prestou à Câmara as seguintes informações:-

----- “Em jeito de complemento àquilo que acabou de mencionar a Senhora Vereadora Teresa Bacelar, de facto, o ACES fez-nos um pedido, isto é importante ser mencionado, porque este pedido foi apresentado junto do Senhor Presidente da Câmara no passado fim-de-semana e

estamos em tempo recorde, portanto, em cinco dias, desde segunda-feira até sexta-feira tentar materializar todos os pedidos que o ACES fez e o ACES na realidade fez-nos todos os pedidos com exceção das vacinas, que nós esperamos que estejam cá no dia em que foi programado, no dia oito de fevereiro, segunda-feira.-----

-----Todos os Serviços e os Vereadores que estão a acompanhar esta iniciativa queremos querer que na sexta-feira toda ela está concluída em termos de instalação deste o Centro COVID, no Pavilhão Carlos Queiroz, de modo que, no sábado o Senhor Presidente com o Doutor Rafic, do ACES, possam vistoriar aquilo que está instalado naquele pavilhão desportivo para que qualquer lacuna ou omissão seja suprimida ainda no domingo. -----

-----Dizer também em complementaridade que a título de cautela não estamos a montar seis gabinetes de vacinação, foi nos solicitado seis, mas estamos a montar doze gabinetes de vacinação, é um investimento mais significativo, mas o Município de Oeiras quer estar devidamente capacitado se efetivamente a vacinação em massa acontecer e é isso que esperamos que aconteça no Município de Oeiras, que em tempo recorde, devidamente deu cumprimento àquilo que o ACES solicitou. -----

-----Em resposta àquilo que a Senhora Vereadora Heloísa Apolónia questionou, existem, de facto, dificuldades de contacto com o “call center” dos SIMAS, isto em virtude do elevado número de chamadas que se têm registado e também porque os balcões estão fechados, por isso, originam um número muito significativo de chamadas, mas não quero deixar de dizer que é uma situação que tem de ser corrigida e eu como Administradora não deixo de lamentar, mas gostava que me pudesse reportar o nome e o contacto do cliente para ainda hoje os Serviços entrarem em contacto para se resolver o problema.-----

-----Agora em jeito de informações dar-vos conta que tenho dado seguimento a visitas a todos os equipamentos sob a gestão da Oeiras Viva, tendo em vista o levantamento exaustivo de todas as suas necessidades e melhor programar as intervenções ou estipulando o seu grau de



Câmara Municipal
de Oeiras

prioridade. -----

----- Na semana passada visitei, acompanhada pela equipa técnica do Departamento de Obras e técnicos da Oeiras Viva, a Piscina Oceânica, recordei que foi projetada e construída pelo Gabinete de Apoio às Verbas do Jogo, inaugurada em mil novecentos e noventa e cinco, um investimento de quatro milhões e trezentos mil euros, está desde dois mil e um sob a gestão da Oeiras Viva, face à precária manutenção preventiva tem-se registado desde essa data de mil novecentos e noventa e cinco, já passaram vinte e seis anos, é muito tempo e a manutenção não tem sido aquela que seria a desejável, significa que urge intervir na Piscina Oceânica designadamente em zonas mais problemáticas, que é o caso da casa das máquinas e das pranchas de saltos, com maior urgência, o que vai implicar um investimento significativo e é isso que nos preparamos que aconteça já este ano. -----

----- Ao nível do Departamento de Ambiente estamos a concluir as plantações na ciclovia empresarial, estamos a dar continuidade a trabalhos de requalificação e reabilitação dos espaços naturais da Estação Agronómica Nacional, dando cumprimento a um dos objetivos do Senhor Presidente desde o dia quatro de outubro de dois mil e dezanove, que é abrir a Estação Agronómica Nacional no dia Sete de Junho de dois mil e vinte e um, estamos a fazer todos os esforços para que tal aconteça. -----

----- No mês de janeiro demos continuidade também à instalação de mais de dezanove papeleiras inteligentes, em Carnaxide e Linda-a-Velha e nos jardins municipais de Caxias, Paço de Arcos e Algés. -----

----- No que respeita ao Departamento de Obras, o último mês de janeiro também foi um mês muito importante, porque toda a equipa do Departamento de Obras esteve a ultimar projetos que há muito se consideravam prioritários e estratégicos que acontecessem ao nível da realização da empreitada, portanto, para nos prepararmos para o exercício inerente à primeira revisão orçamental de dois mil e vinte e um. -----

-----O mês de janeiro foi muito importante, porque implicou um grande esforço e dedicação por parte de toda a equipa, o qual agradeço, porque ainda hoje da parte da manhã estive a ultimar com o Senhor Presidente todos os projetos que estão capacitados para ser lançada a empreitada de obra pública, portanto, o ano de dois mil e vinte e dois e seguintes vão ser anos muito fartos em obras, que serão estruturantes para o Município de Oeiras, designadamente ao nível das grandes vias da mobilidade suave, da requalificação dos equipamentos escolares, dos equipamentos infantis, dos equipamentos “fitness”, vão ser anos muito ricos em que esta Administração ficará muito alegre com a concretização de muitos dos objetivos que há muito tinham sido elencados pelo Senhor Presidente.” -----

10 - INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR PEDRO PATACHO: -----

-----O Senhor Vereador Pedro Patacho prestou à Câmara as seguintes informações: ---

-----“Como sabem foi decretada uma suspensão das atividades letivas e não letivas e, nessa altura, ativamos o dispositivo que já tínhamos construído em dois mil e vinte, aquando do primeiro confinamento e isso permitiu-nos muito rapidamente garantir o serviço de acolhimento às crianças e jovens com a necessidade desse serviço. -----

-----A reativação deste dispositivo inclui não apenas o serviço de acolhimento, mas também o fornecimento de refeições a crianças e alunos em situação de vulnerabilidade e para as suas famílias e ativou-se também o serviço de apoio psicológico para as famílias em situação de confinamento. -----

-----O serviço de refeições, se bem se recordam, não era apenas para os alunos, era também para os agregados familiares e também para trabalhadores essenciais, até ao momento já foram servidas cinco mil cento e catorze refeições aos trabalhadores essenciais, numa média de setecentos e trinta e uma por dia, em contexto escolar estamos a garantir refeições sete dias por semana a duzentas e cinquenta e cinco famílias, numa média de seiscentas e oitenta e nove refeições por dia e um total acumulado até agora de oito mil e duzentas refeições. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Temos acompanhado de muito perto, e é uma resposta que está a fazer diferença na vida das pessoas, por ser bastante mais abrangente do que aquilo a que estaríamos obrigados de acordo com as orientações do Governo, porque é uma resposta não apenas para as crianças durante a ação social escolar, mas para todos aqueles que a escola verifique que estão numa situação de necessidade e não apenas para as crianças, mas para toda a família, sete dias por semana. --- -----

----- Entretanto, no dia dois de fevereiro foi enviado pela Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares um comunicado às escolas relativamente ao início das atividades letivas no dia oito de fevereiro numa modalidade que podemos chamar mista, porque se, por um lado é à distância para a generalidade, as escolas devem-se organizar para garantir o apoio educativo presencial às crianças e jovens com dificuldades e em risco de insucesso ou abandono escolar, temos estado a trabalhar com todos os agrupamentos de escolas, no sentido de prepararmos a reabertura destas atividades, já está concluído o levantamento das necessidades relativamente a equipamento tecnológico, “routers” de internet para professores e para alunos, desta vez temos um “mix” de soluções que podemos ativar, se por um lado, alguns “kits” tecnológicos fornecidos pelo Ministério da Educação já chegaram às escolas, uma grande parte ainda não chegou, há uma quantidade apreciável de equipamento tecnológico que estava afeto ao projeto inovação pedagógica Mochila Leve que está nas escolas e os diretores dos agrupamentos podem agora reorganizar e gerir a sua distribuição e sobrá ainda alguma necessidade de acordo com aquilo que já foi também anunciado pela Câmara Municipal e preparado com os diretores de agrupamentos e estamo-nos a organizar para conseguir fornecer às famílias que tenham essa necessidade. -----

----- O trabalho de preparação do reinício de atividade letiva está a correr muito bem, é de assinalar, por exemplo, há quatro agrupamentos do nosso Concelho, os agrupamentos de escolas de Santa Catarina, Miraflores, Linda-a-Velha e Carnaxide, que estão muito dinâmicas na

preparação da reativação das atividades letivas, o que é muito muito positivo esta colaboração entre os agrupamentos de escolas, os restantes, no resto do Concelho, também se estão a organizar e o contacto com a Câmara é diário e muito próximo para preparámos o reinício das atividades.- -----

-----De assinalar também neste contexto que tivemos o serviço de acolhimento, que até à data acolheu quarenta e sete crianças de várias idades e através da Agenda da Ciência e um dos seus parceiros, o ITQB, está a ser disponibilizado no serviço de acolhimento várias atividades pelos seus professores, alunos, investigadores e monitores, que vão continuar a existir nas escolas mesmo depois do dia oito de fevereiro e também o reforço das atividades educativas do programa Oeiras Educa disponibilizadas “online” para os professores, no âmbito das suas tarefas e atividades com os alunos.-----

-----Gostaria ainda de prestar também a informação, porque é relevante para o Executivo Municipal este “feedback”, que é representativo de muitos outros jovens do nosso Concelho beneficiários do programa de bolsas de estudo, recebemos há pouco tempo uma comunicação de um jovem ex-aluno da Escola Secundária Quinta do Marquês e bolseiro da Câmara Municipal de Oeiras, que não só terminou com muito sucesso o seu mestrado integrado em Arquitetura, na Faculdade de Arquitetura de Lisboa, como foi o vencedor de um Prémio Internacional de Arquitetura com o seu trabalho de prestígio, onde apresentou um projeto para a requalificação das ruínas do Forte de Vera Cruz, na Praia da Figueira, no Algarve. -----

-----É um exemplo entre muitos outros que nos deve orgulhar do apoio que através das suas políticas tributivas o Município de Oeiras garante àqueles que precisam para prosseguirem os seus sonhos e a sua vontade de vencer.” -----

11 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA MARLENE RODRIGUES:-----

-----A Senhora Vereadora Marlene Rodrigues prestou à Câmara as seguintes informações:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Eu gostaria de saber qual é o plano de vacinação para o Município, porque sei que o pelouro da Senhora Vereadora Teresa Bacelar tem trabalhado imenso no sentido de conjugar esforços com o ACES de Oeiras.” -----

12 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES: -----

----- O Senhor Vereador Armando Soares prestou à Câmara as seguintes informações: -

----- “No seguimento dos pelouros que estão sob a minha tutela relativamente aos mercados, gostaria de dizer que os tenho visitado com frequência e registo, neste momento, uma grande dificuldade, todos aqueles que lá desempenham as suas funções não poderem ter alguma retribuição financeira, estão a atravessar uma dificuldade bastante grande por comparação àquilo que tinha sido o período inicial da pandemia, ao que parece, neste momento, a população já frequentará mais os hipermercados e supermercados do que frequenta os mercados, de forma que, sinto ali alguma dificuldade em esses portugueses e nossos concidadãos poderem dali fazer o seu ganha-pão diário, portanto, dessa forma as medidas que a Câmara Municipal possa tomar no sentido de os ajudar serão sempre bem-vindas, porque registo ali grandes dificuldades económicas no sentido crescente.-----

----- No que diz respeito à matéria dos fundos comunitários, como é sabido, Oeiras continua no desenho da sua estratégia, existem ainda poucas informações, no que diz respeito, quer da parte da CCDR, quer da parte da Comissão Metropolitana de Lisboa, ainda há poucos dados, há poucos prazos, há pouca noção ainda de quais são as verbas e quando é que elas chegam, ainda assim, ainda que trabalhando muito no escuro estamos a tentar fazer o nosso melhor e estou certo que Oeiras nessa matéria também poderá no futuro dar mais cartas do que aquelas que deu no passado.-----

----- No que diz respeito ao Centro de Vacinação COVID-Dezanove Oeiras Valley, corroborando um pouco aquelas intervenções que me antecederam, apenas dar nota que o investimento do Município será na ordem dos duzentos e cinquenta mil euros, estamos a

desenhar um programa inspirado naquele que fazem de melhor, nomeadamente, a Alemanha no seu poder organizativo e a Rússia no seu poder logístico, são dois países inspiradores, quer numa matéria, quer na outra, estou certo que Oeiras não ficará atrás de nenhum Município do nosso País, no que diz respeito à instalação do Centro de Vacinação.-----

-----Possivelmente a Senhora Vereadora Teresa Bacelar poderá dar mais dados sobre essa matéria, mas continuamos ainda um pouco às escuras, no que diz respeito à informação do Governo sobre a forma de proceder a vários níveis, estamos a dar tudo como já foi dito, a Câmara Municipal de Oeiras só não dá é as vacinas, curiosamente, a única dúvida que existe é quantas vacinas chegarão, qual o ritmo de vacinação, só sabemos quais são os números prioritários, mas estamos a preparar-nos com capacidade para recebermos todas quantas possam chegar, porque aquilo que é importante é o nosso Município, a meu ver, salvo melhor opinião, não correr o risco de poder haver outro Município que não tenha capacidade para poder receber o “stock” e se ele tiver que reverter para alguém que venha para Oeiras, porque nós estamos preparados para receber. -----

-----Vi há pouco nas notícias que se demitiu o Coordenador da Task Force, da vacinação, espero que seja um bom sinal para poder melhorar alguns critérios, nomeadamente, no que diz respeito ao nosso Município, temos mais algum fumo branco, porque existe uma grande indefinição e não é da nossa parte.”-----

13 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR CARLOS MORGADO:-----

-----O Senhor Vereador Carlos Morgado prestou à Câmara as seguintes informações: -

-----“Começo por cumprimentar o Senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente, as Senhoras e os Senhores Vereadores, assim como as restantes pessoas que estão a assistir a esta reunião - dirigentes e colaboradores do Município, esperando que estejam todos bem de saúde. --

-----Neste período, quero apenas dar uma nota em relação à pandemia que estamos a atravessar. Naturalmente que se o comportamento dos vários “atores” mereceu o meu elogio,



Câmara Municipal
de Oeiras

nomeadamente, aquando da primeira vaga, hoje a situação é bem diferente, com um janeiro de má memória em que foram batidos todos os “records” nos casos de novos infetados e no número de óbitos. - -----

----- Todos assistimos ao enorme trabalho desenvolvido pelos profissionais de saúde que, com grande competência, enorme estoicismo e espírito de sacrifício, têm feito autênticos milagres para curar e salvar vidas humanas. -----

----- Mas esta não é hora para criticar, é hora de dar as mãos e trabalhar com o objetivo comum de melhorar este estado da pandemia de forma a causar o menor dano possível, acima de tudo, em termos humanos. -----

----- As várias instituições, sociais, cívicas e de outras vertentes, a própria Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, continuam a desenvolver um trabalho extraordinário no dia-a-dia no apoio às pessoas, às instituições e às pequenas e médias empresas, de que são exemplo algumas das propostas de deliberação que constam desta agenda e que continuarão a merecer a nossa aprovação e apoio. -----

----- Mas aqui, não posso deixar de, mais uma vez, enaltecer o gesto solidário e a atitude nobre de uma instituição sediada no nosso território - Federação Portuguesa de Futebol - que, verificando as enormes dificuldades com que o Serviço Nacional de Saúde se debate no tocante ao número de camas para responder ao elevado número de pessoas necessitadas, disponibilizou as cerca de noventa camas nas suas instalações, na Cidade do Futebol, condições de alimentação e algum apoio de assistência de enfermaria, além do envolvimento noutras ações que visam também o apoio nesta crise pandémica. -----

----- Mais uma vez, a Federação Portuguesa de Futebol, para além do relevante trabalho feito em termos desportivos, presta um inestimável apoio na área social, como já tinha acontecido anteriormente, por exemplo, com as pessoas que ficaram desalojadas aquando do incêndio de Pedrógão Grande. -----

-----Assim, estando certo que serei acompanhado pelos colegas do Executivo, aqui fica o reconhecimento à Federação Portuguesa de Futebol por tão nobre gesto.” -----

14 - INFORMAÇÕES – SR. VICE-PRESIDENTE:-----

-----O **Senhor Vice-Presidente** prestou à Câmara as seguintes informações: -----

-----“Gostaria de salientar o papel desempenhado pelos funcionários do Município na organização das Eleições Presidenciais no Concelho de Oeiras que, felizmente, apesar de casualmente ter havido alguma espera nos momentos de maior afluência, em algumas mesas de voto, particularmente no dia do voto antecipado, no dia dezassete de janeiro, mas no geral as eleições correram muito bem. -----

-----Não queria deixar de agradecer o trabalho de todos os funcionários da Câmara, particularmente da doutora Vera Carvalho, que foi quem liderou brilhantemente o processo, a organização das eleições em Oeiras foi excelente, não tenho mais que dizer sobre isso. -----

-----Agradecer também aos voluntários que foram recolher os votos a quem estava em isolamento e aos lares de terceira idade, permitindo que aquelas pessoas cumprissem o seu dever e o seu direito de cidadania, a todos eles muito obrigado, o trabalho foi muito notado.” -----

15 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE:-----

-----O **Senhor Presidente** prestou à Câmara as seguintes informações: -----

-----“Gostaria de informar que estive na semana passada numa reunião por videoconferência, no âmbito de uma discussão do programa do Governo, relativamente à habitação com renda assistida ou renda bonificada. -----

-----De resto, está em curso a concretização do protocolo que assinámos de cento e três milhões de euros para construção de quinhentas casas, esses projetos estão todos em andamento, mas a reunião surgiu na sequência de uma intenção do IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana comprar às Finanças o terreno da antiga marinha, em Linda-a-Velha, isto é um negócio esquisito, porque o Estado iria pagar ao Estado trinta ou quarenta milhões de euros



Câmara Municipal
de Oeiras

para meter mil e quatrocentas casas naquele terreno. -----

----- Tive oportunidade de dizer à Senhora Secretária de Estado que no plano da Câmara estavam previstas duzentas ou trezentas casas naquele terreno, na zona que faz fronteira com a Avenida Tomás Ribeiro e perguntei se tinham a noção de mil e quatrocentas casas, a escola que é preciso fazer, a creche, o equipamento desportivo, etc. e disseram-me que os avaliadores avaliaram. -----

----- Os avaliadores do Estado olham para as torres que há em Linda-a-Velha e acham que aquilo seriam torres também, esquecem-se que nos termos do Plano Diretor Municipal há um índice médio de construção e acima dele há fatores que entram em consideração. -----

----- Não é um avaliador que chega ali e que sem falar com a Câmara Municipal, sem analisar o Plano Diretor Municipal diz este terreno vale “X” e se o terreno vale “X” vamos lá meter mil e quatrocentas casas, que é para justificar o preço que estamos a dar pelo terreno, ou seja, é o Estado especulador no seu melhor. -----

----- Disse à Senhora Secretária de Estado que não acreditava no plano do Governo para resolver o problema da habitação em Portugal e que havia maneira de o resolver, mas não era da maneira como estavam a tentar fazer, porque é fácil dizer vamos fazer vinte mil casas, mas sem dizer onde nunca se farão as vinte mil casas. -----

----- É preciso um plano nacional que defina em Oeiras, Cascais, Amadora, Lisboa e dizer que vão ser tantas e basta citar dois Municípios Oeiras e Amadora, Oeiras com quarenta e oito quilómetros quadrados, a Amadora com vinte e quatro, é óbvio, que a Amadora não quer lá habitação para realojar gente do Barreiro, do Seixal, de Almada, ou de Lisboa, como Oeiras também não. -----

----- Se nós temos carência de habitação e mesmo que o IHRU venha fazer casas em Oeiras, vai determinar as famílias que vão ocupar essas casas?-----

----- Tem que ser a Câmara Municipal de acordo com a listagem de inscrições. -----

-----Por outro lado, como a Lei dos Solos de dois mil e treze é uma aberração total, é mais uma das reformas paridas pela Troika, num contexto de depressão e de ataque aos pobres e repito ataque aos pobres, fez-se aquela Lei dos Solos, porque quando só há terrenos rústicos e terrenos urbanos, se o terreno é urbano em áreas metropolitanas a renda fundiária fica muito elevada ao preço que é o terreno urbano, mesmo que seja expropriado pelo Estado, se é urbano vão ter que pagar pelo seu valor, no caso de Oeiras oscila entre os trezentos e os mil euros o metro quadrado para construção em função da localização, logo, não é possível construir habitação municipal em terrenos urbanos. -----

-----Os quinhentos fogos que vamos fazer são em terrenos que já são propriedade da Câmara Municipal, se se quer resolver o problema da habitação tem que se expropriar terrenos em reserva agrícola, isto é, desafetar a reserva agrícola para construir habitação. -----

-----Diz-me a Senhora Secretária de Estado: "...Senhor Presidente, mas isso dá muito trabalho, é muito difícil, porque depois vai para Tribunal, os proprietários não aceitam os valores...", pois não, mas vai para Tribunal, entretanto, o Governo toma posse administrativa dos terrenos, constrói as casas e quando o Tribunal chegar a acordo o proprietário recebe o dinheiro.-

-----Não percebo por que é que o Governo é muito lesto a expropriar terrenos para fazer a Universidade Nova, em Carcavelos e não é lesto da mesma maneira para fazer casas para os pobres. -----

-----Se querem resolver o problema das casas, têm que expropriar terrenos e, ao contrário daquilo que a Senhora Secretária de Estado diz, é a coisa mais fácil que há, porque é um simples despacho conjunto do Ministro da Agricultura e do Ministro do Ambiente desafetam o terreno e constroem. -----

-----A Senhora Secretária de Estado, que julgo ser um pouco principiante nisto, disse que ia ver, achava que era muito complicado e eu disse: "Se quer fazer alguma coisa ponha o problema ao Senhor Ministro, este que coloque ao Senhor Primeiro Ministro, mas tem que fazer



Câmara Municipal
de Oeiras

uma reforma ou da Lei dos Solos ou então avançam para a expropriação”, porque é indiscutível que a Lei dos Solos atual o que pretende é conter a construção nas Áreas Metropolitanas, como se contendo a construção nas Áreas Metropolitanas se faça com que as pessoas vão para Barrancos, mas não vão, começam a viver em barracas, na rua, em automóveis e começam a fazer barracas outra vez, ou há resposta para este problema disponibilizando terrenos ou se não os disponibilizam entramos numa situação muito complicada. -----

----- Entretanto, no que diz respeito a esta minha intervenção foi designado um interlocutor, o arquiteto Luís Baptista Fernandes, para, como interlocutor junto do IHRU, analisarem a situação e logo que haja alguma luz ao fundo do túnel informarei os Senhores Vereadores.-----

----- - No dia vinte e nove, de janeiro, participei também por videoconferência numa cerimónia de entrega dos prémios aos melhores vinhos do mundo fortificados e o primeiro prémio foi entregue ao Villa Oeiras Carcavelos, foi realizada na Bolsa do Porto, numa cerimónia muito interessante, de maneira que, o Villa Oeiras está a marcar pontos, aliás, em cem pontos foram-lhe atribuídos noventa e quatro.-----

----- - Ontem fiz uma visita à Quinta dos Cedros e gostava que numa das próximas reuniões que os Senhores Vereadores me dissessem se antes dessa reunião, eventualmente, às catorze horas, poderia fazer-se essa visita. -----

----- A Quinta dos Cedros fica situada entre o Dafundo e a Cruz Quebrada, há lá um palacete muito bonito que era do Paiva Couceiro e que, no âmbito do processo de urbanização daquela zona vai reverter para a Câmara o palácio e o jardim que também é muito bonito.-----

----- Não há ali nada na Cruz Quebrada/Dafundo, a Cruz Quebrada tem o Estádio Nacional, o Dafundo tem ali o jardim de Algés, mas entre o Dafundo e a Cruz Quebrada aquilo é uma nesga toda ocupada e este jardim é uma oportunidade de naquele centro libertar um espaço significativo para a população e gostaria’, se conseguíssemos, até ao fim do ano abrir este jardim

às pessoas do Dafundo.” -----

16 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES:-----

-----Reportando-se às questões suscitadas pelos Senhores Vereadores, o Senhor Presidente esclareceu o seguinte: -----

-----“Sobre a questão colocada pela Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, a Senhora Vereadora Joana Baptista já deu a resposta, no entanto, o balcão é presencial, mas com marcação prévia. -----

-----Quanto ao resto a Senhora Vereadora Joana Baptista também já respondeu, há problemas com o “call center”, que se estão a tentar corrigir, vamos ver se isso se resolve. -----

-----Relativamente à participação dos cidadãos a Senhora Vereadora Heloísa Apolónia tem razão, acho que temos que encontrar uma solução e eu já me apercebi que o Conselho de Ministros reúne presencialmente com as máscaras, nós podemos fazer uma reunião pública por mês, se estiverem de acordo no Auditório Municipal, justamente para dar oportunidade a que os cidadãos possam participar nas reuniões públicas, de maneira que, se estiverem de acordo a próxima reunião pública poderá ser feita lá, basta que os Senhores Vereadores me comuniquem e marcar-se-á essa reunião nesta sede. -----

-----Quanto à evolução da pandemia acabei de enviar para a Assembleia Municipal o relatório até trinta e um de dezembro, o qual deveria ter sido distribuído aos Senhores Vereadores, mas vai ser enviado a todos em formato digital o referido relatório e no dia quinze do mês em curso já teremos outro. -----

-----Relativamente à montagem do Pavilhão Carlos Queirós todos nós somos muito contidos naquilo que poderiam ser consideradas críticas à atuação do Governo, no que diz respeito a esta matéria, é indiscutível que as coisas não estão a correr bem e a informação às Câmaras Municipais é praticamente nula.-----

-----Decorrido quase um ano sobre o início desta pandemia, era natural que as Câmaras



Câmara Municipal
de Oeiras

Municipais fossem mais informadas, relativamente àquilo que é a evolução da pandemia e, designadamente, no que respeita a apoios que as Câmaras Municipais possam dar.-----

----- É indiscutível que os Municípios não tendo todos a mesma capacidade, há muitos que têm capacidade e vontade política de ajudar. -----

----- Acontece que, de facto, a grande fragilidade nesta situação, e não posso deixar de ficar sensibilizado com os argumentos e a reação da Senhora Ministra da Saúde, que há alguns dias manifestou uma grande indignidade na Assembleia da República, quando alguém referiu as dificuldades no planeamento no processo. -----

----- Compreendo e acho que os portugueses compreendem a sobrecarga que cai, designadamente, na Ministra da Saúde, no combate à pandemia, mas isso e compreendendo a luta titânica que estará a ser feita, ao fim de um ano praticamente de pandemia exigia-se que houvesse mais planeamento.-----

----- A Câmara de Oeiras foi oficiada há três dias apenas, dizendo-nos que era preciso montar um centro de vacinação em massa, dizem eles, aqui no Concelho e tive a oportunidade de dizer que podemos montar um, três, quatro ou cinco. -----

----- Na verdade, temos treze pavilhões desportivos no Concelho que podem ser adaptados para a vacinação em massa, mas só nos pediram um e nesse um pediram seis postos, de todo o modo, dei orientações para montarem doze e há três dias comunicaram-nos para no dia oito, ou seja, com oito dias de antecedência, para se montar toda a logística de intervenção no pavilhão, para criar divisórias, mobiliário, contratação de enfermeiros, etc.. -----

----- Em oito dias conseguimos montar tudo isso, o Governo não consegue, mas os Municípios conseguem, fazem das “tripas coração”, trabalham de dia e de noite e fazem.-----

----- Amanhã ou depois irei visitar o Pavilhão Carlos Queirós, justamente, para constatar que está tudo pronto para que na segunda-feira os Serviços de Saúde possam iniciar a vacinação, mas também devo dizer que me causa alguma perplexidade o facto de termos sete Centros de

Saúde no nosso Concelho, desarmaram os Centros de Saúde, que não têm médicos, nem enfermeiros e de repente é preciso montar um pavilhão para fazer a vacinação em massa, mas é vacinação em massa?-----

-----Não é, porque ao que parece cada enfermeiro numa hora dará seis vacinas, seis enfermeiros são trinta e seis vacinas numa hora, em dez horas seriam trezentas e sessenta vacinas por dia, façam as contas para cento e setenta mil habitantes, deixemos setenta de fora, fazemos as contas a cem mil, quantos meses seriam necessários para fazer a vacinação, há qualquer coisa aqui que não está bem. -----

-----O que faria sentido, é que nos sete Centros de Saúde houvesse vacinação e neste posto avançado, que o Pavilhão Carlos Queirós fosse um grande centro de vacinação, o pavilhão tem capacidade para vinte postos, vamos satisfazer essa necessidade, com um investimento de duzentos e cinquenta mil euros, como o Senhor Vereador Armando Soares já referiu e estamos em condições de apoiar o Serviço Nacional de Saúde em tudo o que nos têm pedido.-----

-----É indiscutível que há aqui qualquer coisa que ainda não está a funcionar bem, o Governo até delegou nuns Secretários de Estado, um para cada CCDR para articularem com os Municípios, mas na verdade, acho que há um grande desnorte neste momento no Governo, nós temos que ter alguma consideração, no sentido de tentarmos ajudar naquilo que pudermos porque, provavelmente, só daqui por uns meses mais tarde é que poderemos fazer uma avaliação de como as coisas correram.-----

-----Neste momento, temos é que nos colocar numa posição de apoiar o máximo que pudermos dentro das nossas possibilidades. -----

-----Relativamente a uma questão que o Senhor Vereador Joaquim Raposo referiu, de facto, já ouvimos falar de apoios, financiamentos ao COVID, havia empréstimos, mas não estamos interessados neles, estamos interessados é em candidaturas a fundo perdido e já dei orientações ao GATPI - Gabinete de Assessoria Técnica e Promoção do Investimento para



Câmara Municipal
de Oeiras

averiguar qual é a situação e apresentar as candidaturas necessárias a financiamento comunitário para apoiar as diferentes ações no âmbito do COVID, neste momento ainda não tenho “feedback”, mas essa orientação já foi dada.-----

----- No que toca à proposta de deliberação mil cento e setenta e um a que o Senhor Vereador Joaquim Raposo se referiu, ficámos de nos encontrar e tal ainda não aconteceu, mas tenho muito gosto de no final da reunião combinar com o meu gabinete de maneira a fazermos uma reunião presencial os dois para discutir esta questão ou com qualquer outro Vereador que queira, mas podemos adiar a proposta, não há problema nenhum e tenho muito gosto que o Senhor Vereador venha almoçar comigo, no meu gabinete, no dia que quiser na próxima semana para discutirmos esta questão. -----

----- Sobre o Plano de Vacinação, penso que a Senhora Vereadora Marlene Rodrigues não estará satisfeita com as respostas que foram dadas, mas aquilo que a Senhora Vereadora Teresa Bacelar, o Senhor Vereador Armando Soares e eu próprio já dissemos é aquilo que temos, julgo que não há mais informação, porque o plano de vacinação no dia oito, dizem eles, que era para os prioritários da primeira e segunda fase, está tudo pronto para segunda-feira, mas tenho a certeza absoluta que a vacinação não vai começar na segunda-feira, mas a culpa não vai ser nossa, vamos ver. -----

----- A questão dos mercados, como o Senhor Vereador Armando Soares sabe a Câmara Municipal aprovou e vai aprovar novamente, uma proposta de deliberação a dar continuidade à isenção de rendas durante uns meses. -----

----- Quanto a outro tipo de apoios aos comerciantes, também está prevista uma proposta para um regulamento de criação de um fundo às pequenas e médias empresas e em função disso as empresas que assumirem essas regras terão o apoio da Câmara Municipal. -----

----- Já tive oportunidade de lavrar um voto de louvor a todos os colaboradores da Câmara Municipal e que será distribuído pelos Senhores Vereadores, a todos os trabalhadores que

participaram nas eleições presidenciais. -----

-----É a primeira vez que se faz um voto de louvor deste género, com o nome dos funcionários, antigamente fazia-se um voto de louvor genérico. -----

-----Porquê desta vez este voto de louvor?-----

-----Havia grandes expectativas da parte de pessoas que este ato eleitoral corresse mal, por várias razões, desde logo fruto da pandemia, devo dizer que nunca recebi tantos elogios de colaboradores da Câmara como neste ato eleitoral. -----

-----Na verdade, os funcionários da Câmara, uns cem por aí, que participaram nas diferentes assembleias de voto mereceram da parte dos munícipes os maiores encómios, dizendo que eram muito eficientes, muito atenciosos e, sobretudo, muito bem-dispostos, pessoas alegres, que estavam a fazer o trabalho com uma boa disposição extraordinária, que deixavam as pessoas encantadas. -----

-----Os eleitores não estavam à espera de encontrar colaboradores tão simpáticos, o que significa que um sorriso dá sempre um resultado e, para além do trabalho, porque foram dias e noites a preparar as eleições e como sabem a própria constituição das mesas de voto desta vez foi uma situação muito atípica, porque havia muitas desistências, tinham medo de estar ali o dia inteiro, a pandemia também é pretexto para as pessoas se afastarem, não é fácil gerir um processo eleitoral nestas condições. -----

-----De facto, todas as dificuldades foram ultrapassadas com mercê deste esforço e desta disponibilidade e boa disposição dos funcionários da Câmara Municipal, fazia todo o sentido este louvor nominal a todos aqueles que participaram nesta eleição.” -----

17 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ MARREIROS:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e



Câmara Municipal
de Oeiras

Heloísa Apolónia, mediante proposta verbal do **Senhor Vereador Pedro Patacho** exarar em ata um voto de pesar pelo falecimento do conhecido atleta do Sport Algés e Dafundo, José Marreiros, um grande apaixonado e entusiasta da natação, quer da natação pura, quer da natação livre.-----

----- Era participante desde sempre em todas as edições da travessia Bessone Bastos, um grande entusiasta das águas abertas.-----

----- Além disso, era um homem portador de uma incapacidade física como resultado de um grave acidente rodoviário que ainda em miúdo lhe afetou para sempre uma perna, mas isso nunca o deixou esmorecer e afirmou-se como um grande nadador entre os escalões Masters principalmente a partir de dois mil e dez/dois mil e onze, quando começou a competir pelo Sport Algés e Dafundo nos escalões de mais de sessenta e cinco anos e mais de setenta anos, arrecadou uma série de palmarés, sobretudo a nível nacional.-----

----- Também teve muito boas prestações a nível internacional.-----

----- É um exemplo de persistência e de luta, de um dos nossos seniores que, para além disso, era um oeirense ativo.-----

----- Em homenagem, iremos, assim que a pandemia o permitir, realizar um treino de águas abertas em Caxias com a participação de amigos, atletas do clube e todos os entusiastas da natação que conheciam o José Marreiros e que foram inspirados pela sua tenacidade e pela sua capacidade de vencer as dificuldades e as adversidades.-----

----- O qual deverá ser transmitido quer à família, quer ao Sport Algés e Dafundo.-----

18 - PROPOSTA Nº. 1171/20 - GAP - AFIXAÇÃO DE MENSAGENS DE PROPAGANDA POLÍTICA E ELEITORAL NO CONCELHO DE OEIRAS:-----

----- Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

19 - PROPOSTA Nº. 45/21 - DP - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE

INTERNACIONAL, PARA A CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE 5 PARQUES DE ESTACIONAMENTO NO CONCELHO DE OEIRAS, EM REGIME DE CONCESSÃO DE OBRA E SERVIÇO PÚBLICO: -----

-----I - O Senhor Vereador Joaquim Raposo disse o seguinte:-----

-----“Tive oportunidade de receber a nova versão, que tem alterações substanciais do ponto de vista de algumas reservas em relação à forma como estava o concurso, se era motivador para que aparecessem candidatos. -----

-----As coisas alteraram-se e tive oportunidade de, com a doutora Paula Saraiva, ver que alterações é que houve, designadamente o tempo de recuperar o investimento, o próprio tarifário, ou seja, questões que permitem de alguma forma acautelar o que era o meu receio, no âmbito de um concurso desta dimensão, poder haver poucos candidatos, havendo até a dúvida que pudesse haver algum candidato.-----

-----Tendo em conta que é um investimento pesado e havendo neste momento uma indefinição sobre o papel do automóvel a médio prazo, tanto mais que esta conceção vai ser a quarenta anos e em quarenta anos as questões ambientais em relação ao automóvel, certamente irá mudar muita coisa, por isso é natural que a apetência e a reserva que existe da parte dos operadores será também uma reserva sobre aquilo do que vai acontecer, ou seja, irão continuar a existir estes carros todos? Continuarão a existir estes meios de transporte? Ou as pessoas irão preferir outros meios de circulação, nomeadamente suave, sem serem poluentes, como é o caso da bicicleta. -----

-----Para além do que já acontece hoje, e há um estudo sobre a matéria, muitos jovens não têm carro por opção, muitos jovens casais não têm carro por opção, porque preferem utilizar o transporte público, ou outros meios de circulação e quando vão de férias alugam uma viatura.----

-----Há já grandes alterações neste sistema e como tal poderão ocorrer alguma mexidas e quando pensamos pôr a concurso um conjunto de espaços, pois são cinco parques, para já,



Câmara Municipal
de Oeiras

envolve um investimento de alguns milhões e em relação ao retorno do investimento há interrogações, poderá haver uns mais fáceis do que outros, porque quem tem parques, sabe que uns têm mais facilidade de ter um índice de ocupação mais elevado, capacidade de fazer outro tipo de tarifário diurno ou de vinte e quatro horas, através de um conjunto de avenças, no sentido de cativar utilizadores para o espaço, é preciso que as taxas, no início sejam mais baixas.-----

----- Penso que ainda se poderá fazer alguns ajustamentos, a maior parte das questões foram pensadas, por isso quero deixar uma palavra à equipa toda que esteve envolvida na elaboração e na alteração ao projeto inicial, desde logo penso que uma questão estará acautelada, que tem a ver com os preços da construção dos parques de estacionamento, porque o estudo que estava feito não estaria de acordo com os preços reais da construção dos parques de estacionamento. -----

----- Falei com a doutora Paula Saraiva e com o doutor Jorge Jacob e foram acauteladas algumas questões, o documento está muito melhor, em relação ao processo inicial, e perante as balizas que tinham, fizeram um trabalho bem feito, com este projeto vamos ter muitos mais concorrentes, salvaguardando a reserva do que vai ser o futuro do automóvel na Área Metropolitana de Lisboa e no próprio Concelho de Oeiras. -----

----- Estamos a apostar na melhoria dos transportes públicos, mais transportes públicos para que as pessoas utilizem mais os transportes públicos. -----

----- Não estou otimista que haja concorrentes para todos os parques, mas como os parques são necessários, vamos ver no que resulta. -----

----- Gostaria que a doutora Paula Saraiva explicasse as grandes linhas de força destes parques e quais as alterações que foram introduzidas, no sentido de criar condições para que seja interessante para o investidor este tipo de concurso, da forma como está montado, porque o meu objetivo é que não fique deserto, ou que haja poucos concorrentes, porque “nesta altura do campeonato” não haverão muitos interessados. -----

-----Neste momento, estou mais convencido do que estava antes, as condições foram alteradas, mas há outras implicações e sobre essa matéria é uma posição política, nomeadamente em relação aos terrenos envolventes aos parques de estacionamento, porque, de alguma forma, não é condicionada a sua gestão através das empresas que ficarem com a gestão do parque, não foi isso que se optou, por isso há que conviver e conjugar, e uma não pode esmagar a outra e fazer “política de terra queimada”, porque o bom senso aconselha a que haja uma gestão equilibrada e algumas medidas, principalmente no período mais difícil, que é o arranque. -----

-----Há uma outra questão que é preciso ver, pois um parque desta natureza ao fim de quarenta anos fica deteriorado e terá que ter obras de manutenção e melhoria dos parques, caso contrário ao fim da concessão a Câmara recebe um parque completamente destruído, como geralmente acontece nas concessões, que chegando o fim da concessão ninguém faz investimento, porque não sabe se vai ganhar outra vez e, como tal, não está para o fazer. -----

-----Embora não seja uma concessão, a Oeiras Viva ter a gestão, foi o que aconteceu com a Piscina Oceânica, que não teve manutenção e vamos ver agora o que irá acontecer, para além de outros equipamentos. -----

-----Este processo terá um período para os candidatos apresentarem erros e omissões, por isso vamos ver o que acontece.” -----

-----A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** disse o seguinte:-----

-----“Sei que o Vereador André Levy na última reunião em que me veio substituir, deu a posição da CDU sobre esta proposta, que, entretanto, foi adiada para esta reunião, de qualquer modo gostaria também de fazer algumas considerações. -----

-----A ideia que me dá das propostas que vão chegando às reuniões da Câmara Municipal, para serem apreciadas e votadas, relativamente à questão da mobilidade, parecem vir todas desgarradas nestas três vertentes: dos transportes públicos, da mobilidade suave ou ativa e do automóvel particular, e, parece que não estamos a pensar uma estratégia coerente e articulada



Câmara Municipal
de Oeiras

sobre a mobilidade e tendo em conta o que gostaríamos de fazer, de apostar e de alterar no paradigma da mobilidade no Concelho de Oeiras. -----

----- Estas propostas que têm chegado relativamente aos parques de estacionamento são o claro exemplo disso, se articularmos com o que está a ser discutido relativamente aos transportes públicos e o que não está a ser feito, relativamente à mobilidade suave e ativa no Concelho. -----

----- Ao nível de Algés e Carnaxide, e noutras partes do território, a questão do estacionamento é completamente caótica e isso deve-se em muito ao paradigma da mobilidade que temos atualmente, porque muitas pessoas precisam de se deslocar de automóvel, porque não têm alternativa de transporte público, havendo locais do Concelho com maior dificuldade nesse aspeto.-----

----- Outra questão relativa a esta proposta, que a CDU lamenta, tem a ver com o facto de não ter sido considerada a exploração direta dos parques por parte do Município.” -----

----- O Senhor Vereador **Carlos Morgado** referiu o seguinte:-----

----- “Um dos grandes problemas que se têm colocado nos últimos vinte anos, nomeadamente, em ambiente urbano, é o estacionamento, vincando-se esta carência com maior ênfase em zonas com alta densidade populacional, em urbanizações antigas em que os prédios não são dotados de garagem. -----

----- O estacionamento assume-se como um dos instrumentos mais importantes e eficientes para gerir o uso do automóvel. Se considerarmos que os automóveis particulares são usados apenas em uma a duas horas por dia, em média, chegamos à conclusão do porquê dos parques de estacionamento necessitarem de uma atenção especial. -----

----- No presente caso estamos perante a construção de cinco novos parques de estacionamento, todos eles situados em zonas predominantemente residenciais e num caso - Terminal Rodoviário de Algés - com proximidade à estação ferroviária de Algés. -----

----- Neste último caso, a existência deste parque poderá constituir um incentivo para

combinar os transportes públicos com o transporte particular.-----

-----A ligação direta a transportes públicos eficientes, deverá permitir libertar de tráfego o interior das cidades.-----

-----O estacionamento é, assim, um componente essencial do sistema de transportes.-----

----- Como disse anteriormente, a viatura particular permanece estacionada entre vinte e duas a vinte e três horas por dia, em média, e usa vários lugares de estacionamento em cada semana.-----

-----A conveniência de estacionamento afeta o modo de chegar aos destinos e, consequentemente, a acessibilidade geral. -----

----- A criação destes parques de estacionamento e a sua gestão eficaz, faz com que menos condutores andem à procura de espaço para estacionar, pois os congestionamentos causados pela procura de estacionamento, não só leva a custos adicionais para os próprios condutores, mas também tem impactos negativos para a sociedade em geral, como o aumento da poluição, ruído e acidentes.-----

-----Particularmente, nas duas últimas décadas a gestão do estacionamento tem sido reconhecida como uma das formas mais importantes de gerir o tráfego de automóveis nas áreas metropolitanas. -----

-----É essencial para a gestão da mobilidade e pode incentivar a utilização de alternativas aos automóveis. Se a gestão do estacionamento não é introduzida, isso significa mais congestionamento, residentes insatisfeitos, uso menos eficiente do espaço público e uma ameaça para a economia local.-----

----- Assim, a criação destes cinco parques traz vantagens para o trânsito de viaturas e de peões e, de uma forma geral, para a qualidade de vida. -----

-----A regularização do estacionamento na via pública só é possível, e poderá ser mais exigente, existindo alternativas. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Hoje, nalgumas zonas do Concelho, como é o caso destas onde vão ser criados estes cinco parques, há muitas situações em que os automóveis se apropriam dos passeios para estacionar, dificultando, assim, a mobilidade aos peões.-----

----- Portanto, estamos inteiramente de acordo com a construção destes cinco parques de estacionamento que irão disponibilizar mais mil quinhentos e trinta e nove lugares e com a opção tomada no recurso ao regime de concessão de obra e serviço público, a ser lançado através da realização de um concurso público internacional, operação esta que não terá quaisquer custos para o erário público municipal. -----

----- Igualmente, mostramos a nossa concordância, não só com o período máximo de concessão de quarenta anos, como também com a divisão dos cinco parques em três lotes, assente em critérios financeiros e de proximidade geográfica, e com a criação de um teto tarifário que os concessionários terão de cumprir. -----

----- Gostaria também de chamar a atenção para o facto de concessionar projetos desta dimensão a quem não ofereça garantias e demonstre experiência poder vir a ser um pesadelo, pelo que penso que haverá que assegurar a robustez financeira e experiência dos concessionários que não estou certo seja exigida no concurso. -----

----- Finalmente, gostaria de, na pessoa da doutora Paula Saraiva, felicitar toda a equipa que esteve na génese deste complexo processo e que fez um trabalho extraordinário.” -----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** observou o seguinte: -----

----- “Este foi um processo muito complexo, por isso, cumpre-me agradecer a dedicação, o envolvimento e a competência da doutora Paula Saraiva que coordenou este processo, mas também de todos os envolvidos no processo, quer a empresa consultora, quer os Diretores Municipais: arquiteto Luís Serpa e Jorge Jacob, quer os Serviços de Planeamento, quer a DMT: engenheiro Nuno Graça, e toda a equipa que anda à volta deste processo, nomeadamente da Área Financeira e Património, que conseguiram desenvolver um projeto que era pesado, complexo e

numa área que implicava muito conhecimento de especialidade, mas, felizmente, chegou a bom porto.-----

-----Gostaria de referir também, sem entrar demasiado nas questões técnicas, porque entendemos acautelar as questões técnicas, quer no estudo financeiro que foi feito pela VTM, quer na opinião e nos contributos dos Serviços que permitiram construir o caderno de encargos, o programa de procedimento, robusto o suficiente. -----

-----Tocando na abordagem que fez a Senhora Vereadora Heloísa Apolónia: porque não a exploração direta e qual a interligação com a mobilidade suave e com a organização do espaço público, gostaria de dizer que podemos observar pela localização destes parques e pela tipologia de estacionamento que está esperada em cada um deles, que vamos recolher mais qualidade de vida para o munícipe, não só na circulação do espaço público, mas na libertação do que é atualmente o espaço de estacionamento desgarrado e abusivo, mas também o estacionamento regular, permitindo com estes equipamentos devolver o espaço público ao uso e lazer da população.- -----

-----Se repararmos, estamos a transferir o risco dos exploradores privados um investimento de vinte e cinco ponto cinco milhões de euros e a Parques Tejo não terá que fazer este investimento, que é um investimento demasiado pesado que deva ser suportado inteiramente pelo Estado, para além de que a vocação deste tipo de estacionamento, com funcionamento de vinte e quatro horas, pode ser bem regulado pela entidade pública concessionária, mas pode perfeitamente ter uma exploração privada que possa ser eficaz se bem controlada pelo Estado e é nesse sentido que entendemos espartilhar através dos tetos de tarifação. -----

-----Por outro lado entendemos que apesar de estarmos a transferir um investimento de vinte e cinco ponto cinco milhões, não estamos a fazer de forma abusiva, ou seja, foram criadas as condições para que a concessão, a exploração e a construção destes parques de estacionamento sejam atrativas, e isso conseguimos, quer com o prazo de concessão, quer com as TIR, por um



Câmara Municipal
de Oeiras

estudo feito e conseguir ganhar a atenção dos exploradores deste tipo de parques e desta forma termos com sucesso os concursos terminados.-----

----- Acreditamos que o setor estará atento e expectante e que as grandes empresas com capacidade de investimento desta ordem se habilitarão ao concurso. -----

----- A definição dos modelos de lotes foram estudados, quer pelo critério da rentabilidade da exploração, quer do critério de proximidade e otimização de recursos, quer pelo critério do investimento necessário e da rentabilidade esperada de cada um, por isso acreditamos ter feito lotes equilibrados e que permitirão uma otimização de exploração futura. -----

----- Uma questão que nos preocupava muito era a questão urbanística do enquadramento urbanístico.-----

----- Estamos a falar de alguns parques de estacionamento, por exemplo, de Algés, nas portas de entrada do Concelho, na zona que é considerada uma zona nobre, mas também esses outros em áreas que são residenciais, mas sendo residenciais são áreas de grande visibilidade e que merecem uma solução urbanística de grande qualidade, nesses termos, penso que o critério de adjudicação acautela suficientemente a solução que têm que apresentar, neste momento, sem prejuízo de ela vir a ser afinada na altura do licenciamento da construção. -----

----- Não me quero adiantar muito mais, quero voltar a renovar os agradecimentos que fiz a toda a equipa na pessoa da doutora Paula Saraiva e dizer que continuo a estar muito orgulhoso da Câmara Municipal de Oeiras, porque, por este e outros processos se vê a qualidade técnica do nosso corpo de funcionários e dirigentes e por este e outros processos se vê o empenho e a dedicação à causa pública.-----

----- Pedi à doutora Paula Saraiva para me acompanhar nesta reunião para podermos trocar impressões quanto a questões técnicas que se levantam.”-----

----- A **doutora Paula Saraiva** esclareceu o seguinte: -----

----- “Quero agradecer em meu nome pessoal e da equipa todos os encómios que nos

foram dirigidos. -----

-----Relativamente à versão da proposta que foi colocada no Salão Nobre Digital, tem poucas alterações.-----

-----Tem o estudo de viabilidade económico-financeira. O estudo foi baseado em determinados pressupostos, naturalmente em tarifário, no valor de construção que nos foi dado pelos Serviços de Urbanismo baseado em indicadores económico-financeiros como a VAL e a WACC, sobretudo, a chegar a uma TIR - Taxa Interna de Rentabilidade do projeto, vimos que na primeira versão, as TIR andavam na ordem dos seis/sete por cento, por lote. -----

-----O que é que se pretendeu fazer da primeira versão para esta segunda em análise? -----

-----Pôr as TIR de cada lote na ordem perto dos dez por cento e assim conseguimos, através de várias análises, quer no estudo da sensibilidade, com os valores que temos neste estudo, analisando vários cenários da sensibilidade e nos valores que aqui estão, com estes pressupostos, temos TIR na ordem dos dez por cento. -----

-----Ora, com TIR na ordem dos dez por cento, mesmo num contexto de incerteza decorrente da pandemia e mesmo de incerteza decorrente de todo o contexto da mobilidade nos próximos anos, entendemos que dez por cento são TIR apetecíveis ao mercado.-----

-----Como é que conseguimos ter TIR na ordem dos dez por cento? -----

-----Mexemos basicamente em três fatores: -----

----- - Prazo, tínhamos prazos na ordem dos vinte e cinco/trinta anos, passamos todos para os quarenta anos;-----

----- - Tipologias; -----

----- - Tarifários. -----

-----No estudo, se calhar, está de forma um pouco escondida, em dois parques de estacionamento, mexemos na rentabilização, no potencial de rentabilidade que as concessionárias podem tirar nas coberturas, as concessionárias podem rentabilizar as coberturas e as fachadas,



Câmara Municipal
de Oeiras

inclusivamente, estou-me a lembrar do terminal de Algés, também podem, com publicidade, tirar rentabilidade económica, nas fachadas e nas coberturas, podem colocar quiosques ou restaurantes e julgo que, no caso do Quintal Desportivo e da República consideramos neste estudo económico-financeiro uma renda de mil e quinhentos euros mês. -----

----- Tudo isto são pressupostos, naturalmente, os concorrentes vão ter que fazer o seu estudo económico-financeiro e o seu estudo de investimento, análise de investimento, este é o nosso para fundamentar as condições da contratação. -----

----- Parece-nos que está bem balizado, está coerente, de qualquer maneira, cada concorrente pode fazer o seu estudo. -----

----- Dizia eu que este estudo, no fundo, serve para fundamentar as condições de contratação pública, aliás, este tipo de estudos são de alguma forma obrigatórios e são recomendáveis quando estamos perante a contratação e a auscultação do mercado para valores desta ordem. Estamos a falar num valor da concessão na ordem dos cento e trinta e cinco milhões. O valor que o Senhor Vereador disse era só o valor da construção, temos o valor do contrato na ordem dos cento e trinta e cinco milhões. -----

----- Naturalmente que apuradas as receitas e os rendimentos desta operação também ao longo de quarenta anos. -----

----- Foi isso que fizemos na segunda versão. No fundo, com o objetivo de achar uma taxa de rentabilidade interna, a tal TIR, mais apetecível ao mercado e na ordem dos dez por cento. ----

----- Portanto, em resumo, aumentámos o prazo, mexemos nos tarifários, revimos alguns tarifários, sempre de acordo com o mercado, e, sobretudo, expressámos e explicitámos a possibilidade de rentabilização económica pelos concessionários.”-----

----- O **Senhor Presidente** argumentou o seguinte: -----

----- “Eu gostaria de começar esta minha intervenção, dizendo que nesta matéria as nossas convicções, a nossa vontade e os nossos ideais valem pouco, no sentido de que não se vão

sobrepôr à realidade, o que quer dizer que a indefinição quanto ao transporte individual dos próximos anos, ou o papel do automóvel num futuro próximo, na linha do que disse o Vereador Joaquim Raposo é isso mesmo é a indefinição, mas essa indefinição não é num futuro próximo é num futuro a longo prazo. Não há qualquer vislumbre que nos próximos trinta/quarenta anos haja grandes alterações, no que diz respeito ao uso do automóvel. -----

-----Ora bem, a realidade que nós conhecemos é a de que, Oeiras, como muitos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, o automóvel é rei e senhor. Isto é, o automóvel invadiu as ruas, as avenidas, os passeios, porque, à semelhança do que aconteceu com o transporte público, também ao nível do transporte individual, as pessoas compraram carros, os agregados familiares têm dois/três/quatro carros, mas a verdade é que, neste caso, os Municípios, não fizeram acompanhar esse excedente automóvel com a disponibilidade de estacionamento. ---

-----É indiscutível que a realidade se transformou muito a partir dos anos oitenta, mais particularmente a partir do Vinte e Cinco de Abril. O automóvel a partir de mil novecentos e setenta e cinco cresceu em exponencial em Portugal, mas a verdade é que em mil novecentos e oitenta Oeiras tinha cento e cinquenta mil habitantes. Apenas cresceu à volta de vinte mil nos últimos trinta anos, portanto, hoje tem cento e setenta e sete mil, segundo os dados de Estatística que me foram transmitidos ontem. -----

-----A grande maioria dos prédios construídos em Oeiras até aos anos oitenta não tinham estacionamento dentro do próprio prédio, quem diz em Oeiras, diz em toda a Área Metropolitana de Lisboa, portanto, era um carro por apartamento e era na rua, não se fazia estacionamento, nas últimas décadas é exigido que cada prédio tenha o seu estacionamento. -----

-----Significa que é preciso colmatar em termos de estacionamento as necessidades do crescimento automóvel para além daquilo que é a disponibilidade dos prédios construídos nas últimas décadas e é preciso colmatar todas as necessidades de todos aqueles prédios construídos antes dos anos oitenta, que não tinham qualquer estacionamento, mas também não tinham carros,



Câmara Municipal
de Oeiras

mas passaram a ter, um cantoneiro de limpeza nos anos setenta não tinha automóvel, hoje todos têm. O automóvel democratizou e ocupou as ruas e ocupou tudo e não é pelo facto de haver pessoas que gostariam de impor até, que toda a gente ande de bicicleta, que as pessoas vão andar de bicicleta, as pessoas não andam de bicicleta, andam algumas, a maioria não anda, naturalmente que o sonho de muitos de nós é ver as nossas ruas cheias de bicicletas, talvez daqui a vinte ou trinta anos, não é o que acontece hoje em dia. -----

----- O meu sonho é que Oeiras esteja ao nível dos melhores Municípios da Europa. -----

----- O que é que eu vejo pelos melhores Municípios da Europa?-----

----- Ruas sem carros, avenida sem carros, passeios sem carro, mas vejo ao mesmo tempo, uma disponibilidade de autossilos de parques de estacionamento no centro das cidades, em altura, em baixura, de toda a maneira, quer dizer que houve oferta de estacionamento ao longo dos anos e nos últimos trinta anos, nas grandes cidades europeias, nas grandes metrópoles, apareceram parques de estacionamento que satisfazem as necessidades e que permitiu nessas cidades, retirar os automóveis dos passeios e retirar os automóveis das principais ruas permitindo a pedonalização de muita rua, revitalizando o comércio, criando espaços para que as pessoas circulem na rua devolvendo as ruas aos peões. -----

----- Este discurso de dizer que os carros vão desaparecer, porque o transporte público vai aumentar.... -----

----- Qual é o problema que o transporte público aumente?-----

----- Era ótimo que aumentasse e todos nós estamos a fazer para que o transporte público aumente, e mesmo que aumentem o transporte público não significa que as pessoas se desfaçam do seu automóvel. -----

----- As gerações atuais não têm carta de condução, mas hoje há uns que não têm carta de condução, mas há outros quando fazem dezoito anos os pais oferecem um carro. -----

----- Há estudantes universitários que vão para a faculdade de carro, antigamente ia tudo

de transporte público e com menos transporte público que há hoje. -----

-----Não é assim de repente que se muda o paradigma do automóvel, vai demorar anos, e para nós retirarmos os carros da cidade, dos passeios, das ruas, temos que ter estacionamento, independentemente da evolução futura, portanto, se nós queremos libertar a cidade do automóvel, temos que ter alternativas de estacionamento.-----

-----Relativamente à degradação do parque, estou de acordo com o Vereador Joaquim Raposo nessa matéria.-----

-----Nós temos um caso de um parque de estacionamento em Miraflores com quatrocentos lugares e que está impecável, apesar de já ter vinte e tal anos, portanto, os próprios devem fazer a manutenção preventiva e corretiva, é fundamental e é óbvio que os concessionários têm obrigações e eles devem entregar à Câmara Municipal o estacionamento exatamente como o construiu, portanto, ele tem que ser entregue, devidamente qualificado e aí a Câmara tem que ter esse cuidado, porque muitas vezes há desleixo e não é por culpa deles é por culpa da Câmara, porque os nossos Serviços de Património têm que ter gestão do património e gestão do património é justamente isso, é gerir todo o património concessionado, portanto, está concessionado, tem que se verificar se a concessão está a ser respeitada ou não.-----

-----Quanto à Senhora Vereadora Heloísa Apolónia tenho que manifestar a minha discordância, começando que a exploração dos parques que devia ser da Câmara. -----

-----Eu quero dizer que em todas as Câmaras lideradas pelo Partido Comunista, na Área Metropolitana de Lisboa, estão a ser feitos parques exatamente como estes, estão a ser preparados concursos, exatamente como este.-----

-----Aqui é uma questão de preconceito e eu não tenho esse preconceito. Acho que há parques de estacionamento que devem ser geridos pela Câmara e nós temos esses casos, aliás, todos os parques que são construídos pela Câmara, ou são geridos pela Câmara ou são geridos pela Parque Tejo e, naturalmente que a Parques Tejo irá gerir cada vez mais parques de



Câmara Municipal
de Oeiras

estacionamento. -----

----- Não é pelo facto de haver este concurso para estes parques, isso não vai fazer definhar a Parques Tejo, pelo contrário, ainda há pouco tempo foi entregue mais um parque de estacionamento no Parque dos Poetas com trezentos e cinquenta lugares, à Parques Tejo e ainda hoje foi decidido, já está pronto o projeto de execução revisto para o Terminal Rodoviário de Paço de Arcos, onde vamos fazer para adaptar a estacionamento de carros quase dois milhões de euros de investimento, são mais trezentos lugares, que irão ser entregues à gestão da Parques Tejo.-----

----- Portanto, nós temos aqui duas soluções paralelas, uma que decorre do investimento que o Município faz e que entrega a gestão à Parques Tejo, mas, naturalmente que o Município não tem capacidade para, de um dia para o outro, construir e fazer investimento de trinta/quarenta milhões a construir parques de estacionamento e é aqui que entram os privados, de maneira que é perfeitamente compatível a coexistência de privado e público.-----

----- Por outro lado, tenho que recusar uma questão que a Senhora Vereadora Heloísa Apolónia referiu, ou seja, a ausência de estratégia. -----

----- Eu quero-vos dizer que com frequência quando não querem fazer nada, ou quando as pessoas se querem opor a qualquer coisa, dizem que não há estratégia. -----

----- Esse é o discurso que ouço há cinquenta anos. -----

----- Não há estratégia e como não há estratégia, o que são planos sectoriais não está de acordo, porque são sectoriais, não é estratégia. -----

----- A verdade é que a estratégia é feita, justamente, de intervenções sectoriais, quer dizer a qualidade de vida do território mede-se pelos jardins, vê-se nas avenidas, ruas, mede-se por estacionamento, pelas escolas, lares da terceira idade, lares para deficientes, pelas creches, tudo isso é estratégia, digamos de desenvolvimento de um território e de pessoas. -----

----- Naturalmente, é constituída por programas sectoriais. -----

-----Neste caso concreto, não há estratégia? -----

-----Então nós não estamos a investir milhões no transporte público? Não estamos a pagar quatro milhões de euros por ano para os passes sociais? Não assinámos um protocolo com a Câmara de Lisboa e a Câmara de Loures para o transporte público para a definição de corredores para o transporte ligeiro? Não apresentámos os primeiros relatórios de desenvolvimento de estudos de mobilidade que nos vão dizer quais são as necessidades nesta matéria? Não estamos a fazer ciclovias para a mobilidade suave? -----

-----Há todo um conjunto de intervenções que decorrem de uma estratégia que visa fomentar o transporte público e retirar o transporte individual das ruas, das avenidas, fomentar a utilização de meios de transporte suaves, como é a bicicleta, por exemplo. -----

-----A estratégia é esta nós estamos a trabalhar em várias frentes. -----

-----Agora não diga a Vereadora Heloísa Apolónia que cada vez que fazemos uma ciclovias, que cada vez que adjudicamos uma ciclovias, vamos dizer quais são as ciclovias todas que estamos a fazer, vamos dizer quais são os investimentos no transporte público, vamos dizer quais os investimentos que estamos a fazer nos parques de estacionamento, etc.. -----

-----Há aqui qualquer coisa que não está bem. -----

-----Todos nós sabemos que realmente a estratégia é global e a estratégia global é constituída por diferentes programas, por diferentes eixos de desenvolvimento. -----

-----Quando adjudicamos uma parcela, não precisamos estar a referir tudo aquilo que estamos a fazer, agora é indiscutível que quem está atento vê, o caso do Município de Oeiras, estamos a trabalhar em várias frentes. Estamos a trabalhar no transporte público, temos o COMBUS, com a Câmara de Lisboa e a Câmara de Loures com a participação da concessão do transporte coletivo na Área Metropolitana de Lisboa, com a elaboração de projetos, com o estacionamento, com as ciclovias, a estratégia é esta. -----

-----Ainda quero dizer o seguinte sobre o parque explorado pela Câmara, ou não. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A Câmara Municipal não tem condições de ser ela própria a explorar o parque de estacionamento, por isso foi criada a Parques Tejo e, neste momento, está a decorrer uma alteração estatutária, que eu espero trazer à reunião dentro de dois meses, quer da Oeiras Viva, quer da Parques Tejo para aumentar o âmbito da sua intervenção no sentido de afetar, no âmbito do desenvolvimento de projetos de transporte público e de mobilidade suave, portanto, não é apenas gerir os parques, os parquímetros, mas qualquer intervenção ao nível, por exemplo, das bicicletas, ao nível do COMBUS, inclusivamente, o interlocutor na AML ao nível do transporte coletivo pode vir a ser a Parques Tejo, naturalmente, que se irá especializar nessa matéria.”-----

----- O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

----- “Eu nunca disse que não havia estratégia, se o Senhor Presidente viu as propostas que eu apresentei, também tinham estratégia, tal como o Senhor Presidente tem: transporte público, estacionamento, ciclovias, etc.. -----

----- Eu não sou defensor de apenas haver estacionamento público, também é preciso o privado, Lisboa tem a dimensão que tem e o orçamento que tem e tem uma empresa municipal, mas tem diferentes concessionárias de parques de estacionamento e ainda bem que tem, porque é impossível só uma entidade fazer a gestão destes espaços, elas não se atropelam, complementam-se. -----

----- Quando disse que tinha reservas era no sentido, se as vamos asfixiar, ou diminuir a sua rentabilidade, elas não prosperam, porque não são uma empresa pública.-----

----- Tive oportunidade de conhecer a empresa municipal de estacionamento que existe em Almada. -----

----- Infelizmente é uma empresa que gere o estacionamento, mas depois não tem estacionamento, porque não faz investimentos. -----

----- Do ponto de vista do ambiente, precisamos de tirar os carros dos passeios e para isso é preciso criar estacionamento, por isso, a política de estacionamento, pode ser subterrânea, em

altura, ou estacionamento ao ar livre e estamos a fazer um bom trabalho, reconheço isso, há estacionamento à superfície perfeitamente enquadrável, porque há condições para o fazer e tirar os carros dos passeios libertando-os para as ciclovias. -----

-----As reservas que apresentei, melhoraram esta proposta, porque queremos criar atratividade, porque nenhum Município faz investimento só por si, só para criar parques de estacionamento, Lisboa e Porto têm empresas de estacionamento privado e público e elas convivem e mesmo assim os parques de estacionamento não chegam e continuam a fazer parques.-----

-----Também concordo que há estratégia, como havia no meu programa, mas que existe uma estratégia conjunta entre o estacionamento, o transporte público e a ciclovia. -----

-----Antigamente a tendência do automóvel era continuar a aumentar. Neste momento, há uma tendência para não continuar a aumentar, não será já, pode demorar mais de quarenta anos, porque uma nova geração vai resistir a ter automóvel e como dizia o Vereador Carlos Morgado, há carros parados vinte e duas horas por dia, outros estarão até vinte e quatro ou até mais e assim só ocupam o lugar.-----

-----Quando eu vim para a Amadora em mil novecentos e cinquenta e oito não havia carros, quando fui morar para Benfica em mil novecentos e sessenta e dois na minha rua havia um carro, por isso nós jogávamos hóquei em patins de sarjeta a sarjeta, porque não havia carros.

-----Os tempos mudaram é evidente que toda a gente comprou carros. -----

-----A minha preocupação foi criar condições para que o concurso não fique deserto. Porque existem em Portugal empresas com conhecimento, com provas dadas na construção de parques de estacionamento. -----

-----O Vereador Nuno Neto referiu: “Se repararmos estamos a transferir o risco dos exploradores privados um investimento de...” e tenho que dizer que não gostei dessa expressão, eles não são exploradores, são investidores para as pessoas poderem usar os parques de



Câmara Municipal
de Oeiras

estacionamento.” -----

----- A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** disse o seguinte:-----

----- “Eu tomei boa nota daquilo que o Senhor Presidente disse e daquilo que o Senhor Vereador Joaquim Raposo disse e, efetivamente, temos uma opinião diferente. -----

----- Quando eu falo que não existe estratégia, não falo, obviamente, daquilo que o Senhor Presidente falou de que a estratégia é feita de questões sectoriais e que há uma estratégia para os jardins e há uma estratégia para as zonas verdes em geral e que há uma estratégia para isto e para aquilo, obviamente que o desenvolvimento do Concelho se faz com toda a soma da intervenção nesses diversos sítios.-----

----- Quando falo em estratégia estava a relacionar concretamente com a questão da articulação e a estratégia efetivamente é uma questão que deve ser olhada a longo prazo e a verdade é que no Concelho de Oeiras, aquilo que se está a verificar, eu acho muito bem que se continuem a construir ciclovias, como é evidente, para gerar condições de segurança para utilização da bicicleta, mas Oeiras está a criar a utilização e a fomentar a utilização de modos de mobilidade ativa ou suave, como uma forma de lazer, não como uma forma alternativa de transportes, porque se nós formos pensar na bicicleta como uma alternativa de transporte, devemos pensar naquela que foi a última alteração ao Código da Estrada e começar a colocar a bicicleta na estrada, porque as cidades, de facto, foram construídas para que o automóvel fosse rei e senhor dessa dimensão urbana, quer nos passeios, como já aqui foi falado, quer nas estradas, acontece que ainda hoje nós não conseguirmos articular os modos de transporte suave com o automóvel ou os modos mais pesados de transporte e devemos começar a pensar nisso e, quando eu falo de estratégia é de articulação com tudo isto, e também com a dimensão que queremos para a resposta do transporte público. -----

----- Se nós quisermos fomentar esta mobilidade e trouxermos transporte público reforçado às pessoas, em que medida é que isso vai contribuir para um desincentivo à utilização

do transporte individual? -----

-----Porque as pessoas quando vão a determinados centros e a determinados locais do Concelho com estes parques de estacionamento vão pagar parqueamento e, na verdade, nós não estamos aqui também só pensando em formas de solucionar algumas coisas, estamos a pensar como é que, nessas formas de solução conseguimos angariar verbas, porque os privados também não são altruístas. -----

-----Eu reforcei aquela que é a posição da CDU. Que é só uma. -----

-----Gostaria de fazer uma retificação, obviamente quando falei da exploração direta do Município estava a falar da Parques Tejo.” -----

-----O **Senhor Presidente** reforçou o seguinte: -----

-----“Eu compreendo que haja alguma distração por parte da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mas quero dizer que essa estratégia existe e está bem definida, quando nós construímos um parque de estacionamento para quatrocentos lugares no terminal ferroviário de Paço de Arcos o que é que estamos a fazer? Quando nos propomos construir um parque de estacionamento no terminal de Algés o que é que estamos a fazer? A criar condições para que as pessoas levem o carro até à estação e apanhem o comboio. Quando fazemos uma ciclovia empresarial, do Lagoas Park/Quinta da Fonte/Estação de Paço de Arcos o que é que estamos a fazer? Que as pessoas venham de comboio até à Estação e depois quem quiser vai de bicicleta até ao parque empresarial, onde trabalham milhares de pessoas, portanto, eu acho uma coisa estranha e surpreendente.”-----

-----A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** interrompeu para dizer o seguinte: -----

-----“E a partilha de bicicleta?”-----

-----O **Senhor Presidente** continuou: -----

-----“Não é pelo facto da Senhora Vereadora dizer que não há uma estratégia que ela não há, aí mais uma vez, a Senhora Vereadora a querer impor a sua vontade à realidade, neste caso é



Câmara Municipal
de Oeiras

a realidade que se impõe à sua vontade, portanto, não é pelo facto de dizer que não há uma estratégia que a estratégia não existe, porque eu estou a desmenti-la, eu estou a desmentir aquilo que a Senhora Vereadora disse, terminal ferroviário em Paço de Arcos e Algés, parque de estacionamento junto à Estação de Oeiras, ciclovias a ligar o interior do Concelho à Estação do Caminho-de-ferro da linha de Cascais, o que é isto senão integração e estratégia? -----

----- Tenha paciência Senhora Vereadora não é porque não quer, é tão simples como isso.”

----- A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** interrompeu de novo para dizer o seguinte: -- -----

----- “O Senhor Presidente devia apostar no “bike sharing”, na partilha de bicicletas, isso é que era também um grande contributo.” -----

----- O **Senhor Presidente** voltou dizendo: -----

----- “Sobre a “bike sharing” já foram feitas várias propostas, vários concursos não é a Câmara Municipal que vai pôr as bicicletas à disposição dos fregueses e até agora se não há “bike sharing” é porque o mercado privado considera que não há mercado, não há massa crítica, portanto, a Câmara Municipal de Oeiras não tem esse preconceito que a Senhora Vereadora tem, são os privados que têm que fazer isso, não é a Câmara, nós estamos disponíveis, aliás, já aprovámos, a Senhora Vereadora aprovou, mas depois com a história da pandemia, desistiram, paciência, o que é que se pode fazer? -----

----- Estamos à espera de novas situações, carros elétricos, etc.. -----

----- Neste momento o Município de Oeiras é o que mais carregadores tem a nível nacional. No entanto, há dois/três anos diziam que estávamos atrasados, hoje somos o primeiro a nível nacional, já ultrapassámos a cidade de Lisboa, portanto, só não vê quem não quer. -----

----- O Senhor Vereador Joaquim Raposo falou na questão dos concorrentes de concursos que ficaram desertos. Ora bem, eu quero dizer o seguinte. Eu até admito que estes concursos possam ficar desertos. Mas não é por minha vontade, porque por uma razão, eu seria muito mais

flexível, acontece é que nos termos da lei, como sabe, é obrigatório apresentar estudos de viabilidade económica para a construção desses parques de estacionamento com o visto do Tribunal de Contas, de maneira que isto é um bocado espartano, isto vai ao osso, significa que a margem de rentabilidade desses parques de estacionamento podem não ser atrativos para os privados.-----

-----Eu considero que o estacionamento é tão necessário neste Concelho e na Área Metropolitana de Lisboa, que aquilo que podia ser feito era a cedência gratuita dos terrenos e durante vinte anos não pagavam qualquer renda ao Município. -----

-----Eu acho isto uma barbaridade, acho que o esforço privado é tanto que quem investe tem que ter rentabilidade e eu não tenho nenhuma garantia, eu não dou nenhuma garantia, porque fazem-se estudos económicos com taxas de rentabilidade do mercado que depois podem não corresponder e o privado pode-se ver obrigado a estabelecer tarifas mais baixas, que não compensam o retorno do investimento.-----

-----Obviamente que um privado analisa o concurso, analisa o caderno de encargos e pode chegar à conclusão que não vale a pena investir, porque tem trinta anos e só recupera o capital daqui a sessenta anos. -----

-----Podia ser permitido aos Municípios e aqui é que não há estratégia, se queremos estratégia tem que ser nacional, se queremos uma estratégia para retirar o estacionamento do centro da cidade, das avenidas, de ruas, etc., então vamos lá facilitar a construção de estacionamento e se há investimento privado, que está disponível para o fazer, têm que lhes dar rentabilidade. -----

-----Podem ficar os concursos desertos, porque os operadores podem considerar que não têm rentabilidade necessária.-----

-----A minha vontade não era esta, eu estou-me a sujeitar àquilo que me diz ser imposições da lei, porque aquilo que eu gostava de fazer era abrir um concurso público, dizer



Câmara Municipal
de Oeiras

estão aqui os terrenos e eram cedidos sem qualquer pagamento ao Município e aquele que fizesse mais estacionamento e que fizesse o melhor preço, era aquele que ganhava o concurso, mas eram eles, eram os promotores que diziam, que iam construí-lo e qual a tarifa.-----

----- Não o estamos a fazer, nós fazemos contas, partimos do princípio que eles vão ter o retorno do capital em xis anos, portanto, o risco é todo do produtor privado, a Câmara Municipal não corre risco nenhum.-----

----- Se os concursos ficarem desertos deve-se justamente aos condicionalismos, às imposições que a Câmara Municipal coloca, mas pronto, mas ao que parece tem que ser assim porque o Tribunal de Contas exige um estudo de viabilidade económica.”-----

----- O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** argumentou o seguinte:-----

----- “Estou de acordo com o que disse o Senhor Presidente, é uma imposição, por isso sugeri que se passasse para os quarenta anos, para permitir algum retorno.-----

----- Há dois parques que têm características próprias, o de Algés e do Parque Desportivo, em Alfragide, como são à superfície tem que haver um arranjo paisagístico e isso tem custos acrescidos. -----

----- Além do parque de estacionamento está garantido algo, para o tornar uma coisa agradável? -----

----- Do meu ponto de vista o parque de estacionamento de Algés também obriga a um projeto paisagístico de enquadramento e tem custos, todos sabemos isso, e também há a questão de querer fazer ali o Interface, por isso é um estacionamento que é diferente dos outros todos, tenho essa preocupação, como o Senhor Presidente também tem, não podemos criar nenhum atropelo ao que a lei nos obriga, infelizmente não podemos dizer que ficam lá vinte anos e não pagam nada, porque a responsabilidade da gestão é do Município, mas há outros que se sobrepõem e mandam mais do que aqueles que fazem a gestão.-----

----- Espero que todos os parques tenham concorrentes de qualidade, porque há boas

empresas, de gente séria, que procura trabalhar com qualidade, mas o investidor tem que fazer contas, porque o investimento é uma coisa e a rentabilidade é outra coisa. -----

-----Há muitas interrogações, até por causa da situação que estamos a passar, e no futuro não haverão os problemas que temos agora, e apesar do tarifário, a Câmara poderá, se na altura verificar, fazer correções ao tarifário, para não serem os investidores, porque não são beneméritos e à Câmara interessa que os investidores se sintam bem, que façam o seu investimento e que continuem a fazê-lo sempre que seja preciso.” -----

-----O **Senhor Presidente** reforçou o seguinte: -----

-----“O que disse o Vereador Joaquim Raposo está, de alguma forma salvaguardado no caderno de encargos, particularmente o de Algés tem-se uma atenção especial, assim como o de Carnaxide, aliás, todos eles, o da Avenida da República, por exemplo, está decidido que se faça lá um terraço panorâmico, em todos eles se tem em atenção esse aspeto, o que vai reforçar o investimento.” -----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** disse o seguinte: -----

-----“Está a haver alguma confusão, neste processo não há nenhuma renda a pagar à Câmara, esta concessão é sem renda. -----

-----Quanto aos tarifários, o cálculo está feito de acordo com o estudo que foi feito, os tarifários máximos em áreas de estacionamento mais caro. Por outro lado, tem também fatores de correção a estes tarifários máximos e abre a porta a uma renegociação futura caso ela seja necessária.- -----

-----Quanto aos critérios urbanísticos o Senhor Presidente acabou de explicar que foram introduzidas as devidas cautelas para que a solução urbanística final corresponda aos interesses do Município.-----

-----O **Senhor Presidente** observou o seguinte: -----

-----Quando falei em rendas, estava a falar em termos genéricos, eu queria referir os



Câmara Municipal
de Oeiras

custos que o particular tem, designadamente a questão dos acabamentos de arquitetura de alguns equipamentos, por exemplo o Quintal Desportivo, hesitamos se devia ficar aqui o equipamento desportivo em cima, se uma fonte. -----

----- Eu queria dizer que oneramos esses estacionamento, a ideia é que não sejam edifícios de blocos sem qualidade arquitetónica, pelo contrário, têm que ser integrados na paisagem.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e voto contra da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a abertura de um procedimento pré-contratual, através de concurso público com publicidade internacional, destinado à conceção, construção, gestão, exploração e manutenção de cinco novos parques de estacionamento, nos terrenos municipais identificados das Freguesias de Algés e Carnaxide do Concelho de Oeiras, com adjudicação por lotes (Lotes um, dois e três), em regime de concessão de obra e serviço público.-----

----- As peças procedimentais. -----

----- A composição do júri do procedimento, constituído por três membros efetivos, um dos quais preside e quatro membros suplentes, com competência para proceder a decisões e resposta a eventuais pedidos de esclarecimento de interessados, proceder à apreciação das candidaturas e das propostas, pedir esclarecimentos aos concorrentes, elaborar relatórios de análise das propostas (relatórios preliminar e final) e propor decisões finais ao concurso. -----

----- A delegação no júri elencado das competências. -----

----- A nomeação do Gestor do Contrato, para todos os contratos de concessão, com a possibilidade de vir a ser auxiliado por órgão singular ou coletivo de apoio técnico à atividade do mesmo, a ser constituído simultaneamente ou nomeado em momento posterior. -----

-----A submissão da presente proposta de deliberação a autorização da Assembleia Municipal.- -----

-----Nos termos dos artigos trigésimo sexto, trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea b) e número dois, quadragésimo sexto-A, sexagésimo sétimo, número um e sexagésimo nono, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

-----Nos artigos vigésimo quarto, vigésimo quinto, número um, alínea p) e trigésimo terceiro, número um, alíneas f), qq) e ccc), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

20 - PROPOSTA Nº. 46/21 - DVM - ADJUDICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS DE PASSAGEIROS, NA MODALIDADE DE FORNECIMENTO CONTÍNUO: -----

-----I - O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte:-----

-----“Relativamente a esta proposta, conforme INF.INT/CMO/dois mil e vinte e um/setecentos e cinquenta e seis, anexo da proposta de deliberação, é disponibilizada a ponderação do júri do concurso (Página três), relativamente à pronúncia, ao abrigo do direito de audiência prévia, do concorrente “Vale do Ave Transportes, Limitada”, foi entendimento do júri, que com a revogação do disposto na alínea d), do número um, do artigo quinquagésimo sétimo, a junção dos “Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte, direta ou indiretamente, das peças do procedimento.”, a análise para efeitos da eventual exclusão, do preço anormalmente baixo decorre por força da conjugação do disposto na alínea e), número dois, dos artigos septuagésimo e septuagésimo primeiro. -----

-----Código dos Contratos Públicos-----

-----Decreto-Lei número dezoito/dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, alterado e



Câmara Municipal
de Oeiras

republicado pelo Decreto-Lei número cento e onze-B/dois mil e dezassete, de trinta e um de agosto (retificado pelas declarações de retificação número trinta e seis-A/dois mil e dezassete, de trinta de outubro e número quarenta e dois/dois mil e dezassete, de trinta de novembro);-----

----- Artigo quinquagésimo sétimo-----

----- Documentos da proposta:-----

----- Um - A proposta é constituída pelos seguintes documentos:-----

----- a) Declaração do anexo primeiro ao presente Código, do qual faz parte integrante;---

----- b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar; -----

----- c) Documentos exigidos pelo programa do procedimento ou convite que contenham os termos ou condições relativas a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule; -----

----- (Revogada.)-----

----- Artigo septuagésimo primeiro -----

----- Preço ou custo anormalmente baixo: -----

----- Um - As entidades adjudicantes podem definir, no programa de concurso ou no convite, as situações em que o preço ou o custo de uma proposta é considerado anormalmente baixo, tendo em conta o desvio percentual em relação à média dos preços das propostas a admitir, ou outros critérios considerados adequados. -----

----- Dois - A entidade adjudicante deve fundamentar a necessidade de fixação do preço ou do custo anormalmente baixo, bem como os critérios que presidiram a essa fixação, designadamente os preços médios obtidos na consulta preliminar ao mercado, se tiver existido. --

----- Resulta da opinião do Júri o seguinte, conforme Relatório Final (Página dezoito

Anexo da proposta de deliberação):-----

-----(...)-----

-----Atente-se que com a revogação do disposto na alínea d), do número um, do artigo quinquagésimo sétimo, a junção dos “Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte, direta ou indiretamente, das peças do procedimento.”, a análise para efeitos da eventual exclusão, do preço anormalmente baixo decorre por força da conjugação do disposto nas alínea e), número dois, dos artigos septuagésimo e septuagésimo primeiro. Para o efeito, teria a entidade adjudicante de fundamentar a necessidade de fixação do preço anormalmente baixo, estabelecer os critérios que presidiram à sua fixação e proceder sua indexação, por referência ao preço base, a partir do qual um preço será considerado anormalmente baixo. Como resulta do presente procedimento concursal tal regulação não ocorreu pelo que ainda que a proposta eventualmente incorresse no preço anormalmente baixo, não se verificando quaisquer violações de normativos legais ou regulamentares, nunca poderia a proposta ser excluída.-----

-----Mesmo que o Município houvesse regulado o preço anormalmente baixo nos termos e para efeitos do disposto no artigo septuagésimo primeiro, do CCP, sempre se dirá conforme alguma jurisprudência o seguinte: “Na verdade, para que seja anormalmente baixa a proposta de preço tem de revelar um sério risco de impossibilidade de cumprimento do contrato [artigo septuagésimo primeiro, números um e dois, do CCP]:-----

-----Daí que a previsão de um preço anormalmente baixo como fator de exclusão das propostas se destine apenas a evitar o risco de um incumprimento integral pelo adjudicatário das obrigações que assumiu perante a entidade adjudicante, mas já não para o cumprimento das obrigações para com entidades terceiras ao contrato, como seja, o caso dos trabalhadores, da segurança social ou da Autoridade Tributária e Aduaneira, pois para estes incumprimentos, a lei prevê outros mecanismos de atuação.”-----



----- Atente-se que, a pretensão da entidade adjudicante é uma prestação de serviços de motorista para um período diário de doze horas com nove horas de condução efetiva, cabendo a gestão dos horários dos motoristas a afetar à entidade adjudicatária, (conforme. resposta ao pedido de esclarecimentos - ponto dois, efetuada em três de dezembro de dois mil e vinte). O que equivale a dizer que o serviço diário poderá ser prestado, eventualmente, por um ou mais motoristas, conforme o entendimento da entidade adjudicatária. -----

----- Mais se refere que, de acordo com o ponto quatro (Vide, pedido de esclarecimentos) da resposta ao pedido de esclarecimentos, a entidade adjudicante poderá solicitar serviços para um único dia, como poderão ser programados serviços diários durante um mês, ou por outro período de tempo que a entidade adjudicante tiver por conveniente. -----

----- Quanto à invocação do eventual prejuízo que a Deltabus possa incorrer, tal alegação não pode proceder para efeitos de exclusão da proposta porquanto e conforme referido por alguma jurisprudência podemos estar perante uma decisão de estratégia do concorrente: “Ora, desde logo, o facto de uma proposta refletir um preço que implica um custo inferior aos custos que derivam da aplicação de uma serie de leis do trabalho não implica que, face ao teor da proposta. A entidade adjudicatária não vá cumprir qualquer legislação vigente e nomeadamente a legislação de trabalho que vem invocada como custos fixos a considerar na proposta. -----

----- Antes apenas significa que a mesma está disposta a ter prejuízo já que nada a impede de, a nível de estratégia de empresa. Prefira obter um certo contrato, ainda que com algum prejuízo, até como política de marketing, de se dar a conhecer ao mercado. -----

----- Na verdade. O princípio da liberdade de gestão empresarial [artigo sexagésimo primeiro, da Constituição da República Portuguesa] não impede que o preço num concurso possa espelhar uma estratégia da empresa concorrente suscetível de levar à apresentação de propostas que envolvam a assunção de prejuízos pontuais, sem que isso determine qualquer ilegalidade, designadamente, o incumprimento das obrigações retributivas e contributivas.” -----

-----Em face do exposto, o júri deliberou, por unanimidade, manter a ordenação das propostas indicadas no Relatório Preliminar, a saber: -----

-----Primeiro lugar: Deltabus Transporte de Passageiros, Limitada; -----

-----Segundo lugar: Vale do Ave Transportes, Limitada. -----

-----As questões suscitadas após leitura do relatório final, são as seguintes: -----

-----Como foi aferido o valor base para este concurso?-----

-----Houve consulta de preços ao mercado? -----

-----Não teria sido melhor a CMO ter regulado o preço anormalmente baixo nos termos e para efeitos do disposto no artigo septuagésimo primeiro, do CCP?-----

-----Há garantias efetivas que o contrato vai ser cumprido?” -----

-----A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** questionou o seguinte: -----

-----“Alguém me sabe informar qual é o ordenado destes motoristas?”-----

-----O **engenheiro Pedro Nunes** esclareceu o seguinte:-----

-----“O preço base foi tido em consideração, porque previamente a este concurso fizemos uma consulta prévia, para seis meses de procedimento para um concurso que foi adjudicado a anteriormente.”-----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** questionou o seguinte:-----

-----“Fizeram uma consulta prévia para as mesmas caraterísticas? -----

-----Motoristas que obrigatoriamente trabalham Xis horas por dia e Xis por mês?” -----

-----O que dá três mil e setenta euros a cada motorista e com base nisso lançaram o concurso? - -----

-----O **engenheiro Pedro Nunes** esclareceu o seguinte:-----

-----“Correto.”-----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** questionou o seguinte:-----

-----“Mas uma das propostas apareceu com mil quatrocentos e cinquenta euros, correto?”



Câmara Municipal
de Oeiras

----- O **engenheiro Pedro Nunes** esclareceu o seguinte: -----

----- “Sim, é verdade.” -----

----- O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

----- “Mas isso é cinquenta por cento abaixo do valor base, e das duas uma, ou fizeram mal as contas ou foram enganados no outro concurso.” -----

----- O **engenheiro Pedro Nunes** esclareceu o seguinte: -----

----- “Nós não auscultámos o fornecedor que ganhou, implicitamente eu consigo concluir, obviamente que de há um ano a esta parte o mercado levou um grande rombo devido à pandemia, eu não consigo justificar e nem sei se é essa a justificação ou não, é uma questão de gestão da empresa.” - -----

----- O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

----- “Eles apresentaram uma justificação para o valor que apresentam, dizem que apresentam um valor mais baixo, porque é um investimento que vão fazer. -----

----- Qual investimento? -----

----- Eles fazem algum investimento? -----

----- Uma pessoa perde dinheiro no ordenado, porque a empresa vai fazer um investimento? -----

----- A **doutora Sílvia Breu** esclareceu o seguinte: -----

----- “Relativamente ao preço anormalmente baixo, conforme está na proposta de deliberação, há uma série de jurisprudência do Tribunal Administrativo que discorre sobre esta matéria e vem dizer que pelo facto de ser anormalmente baixo, não deve ser motivo de exclusão, isso está claro na proposta de deliberação.” -----

----- O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

----- “A lei foi alterada e tem outra leitura. -----

----- Isso aplica-se a qualquer concurso, quer seja prestação de serviços, quer seja de

obra?”-----

-----A **doutora Sílvia Breu** esclareceu o seguinte:-----

-----“Aplica-se”-----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte:-----

-----“Não estamos a falar da mesma maneira como falávamos há anos, passámos a ter critérios diferentes de análise consoante as situações.-----

-----No passado, por muito menos por estas percentagens, foram considerados anormalmente baixos e não lhes foi dada razão.-----

-----Esquecemo-nos de dizer uma coisa.-----

-----No concurso podíamos ter colocado uma cláusula a dizer por que considerávamos anormalmente baixo e não está.”-----

-----A **doutora Sílvia Breu** esclareceu o seguinte:-----

-----“Não está, nem pomos, até porque como resulta do CCP não é uma cláusula fácil, é uma cláusula excecional.”-----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte:-----

-----“Nós utilizamos na maior parte dos concursos, como sabe, mas para mim esta parte está ultrapassada, porque está sustentada pela própria lei.”-----

-----O **Senhor Presidente** indagou o seguinte:-----

-----“Querem que esta proposta fique adiada para a próxima reunião?-----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte:-----

-----“Eu faço chegar as questões por escrito à Senhora Vereadora Joana Baptista.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** fez a seguinte sugestão:-----

-----“O Senhor Vereador Joaquim Raposo aceita votar esta proposta de deliberação com voto condicionado, até obter resposta às questões que colocou?”-----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Concordo e farei chegar as questões que coloquei.” -----

----- A **doutora Sílvia Breu** esclareceu o seguinte: -----

----- “Respondendo à questão colocada pela Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, gostaria de dizer que a remuneração certa, não sei, só posso assumir que os motoristas irão receber em conformidade com o trabalho que irão prestar e a empresa irá pagar em conformidade, o valor que é imputado inclui todos os custos da empresa.” -----

----- O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

----- “A empresa tem que cumprir com o Contrato Coletivo de Trabalho, ou seja, pagar as horas e os dias de trabalho, subsídio de alimentação, etc., mas tem que ter lucro, e acho estranho, uma empresa com esses encargos todos, com mil quatrocentos e cinquenta euros, consiga ganhar dinheiro com o motorista, tenho sérias dúvidas, a não ser que esteja nalgum programa apoiado do ponto de vista do emprego e subsidiado pela Segurança Social ou pelo Ministério do Trabalho, pode ter tido essa esperteza, não tenho essas certezas e ninguém pode ter. -----

----- Se fizermos as contas aos custos que terá a entidade patronal, não vai dar lucro, tem que ter mecanismos de apoio, subsídios, etc..” -----

----- O **engenheiro Pedro Nunes** acrescentou: -----

----- “O que a empresa irá pagar aos funcionários está descrito num documento que é obrigatório ser apresentado pelos concorrentes e está lá a dizer o que vão pagar aos funcionários e a despesa que irão ter com eles. “-----

----- O **Senhor Presidente** rematou o seguinte:-----

----- “Se a Vereadora fez uma pergunta, vocês têm obrigação de responder e não mandar ir ver o documento, porque eu também não o vou ver.” -----

----- A **doutora Sílvia Breu** esclareceu o seguinte: -----

----- “De acordo com a proposta apresentada o motorista vai receber, por dia, sessenta e nove euros e cinquenta cêntimos, ao qual acresce o subsídio de alimentação, e consoante os dias

que trabalha.”-----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** concluiu o seguinte:-----

-----“Tenho a lamentar que não se saiba quanto o motorista vai ganhar.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e voto contra da Senhora Vereador Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar o relatório preliminar e relatório final e consequentemente adjudicação da aquisição da prestação de serviços de motorista de veículos pesados de passageiros, na modalidade de fornecimento contínuo à “Deltabus - Transporte de Passageiros, Limitada”, pelo valor de quatrocentos e setenta e cinco mil seiscientos e nove euros e setenta e seis cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

-----A notificação da adjudicatária para a prestação de caução no valor de cinco por cento do preço contratual, tendo por referência o preço do seu período de vigência inicial.-----

-----A minuta de contrato escrito, para posterior envio ao adjudicatário para aprovação. --

-----Nos termos dos artigos septuagésimo sexto e nonagésimo oitavo, do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o disposto no artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e no artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos, que remete para o artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

-----III - A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** fez a seguinte declaração de voto: ----

-----“A CDU - Coligação Democrática Unitária - votou contra a deliberação número quarenta e seis, de dois mil e vinte e um, na sequência das posições assumidas anteriormente nesta matéria e em relação a este concurso. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Numa situação socioeconómica, como a que se vive no momento presente em Portugal, devido à pandemia da COVID-Dezanove, e face à situação de desemprego que, infelizmente, está a abranger um número preocupante de cidadãos, faria ainda mais sentido, na perspetiva da CDU, que a Câmara Municipal de Oeiras abrisse concurso para admissão de pessoal, em vez de optar pelos serviços de uma empresa que oferece emprego precário.-----

----- Seria também útil que a Câmara Municipal de Oeiras desse recorrentemente sinal, quer ao Governo, quer à Assembleia da República, dos parcos salários impostos à Administração Local, e Administração Pública em geral, para serviços essenciais, salários que, para além de indignos, levam a que muitos trabalhadores qualificados procurem outras soluções de emprego.”

21 - PROPOSTA Nº. 47/21 - DPU - PROCº. Nº. 11/2018-SPO - LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO PARA OS TERRENOS LOCALIZADOS EM QUEIJAS: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** referiu o seguinte: -----

----- “Gostava de saber se havia algum problema de a proposta ficar adiada para a próxima reunião, não tem nada a ver com a sua complexidade, mas precisava que ficasse adiada.”-----

----- O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Não há problema nenhum, coisas que às vezes esperam anos, também podem esperar uma semana, fica adiada para a próxima reunião.”-----

----- A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** observou o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Presidente.”-----

----- II - Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

22 - PROPOSTA Nº. 48/21 - DPOC - TARIFÁRIO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS 2021:-----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa

Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Armando Soares e voto contra dos Senhores Vereadores Joaquim Raposo e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos, a qual se consubstancia na manutenção das tarifas vigentes, em dois mil e vinte, na faturação dos serviços de águas (tarifa de disponibilidade ou fixa e tarifa variável) da responsabilidade dos SIMAS e das tarifas aplicadas pelo Município de Oeiras aos serviços auxiliares por ele prestados e faturados.--

-----A estrutura tarifária submetida no âmbito da formação do tarifário para dois mil e vinte e um. -----

-----Em acréscimo às tarifas aplicáveis à atividade de gestão de resíduos urbanos, cobradas pelos SIMAS, no âmbito da faturação dos serviços de água e pelo Município de Oeiras, no âmbito dos serviços auxiliares (quando aplicável), a taxa de gestão de resíduos no valor de zero vírgula zero dois nove quatro euros por metro cúbico e vinte e dois euros por tonelada de resíduos urbanos indiferenciados recolhidos, respetivamente. -----

-----Que se proceda à publicitação da estrutura do “Tarifário do Serviço de Gestão dos Resíduos Urbanos” para o Município de Oeiras, para o ano dois mil e vinte e um, respetivas tarifas de disponibilidade e variável, do tarifário social, bem como do tarifário aplicável aos serviços auxiliares, nomeadamente, através de Edital. -----

-----Nos termos do Decreto-Lei número cento e noventa e quatro, de dois mil e nove, de vinte de agosto, capítulo quinto, artigo sexagésimo segundo.-----

-----Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro, número um, número dois e número sete, do artigo vigésimo primeiro. -----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, alínea e), do número um, do artigo trigésimo terceiro e artigo quinquagésimo sexto. -----

-----Lei número dez, de dois mil e catorze, de seis de março, alíneas b) e c), do número três, do artigo quinto. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, publicado no Diário da República, segunda série, número setenta e quatro, de quinze de abril de dois mil e catorze, a que se refere a deliberação número novecentos e vinte e oito, de dois mil e catorze, da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.-----

----- Lei número oitenta e dois-D, de dois mil e catorze, de trinta e um de dezembro, artigo décimo sexto (alteração ao Decreto-Lei número cento e setenta e oito, de dois mil e seis, de cinco de setembro), alterado pelo Decreto-Lei número noventa e dois, de dois mil e vinte, de vinte e três de outubro.-----

----- Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicado em Diário da República, segunda série, número cinquenta e seis, de vinte de março de dois mil e dezassete, com Declaração de Retificação número quatrocentos e sessenta e três, de dois mil e dezassete.-----

----- Regulamento número quatrocentos e quarenta e seis, de dois mil e dezoito, da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, publicado no Diário da República segunda série, número cento e quarenta, de vinte e três de julho.-----

23 - PROPOSTA Nº. 49/21 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO, POR CONCURSO PÚBLICO, DESTINADO AO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRELHAS, LINHAS DE VIDA E AREJADORES DE ALTA SEGURANÇA:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de dezoito de janeiro de dois mil e vinte e um, na qual aprovou a adjudicação do procedimento, por concurso público, para o fornecimento e instalação de equipamento de alta segurança em diversos reservatórios do sistema de distribuição

de água de Oeiras e Amadora, constituído por sessenta e dois arejadores, duas linhas de vida e vinte e sete grelhas de proteção, à empresa “Manusystems - Manutenção de Sistemas, Unipessoal, Limitada”, pelo preço de cento e sessenta e três mil cento e cinquenta euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, repartido pelos anos de dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois, sendo a primeira fase do fornecimento a ocorrer em agosto de dois mil e vinte e um, com a instalação a decorrer entre setembro e outubro do mesmo ano e a segunda fase com fornecimento a ocorrer em agosto de dois mil e vinte e dois, com instalação a ocorrer entre setembro e outubro do mesmo ano. -----

-----Face à programação, a verba deverá ser considerada da seguinte forma: -----

-----dois mil e vinte e um: oitenta e nove mil euros, acrescido de IVA;-----

-----dois mil e vinte e dois: setenta e quatro mil cento e cinquenta euros, acrescido de IVA.-----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Lei número dois, de dois mil e vinte, de trinta e um de março.-----

24 - PROPOSTA Nº. 50/21 - SIMAS - CP 20067/2020 - EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, RAMAIS DE LIGAÇÃO E ACESSÓRIOS EM DIVERSOS LOCAIS DO CONCELHO DE OEIRAS, ANOS DE 2021 E 2022 - SUSPENSÃO DO ATO DE CONSIGNAÇÃO:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente,



Câmara Municipal
de Oeiras

do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de dezoito de janeiro de dois mil e vinte e um, na qual aprovou a suspensão do Ato de Consignação, no âmbito da empreitada de remodelação de redes de abastecimento de água, ramais de ligação e acessórios em diversos locais do Concelho de Oeiras, anos de dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois, até estarem reunidas todas as condições para o início da mesma. -----

----- Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. ---- -----

----- Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

----- Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

25 - PROPOSTA Nº. 51/21 - SIMAS - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DESTINADA À CONSTRUÇÃO DO NOVO RESERVATÓRIO DO ALTO DE SANTA CATARINA, NO CONCELHO DE OEIRAS - RATIFICAÇÃO-SANAÇÃO DO ATO PRATICADO PELO JÚRI DO PROCEDIMENTO DE REJEIÇÃO DOS ERROS E OMISSÕES APRESENTADOS PELOS INTERESSADOS:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de dezoito de janeiro de dois mil e vinte e um, na qual aprovou a ratificação-sanação do ato ilegalmente praticado pelo júri, de rejeição das listas de erros e omissões apresentadas pelos interessados ao órgão competente para a decisão de contratar, no âmbito do procedimento por concurso público para a empreitada destinada à

construção do Novo Reservatório do Alto de Santa Catarina, no Concelho de Oeiras. -----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

26 - PROPOSTA Nº. 52/21 - SIMAS - APROVAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DOS MUNICÍPIOS DE OEIRAS E AMADORA BEM COMO DO RESPETIVO REGULAMENTO ORGÂNICO:-----

-----I - O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** referiu o seguinte:-----

-----“Trata-se de uma alteração à macroestrutura que, de alguma forma, vai ao encontro daquilo que se pretende em relação a essa macroestrutura dos Serviços e do ponto e vista da nomeação da própria administração, não tinha que ser a saída de eleitos, será que percebi bem?”

-----O **Senhor Presidente** clarificou o seguinte:-----

-----“Não, não, isso é exclusivamente a orgânica dos Serviços, não tem nada a ver com os eleitos.”-----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

-----“Certo.” -----

-----O **Senhor Vereador Carlos Morgado** frisou o seguinte: -----

-----“Relativamente aos SIMAS e sendo uma matéria que tem vindo a ser reclamada e debatida ao longo dos últimos anos, desejo que se concretize rapidamente a publicação da portaria conjunta dos Ministérios da Administração Interna e das Finanças que defina e determine quais os destinatários, os requisitos de recrutamento e o estatuto remuneratório dos



Câmara Municipal
de Oeiras

novos membros do Conselho de Administração, na sequência da alteração da redação do artigo décimo segundo do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local que vem permitir que os membros do Conselho de Administração não sejam membros das Câmaras Municipais, que determina que os mandatos tenham a duração de três anos e que a remuneração seja estabelecida por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas autarquias locais e finanças, possibilitando assim uma gestão muito mais profissional e um acompanhamento muito mais estreito no dia-a-dia da atividade dos SIMAS, com os naturais benefícios que, naturalmente, daí irão advir.- -----

----- Quanto a esta proposta, irei votá-la favoravelmente, mas gostaria de tecer alguns comentários e pedir alguns esclarecimentos.-----

----- Em primeiro lugar, coloco algumas reservas na criação de um Gabinete Jurídico e de Auditoria equiparado a Departamento. A principal atividade dos SIMAS, nesta matéria, prende-se com a representação judiciária, que tem sido assegurada com recurso a consultoria jurídica externa, promovida por sociedade de Advocacia. A atividade mais visível da atual Divisão de Auditoria e Apoio Jurídico, prende-se com a elaboração de contratos, o que é algo que, no meu entendimento, não tem uma complexidade que exija a criação de uma unidade orgânica equiparada a Departamento. Por outro lado, no regulamento orgânico que é proposto, o Gabinete Jurídico e de Auditoria tem a competência de “elaborar, instruir e acompanhar os processos de contraordenação” e a pergunta é, quais, se tal competência é das câmaras municipais, face à inexistência de personalidade jurídica dos SIMAS? -----

----- Questiono, também, a criação de um Departamento de Sistemas de Informação quando o que se tem feito até aqui é, gerir contratos de prestação de serviços e de desenvolvimento aplicacional, assegurar os serviços de apoio ao utilizador, gerir o parque dos equipamentos informáticos e de comunicações móveis. -----

----- Em sentido inverso, no meu ponto de vista, acho que a Divisão de Recursos

Humanos tem reunidas todas as competências e a complexidade organizacional para se transformar em Departamento, senão vejamos: -----

----- Gestão de Recursos Humanos;-----

----- Recrutamento e seleção de pessoal;-----

----- Acolhimento de novos colaboradores;-----

----- Remunerações, abonos, assiduidade, férias, baixas, ADSE; -----

----- Desenvolvimento de competências – Formação;-----

----- Avaliação e validação de competências e objetivos (SIADAP);-----

----- Serviço de Higiene e Segurança no Trabalho;-----

----- Gestão do Gabinete Médico. -----

----- Outra nota, considerando que a sustentabilidade se tem vindo a impor como um pilar fundamental de qualquer organização, ainda para mais considerando os SIMAS como uma entidade prestadora de serviços essenciais, na área ambiental e sendo a Água Potável e o Saneamento um dos dezassete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável definidos pela Organização das Nações Unidas na Agenda Vinte Trinta, em dois mil e quinze; sendo o estabelecimento desses objetivos correspondente a uma visão comum para a Humanidade, um contrato entre os líderes mundiais e os povos, e uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta, acho, salvo melhor opinião, que não deveria haver lugar à extinção do Setor da Sustentabilidade, que tem estado inserido na Divisão de Comunicação e Sustentabilidade. No novo Regulamento Orgânico, nas competências da Divisão de Comunicação e Informação Organizacional aparece apenas uma referência à sustentabilidade “conceber e promover programas de educação e formação na área da sustentabilidade, fomentando o envolvimento e participação da comunidade”. Acho que se poderia ir mais além.-----

----- Finalmente, gostaria que me clarificassem algumas competências, pois julgo que nalguns casos elas aparecem “ipsis verbis” em várias unidades orgânicas. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- No primeiro caso, competirá à Divisão de Gestão do Património “assegurar a manutenção e conservação do património edificado dos SIMAS no âmbito da construção civil, elétrico e metalomecânico”, competência da atual Divisão de Gestão de Infraestruturas e Equipamentos. No entanto, à unidade orgânica que substituirá esta (Divisão de Manutenção de Equipamentos e Projetos Especiais), continuará a competir a gestão de contratos de manutenção. Portanto, em que ficamos?-----

----- Um segundo caso, em que competirá à Divisão de Gestão do Património “garantir a valorização, gestão e controlo dos ativos patrimoniais”, mas também compete ao Departamento de Controlo de Infraestruturas e Gestão de Equipamentos “gerir todas as infraestruturas edificadas dos SIMAS”.-----

----- Um terceiro caso, em que competirá à Divisão de Gestão do Património “planear, conceber, analisar e executar projetos de grandes obras, nomeadamente de reservatórios, centrais elevatórias e outros edifícios”; e competirá ao Departamento de Controlo de Infraestruturas e Gestão de Equipamentos “gerir projetos de grandes obras”.-----

----- Finalmente, competirá à Divisão de Gestão do Património “planear, conceber, analisar e executar projetos de grandes obras, nomeadamente de reservatórios, centrais elevatórias e outros edifícios”; “emitir parecer técnico sobre projetos de equipamento nas áreas da rede de distribuição de água e da rede de drenagem de águas residuais, centrais elevatórias, edifícios, contadores, bem como sobre projetos de redes interiores que contemplem equipamentos de bombagem”, competências que são, quase “ipsis verbis”, repetidas na Divisão de Estudos e Projetos (“analisar e emitir pareceres técnicos sobre os projetos de obras das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais executadas por entidades públicas ou privadas”) e na Divisão de Manutenção de Equipamentos e Projetos Especiais (“analisar e emitir parecer técnico sobre projetos de equipamento nas áreas de rede de distribuição de água e da rede de drenagem de águas residuais, centrais elevatórias, edifícios, bem como sobre projetos de redes

interiores que contemplem equipamentos de bombagem”). Parece-me que temos aqui três unidade orgânicas com competências praticamente idênticas.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** referiu o seguinte: -----

-----“Esta proposta não poderia passar em branco decorrido que são cerca de quase catorze meses, assumindo a presidência na gestão dos SIMAS, de fazer aqui uma análise e apresentar essa mesma análise antes de votarmos a reestruturação orgânica, porque ela está alinhavada com os objetivos estratégicos que Oeiras e a Amadora têm para com os SIMAS. -----

-----A necessidade de nova estrutura orgânica não é um estudo recente, tem sido motivo de discussão entre o Município de Oeiras e da Amadora desde o primeiro dia do atual mandato, finais de dois mil e dezassete, chegámos agora à obtenção de uma posição comum.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras sempre deixou bem vincada naquela sede a estratégia e a visão que preconiza para os Serviços e a necessidade imperiosa de alinhamento dos objetivos estratégicos com a sua estrutura orgânica e funcional, costumo dizer muitas vezes que os SIMAS é um diamante em bruto e há muita coisa a fazer.-----

-----Neste momento, urge encetar não uma ação de cosmética ou uma ação paliativa nos SIMAS, mas sim uma ação estratégica e essa só se consegue com a implementação da nova estrutura orgânica. -----

-----Nos últimos anos, com particular incidência desde dois mil e treze e estamos a falar decorridos que são oito anos, alguns dos problemas da gestão dos SIMAS têm-se agudizado com impacto muito importante nos resultados e no serviço prestado aos nossos clientes.-----

-----Apesar de todos os recursos disponíveis, a gestão dos mesmos tem sido pouco eficiente e são evidentes as falhas de planeamento em áreas chaves. -----

-----A gestão dos SIMAS está claramente aquém do que é exigível face aos atuais recursos. --- -----

-----Não querendo ser exaustiva, gostava de dar conhecimento aos Senhores Vereadores



Câmara Municipal
de Oeiras

de alguns dos indicadores, que para a atual administração é altamente preocupante.-----

----- Relativamente à água não faturada, nos últimos cinco anos tem-se verificado percentagens de água não faturada superiores a vinte por cento, aliás, a ERSAR entende que a qualidade de serviço dos SIMAS é mediana, a água não faturada superior a vinte por cento tem custos para os SIMAS na ordem dos vinte e cinco milhões de euros.-----

----- Antiguidade dos contadores, mais de metade do parque de contadores de pequeno calibre tem mais de doze anos, os contadores têm um período de vida útil de doze anos, significa que metade deles já deveriam ter sido substituídos há muito, todos os anos têm mais um ano.-----

----- A antiguidade do parque dos contadores origina que os SIMAS deixem de faturar anualmente cerca de um milhão e duzentos mil euros, é uma das principais razões para percentagem de água não faturada seja superior a vinte por cento, é exatamente a antiguidade dos contadores.-----

----- Fibrocimento, já tive a oportunidade de mencionar em sede deste Órgão que a nova Administração foi surpreendida, porque nem tão pouco o Senhor Presidente tinha consciência de que tínhamos ainda uma extensão de cem quilómetros tanto em Oeiras como na Amadora, em que a rede de abastecimento de água continha fibrocimento e estes quilómetros são um valor desajustado face àquilo que seria expectável.-----

----- Os SIMAS tinham recursos financeiros necessários para antecipar e efetuar os investimentos em causa desde que estivessem devidamente planeados e justificados.-----

----- Empreitadas, também tem sido alvo aqui recorrente de alertas por parte do Senhor Vereador Joaquim Raposo, sobre os quais eu e o Senhor Presidente temos concordado e temos alterado paulatinamente esta metodologia de trabalho, no que respeita às empreitadas nos últimos anos, recorre-se frequentemente a concursos públicos de empreitadas com valores abaixo dos trezentos e cinquenta mil euros e por períodos inferiores a um ano, o que evidencia falta de planeamento operacional e estratégico.-----

-----No que respeita à contratação pública, nos últimos anos os SIMAS têm recorrido excessivamente a procedimentos por ajustes diretos e consultas prévias, como se verificou no ano de dois mil e dezanove, em que o valor total foi superior a quatro milhões de euros, o que também evidencia falta de planeamento operacional por parte dos Serviços. -----

-----Recordo algumas das recomendações da auditoria que foi efetuada à contratação pública dos SIMAS, em que dizem que há uma necessidade de melhorar a solidez e a qualidade dos procedimentos. -----

-----A redução de recursos a ajustes diretos alertando mais uma vez para a falta de planeamento dos SIMAS e a esse respeito gostava e aproveitava, até porque já temos cerca de catorze meses de presidência, alertar o seguinte: ajustes diretos simplificados e só para os Senhores Vereadores tomarem consciência, ainda que a reestruturação orgânica esteja só hoje a vir à Câmara de Oeiras, já foi à Amadora e já foi aprovada, existem já medidas que resultaram em algum grau de eficácia. -----

-----Em dois mil e dezoito, os SIMAS por via de ajustes diretos simplificados temos aqui um montante de um milhão duzentos e quarenta e três, em dois mil e dezanove, subiu para um milhão trezentos e quarenta e nove em ajustes diretos simplificados, vejam a quantidade de procedimentos que estão subjacentes a um milhão trezentos e quarenta e nove. -----

-----Em dois mil e vinte, já com a presidência de Oeiras temos uma redução na casa dos quarenta e oito por cento, passamos de um milhão trezentos e quarenta e nove para seiscentos e noventa e cinco mil euros em ajustes diretos simplificados. -----

-----Ajustes diretos por consulta prévia, em dois mil e dezanove, tivemos um milhão duzentos e quarenta e sete. -----

-----Em dois mil e vinte, tivemos uma redução em sessenta e seis por cento, no ano transato tivemos um recurso a esta tipologia de procedimentos no montante de quatrocentos e vinte e sete mil euros, o que significa que quando reduzimos drasticamente na casa dos quarenta



Câmara Municipal
de Oeiras

e oito por cento ou na casa dos sessenta e seis por cento aos ajustes diretos simplificados e aos ajustes diretos por consulta prévia temos um crescimento de concursos públicos, o que foi o caso.

----- No ano de dois mil e dezanove, tivemos um montante de dois milhões e meio de concursos públicos, onde dois milhões e setenta e quatro foram empreitadas, tem aqui uma percentagem muito significativa na ordem dos oitenta e dois por cento. -----

----- No ano de dois mil e vinte, já com estas medidas e com esta redução significativa nos ajustes diretos temos aqui o valor acrescido dos concursos públicos, passou-se de dois milhões e meio para cinco milhões e meio, onde as empreitadas têm aí uma percentagem de sessenta e um por cento e a restante percentagem está relacionada com a aquisição de bens e serviços, reduz-se de um lado aumenta-se do outro e aumentou-se os concursos públicos, estamos a dar cumprimento àquilo que foi preconizado e o resultado da auditoria na contratação pública-----

----- Estes ajustes diretos também têm repercussões diretas na gestão dos “stocks” que eu não posso deixar de falar, porque é algo que me preocupa muito na gestão dos SIMAS e também tem implicações diretas na antiguidade dos contadores e nos procedimentos de aquisição que nós estamos neste momento a fazer. -----

----- Nos últimos anos, os SIMAS têm recorrido sistematicamente a ajustes diretos para aquisição de material de armazém/economato, como se verificou no ano de dois mil e dezanove em que foram efetuadas cerca de novecentas adjudicações por ajuste direto, a que correspondeu o valor total superior a quatrocentos mil euros, percebemos que não há aqui nenhum planeamento na gestão dos “stocks”. -----

----- Resultado líquido dos SIMAS nos últimos dois anos foi o mais baixo, situando-se abaixo dos cinco milhões de euros. -----

----- Recordo valores de anos transatos, temos o ano de dois mil e catorze, com o resultado líquido na ordem dos dez milhões e setecentos, dois mil e quinze na casa dos catorze milhões e seiscentos e dois mil e dezasseis, com nove milhões e setecentos, dois mil e dezassete,

tão só com oito milhões, dois mil e dezoito, com os míseros três milhões e seiscentos e em dois mil e dezanove com quatro milhões e oitocentos.-----

-----Quanto à despesa de capital e à respetiva taxa de execução, tem andado na casa dos cinquenta e cinco por cento, o que evidencia um fraco planeamento dos investimentos.-----

-----Recordo, que em dois mil e treze, tínhamos uma taxa de execução na ordem dos setenta e oito por cento e em dois mil e dezoito, passou para quarenta por cento, dois mil e dezanove, subiu ligeiramente.-----

-----Investimento nas redes de água e redes de água residuais, tem-se situado nos últimos sete anos abaixo dos três milhões e seiscentos, com exceção do ano dois mil e treze, no ano de dois mil e dezassete a taxa de execução foi de quarenta por cento, o que corresponde a um investimento de cerca de um milhão e oito o mais baixo dos últimos sete anos.-----

-----Sistema comercial, há uma avaliação claramente negativa da implementação do sistema comercial, designado Acromatrix que teve consequências diretas nos nossos clientes, nomeadamente, faturas com estimativa de consumo elevadas, emissão de mais uma fatura por mês por cliente, emissões de faturas com prazos de pagamento inferiores a uma semana, entre outros problemas apontados a esse sistema comercial.-----

-----Chegámos à conclusão que este sistema não está potenciado nas suas diferentes dimensões, de forma a satisfazer as necessidades das diferentes unidades orgânicas dos SIMAS. -

-----Quanto ao sistema informático, existem sistemas que não estão integrados por forma a explorar as suas potencialidades, o atual ERP ao nível operacional não vai de todo ao encontro da necessidade dos Serviços e, mais uma vez, recordo aquilo que foi o resultado de uma auditoria e vou passar “ipsis verbis” a ler parte da auditoria: “...A equipa conclui que não existe arquitetura de sistemas de informação, nem quaisquer vetores estratégicos para a sua implementação.-----

-----A inexistência da mesma potencia situações de subaproveitamento da capacidade



Câmara Municipal
de Oeiras

instalada e de todo o esforço e investimento já realizados. -----

----- A nossa posição é sustentada pelas evidências documentais recolhidas e pelas entrevistas efetuadas com colaboradores dos SIMAS....” -----

----- Recursos Humanos, os SIMAS nos últimos seis anos têm aumentado constantemente o número de trabalhadores e continuam a não colmatar as necessidades, recorde o número de trabalhadores em dois mil e catorze, trezentos e setenta e elucido-vos do número de trabalhadores atuais quatrocentos e cinquenta e um no ano de dois mil e dezanove. -----

----- Este número crescente de trabalhadores acaba por não colmatar as necessidades e que são as necessidades gritantes dos SIMAS ao nível da engenharia e dos assistentes operacionais, há um desfasamento entre os recrutamentos efetuados e as necessidades, tendo implicação direta na gestão e no desempenho dos Serviços. -----

----- Neste sentido, e perante todos estes indicadores que acebei de vos dizer, entre muitos outros que há por dizer, mas não quero ser extenuante neste descritivo, conclui-se facilmente que urge a reestruturação orgânica dos SIMAS. -----

----- O ano de dois mil e vinte, serviu para tomarmos consciência do estado real dos SIMAS plasmada nestes indicadores. -----

----- Na nova estrutura orgânica nós demos bastante enfoco à criação do Gabinete Jurídico, à criação do Departamento de Sistemas de Informação, ao Departamento de Gestão de Clientes e Serviços Operacionais e temos uma outra alteração no Departamento Administrativo e Financeiro e outra no Departamento de Engenharia e Gestão de Infraestruturas. -----

----- O grande enfoco nesta estrutura orgânica é a componente jurídica, a componente informática resultante das duas auditorias e a parte da incidência no nosso cliente que é o Departamento de Gestão de Clientes e Serviços Operacionais e aqui ao contrário daquilo que o Senhor Vereador Carlos Morgado mencionou, gostaria de dizer que, neste momento, temos uma Divisão Jurídica nos SIMAS e temos um “outsourcing”, mas é um “outsourcing” com um

procedimento e com um valor absolutamente reduzido e baixo, não paga um jurista um ano inteiro nos SIMAS. -----

-----Estamos a falar que, residualmente, recorremos a esse “outsourcing” para emitir alguns pareceres jurídicos, não é propriamente sustentável, e respondendo à envergadura e à musculatura que os SIMAS precisam, designadamente, ao nível da auditoria, urge incrementar a auditoria interna aos procedimentos de contratação pública e aos procedimentos que são sujeitos à deliberação do Conselho de Administração, tanto eu como o Senhor Presidente temos feito um trabalho titânico neste último ano. -----

-----O Departamento de Sistemas de Informação, não vale a pena dizer o que é este Departamento nos SIMAS, não funciona, não existem tecnologias de informação que possam auxiliar ou suportar qualquer decisão, Senhor Vereador às vezes gostava que estivessem presentes em algumas reuniões, eu sinceramente, pensava há um ano que ia administrar uma entidade de ponta e em algumas temáticas fiquei claramente surpreendida, mas vamos a tempo de corrigir. -----

-----Por exemplo, a gestão de “stocks” ninguém faz a mínima ideia dos “stocks” que estão no armazém. -----

-----Quando nós compramos contadores, no ano passado adjudicamos à Gasfomento um procedimento que tem alguma envergadura financeira por cerca de quatro anos, recorrendo ao “outsourcing”, para substituir os contadores, esse procedimento tem de ser alicerçado numa atuação por parte da administração direta. -----

-----Essa atuação por parte da administração direta também tem de ser alicerçada na aquisição de contadores, que tem que ser suportada naquilo que temos no armazém e não há ninguém que me consiga dizer, hoje, quantos contadores eu tenho no armazém, ninguém, a não ser, que se levantem da cadeira e vão para Leceia ou para a Brandoa contar contadores à mão, veja em que estado está o sistema informático dos SIMAS de Oeiras e Amadora em dois mil e



Câmara Municipal
de Oeiras

vinte e um. -----

----- O Departamento de Gestão de Clientes e Serviços Operacionais é composto por três Divisões, há uma necessidade urgente dos SIMAS vocacionarem as suas ações para os consumidores, é fundamental incrementarmos com qualidade o atendimento e os serviços operacionais onde está aqui a questão da substituição dos contadores e a comunicação. -----

----- Também tenho verificado com a comunicação dos SIMAS que não está propriamente vocacionada para comunicar a atividade dos mesmos, no que respeita à água e ao saneamento, também temos que reformular, aqui a área da comunicação é vital.-----

----- Por fim, e respondendo ao Senhor Vereador Carlos Morgado, aparentemente, não estou a dizer que não haja qualquer lacuna que possa ser corrigida ao nível do Regulamento Orgânico, mas à partida não há competências repetidas nas várias unidades orgânicas. -----

----- Temos a Divisão de Gestão do Património incluída no Departamento Administrativo e Financeiro e esta Divisão surge da necessidade de garantir a valorização, gestão e controlo dos ativos patrimoniais que vai permitir assegurar uma gestão integrada dos ativos dos SIMAS, procurando garantir o equilíbrio entre a eficácia e a eficiência operacional dos mesmos e promover a articulação de todas as áreas. -----

----- Não está de todo relacionado com a Divisão de Manutenção Equipamentos e de Projetos Especiais, está no Departamento de Controlo de Infraestruturas e Gestão de Equipamentos, como também quando se menciona a questão de realização e execução de projetos.--- -----

----- Quando temos a Divisão de Estudos e Projetos no Departamento de Engenharia e Gestão de Infraestruturas e aqui não há qualquer alteração nem do ponto de vista do organograma, nem do ponto de vista do regulamento orgânico na Divisão de Equipamentos e Projetos Especiais que sempre fez projetos de equipamentos, que foi o caso dos edifícios de Leceia, do reservatório do Alto de Santa Catarina, do edifício do Templo da Água, em Oeiras que

vai no próximo Conselho de Administração a deliberação para lançamento da empreitada, são projetos com incidência e natureza distinta. -----

-----Grosso modo, fiz esta apresentação e espero não ter sido exaustiva, nem extenuante, reflete o trabalho que foi desenvolvido no último ano nos SIMAS.” -----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

-----“É difícil gerir tudo ao mesmo tempo, gostaria de ter a possibilidade de poder olhar para os dados e poder analisá-los do ponto de vista da sua evolução, porque muitas vezes a alteração dos valores e dos números é preciso conjugá-los, porque é que uns subiram e outros baixaram? - -----

-----Depois, a questão de transformar ajustes diretos simplificados ou ajustes diretos por convite ou concursos públicos que não são concursos públicos, quando são convidados X e só fica um, depois há uma gestão daquilo, não vale a pena, também sei isso e nada se alterou ainda.

-----Depois, há uma série de questões que advêm do vício que a máquina tem, neste momento, a história dos contadores é gritante, o “stock”, muitas vezes comprava-se os contadores para pôr em armazém e não acredito que não haja um registo da entrada e saída na informática dos contadores. -----

-----Gostaria de saber da estrutura que está nos SIMAS quem foi o núcleo duro que trabalhou na elaboração desta macroestrutura, não precisam de me dizer, porque cada um pode olhar para a macroestrutura a seu belo prazer, do poder que gostava de ter, temos que fazer uma macroestrutura sem pessoas, não existe nomes, não existe ninguém? -----

-----Quem fez uma parte do núcleo central na preparação da macroestrutura, há muitas vezes um conjunto de interesses, há contas que eles têm que ajustar uns com os outros, há poderes que uns querem mais do que outros, também sabemos isso, como sabe também já conheço aquela gente toda e também já sei, consoante está, e quais são as relações com quem está, também sabemos isso. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Relativamente à macroestrutura fiquei preocupado, primeiro com alguns alertas que o Senhor Vereador Carlos Morgado referiu, há questões que não se compreendem, há formas que não se percebem, há Serviços que pensava que tivessem outra estrutura diferente, mas não estou muito preocupado com esta macroestrutura, porque há-de chegar a altura da alteração da parte jurídica do próprio SIMAS e aí sim, esta macroestrutura cairá toda, como é evidente. -----

----- Senhora Vereadora não era esta a macroestrutura que queria que estivesse à frente de uma empresa que não tivesse condicionantes.-----

----- Há outra coisa que também temos que fazer e já falei com o Senhor Presidente sobre isso, tal e qual como estamos a mexer em algumas empresas naquilo que é o seu ramo de atividade e em relação aos SIMAS também temos que alargar o ramo de atividade do ponto de vista daquilo que está associado à boa gestão, ao enquadramento de gestão e até à interligação em determinadas questões, tenho reservas em relação a isto, sei que a Senhora Vereadora e o Senhor Presidente procuram fazer o melhor em relação a esta matéria.-----

----- Há setores que não percebo por que é que funcionam mal, quem está no setor onde se faz a gestão de “stocks” tem a obrigação de saber o que é, tem também conhecimento jurídico e também há uma ânsia do poder de alguns e essa ânsia cega. -----

----- É preciso fazer isto com alguma seriedade mental, fazer uma “caça às bruxas”, porque há aqui sistemas que não tinham uma proposta de alteração. -----

----- Quando foi a mudança do sistema da gestão comercial eu próprio interroguei, nós acabamos de entregar o “ouro ao bandido”, porque eu não posso deixar na mão toda a forma de gestão, ou seja, nós estamos na mão de uma entidade, não é possível, era o que faltava. -----

----- Nos SIMAS nem tudo é mal, temos bons quadros, temos pessoas que procuraram sempre libertar-se de algumas amarras e nem sempre é fácil libertarem-se e muitas vezes são condicionados e afastados de determinadas funções. Não vou dramatizar isto, mas é preciso ir mais além e não estou a dizer que esta macroestrutura é pior do que a outra, basta por vezes

mudá-la e as pessoas serem diferentes e às vezes também é preciso perceber que não há ninguém intocável, não há supassumos, porque se isso acontece há mau resultado. -----

-----Não irei votar favoravelmente, ir-me-ei abster, não deve ser pior do que a que estava, porque acredito que é uma macroestrutura que também vai durar pouco tempo e não se enquadra, porque é preciso fazer num conjunto de outras atividades que o próprio SIMAS necessite ter.” ---

-----O **Senhor Vereador Carlos Morgado** salientou o seguinte:-----

-----“Queria agradecer as explicações da Senhora Vereadora Joana Baptista e voltar à questão das competências. Volto a chamar a atenção porque isto depois em termos práticos pode vir a criar algumas dificuldades e entropias ao normal desenvolvimento da atividade dos próprios SIMAS, e só dou este exemplo: cabe à Divisão de Gestão do Património “emitir parecer técnico sobre projetos de equipamento nas áreas da rede de distribuição de água e da rede de drenagem de águas residuais, centrais elevatórias, edifícios, contadores, bem como sobre projetos de redes interiores que contemplem equipamentos de bombagem”, competências que são “ipsis verbis” repetidas na Divisão de Manutenção de Equipamentos e Projetos Especiais “analisar e emitir parecer técnico sobre projetos de equipamento nas áreas de rede de distribuição de água e da rede de drenagem de águas residuais, centrais elevatórias, edifícios, bem como sobre projetos de redes interiores que contemplem equipamentos de bombagem”, pelo que, tendo mencionado mais, só quero chamar a atenção em relação a esta situação que é gritante.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Vereador Carlos Morgado o seu alerta vai ser tido em consideração, o qual juntamente com os Serviços irei analisar o regulamento orgânico e vamos ver se há alguma situação que tenha de ser corrigida, a repetição de competências é desajustada ao bom funcionamento dos Serviços, agradeço o alerta.”-----

-----Senhor Vereador Joaquim Raposo, não há aqui por parte da Administração nenhuma “caça às bruxas”. Eu e o Senhor Presidente consideramos que aquela casa tem um potencial



Câmara Municipal
de Oeiras

desmedido, contudo, diferentemente da Câmara, é uma casa que facilmente é mensurável, ao final do ano nós conseguimos perceber o resultado líquido, o investimento que foi feito, existem dados palpáveis para chegarmos a determinadas conclusões, que não são conclusões precipitadas.

----- Não está em causa os quatrocentos e cinquenta trabalhadores dos SIMAS, temos lá gente muito capaz e que tem consciência do potencial dos SIMAS e da casa que se pode transformar desde que sejam tomadas boas decisões e há muitas pessoas de lá que esperam e aguardam que essas boas decisões sejam tomadas. -----

----- Nós estamos conscientes de tal facto, o que é certo é que já passaram cerca de catorze meses desde que assumimos a presidência da gestão dos SIMAS, não podemos esperar mais. -----

----- Esta reestruturação orgânica está a ser feita com a maior das tranquilidades, aliás, já deveria ter sido feita e não quisemos precipitar nada e introduzi-la na primeira vaga do contexto pandémico, o que é certo é que não sabemos quando é que ele termina e daqui a pouco já estamos no final de dois mil e vinte e um, urge que seja feita agora, porque existem medidas que só fazem sentido serem materializadas com uma nova orgânica em funcionamento.” -----

----- O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Se alguém que vai compreender ou que tem a obrigação de compreender o que vou dizer de todos os Senhores Vereadores é o Senhor Vereador Joaquim Raposo, porque passou por lá e como Presidente da Câmara Municipal da Amadora, ao longo de dezasseis anos teve oportunidade de acompanhar a questão e sabe muito bem que a política da Câmara de Oeiras, ao longo dos dezasseis anos em que foi Presidente da Câmara, foi sempre a de procurar um entendimento que foi sempre perfeito, era melhor do que é hoje e já disse à atual Presidente de Câmara com quem tenho o melhor relacionamento pessoal que a sintonia era muito maior. -----

----- Os SIMAS têm tido altos e baixos, durante alguns anos tiveram um Diretor Delegado muito forte, o doutor Xavier da Costa, tinha também um Diretor de Departamento muito forte, o engenheiro Murinello, os SIMAS assentaram nesses dois quadros excelentes. -----

-----Quando a Senhora Vereadora Joana Baptista faz aqui esta apresentação de dados estatísticos, para os mais distraídos, poderá pensar-se que se está aqui a dizer que os Serviços, os Dirigentes e Técnicos dos SIMAS é que são responsáveis por isso, são sim senhor, são responsáveis por isso, mas não são apenas eles, isto é, as sucessivas Administrações, e já tivemos momentos em que na Administração eram eleitos, tivemos depois uma fase em que não eram eleitos e que eram Administradores Executivos Remunerados e voltamos a uma outra fase a partir de dois mil e treze para Administradores não remunerados, eleitos.-----

-----Dentro destes eleitos há uns que sendo vereadores com pelouros têm o seu tempo ocupado na Câmara Municipal e os SIMAS é uma espécie de entretenimento onde se vai de quinze em quinze dias, há uns que levam a coisa mais a fundo e outros levam a menos e tem havido alguma instabilidade na Administração.-----

-----Quando há vazio na Administração, quando ela não tem tempo para analisar os assuntos em profundidade, os Serviços também se desleixam e em vez de estarem a apresentar deliberações aprofundadas, com rigor, etc., em vez de estarem preocupados com o acabar com o fibrocimento, com a redução das perdas de água, etc., gera-se um certo conflito, é a realidade, as organizações funcionam assim.-----

-----Nesta Administração aquilo que nós percebemos é que havia situações que não funcionavam bem.-----

-----Foi realizada uma auditoria e na sequência da mesma veio dar-nos de alguma forma razão àquilo que empiricamente nós conhecíamos, sabíamos que havia problemas, mas não sabíamos onde é que estava o problema.-----

-----Hoje sabemos onde é que está o problema e verificamos que há duas situações gravíssimas no funcionamento dos SIMAS, uma delas tem a ver com a área jurídica e contratação pública, a outra tem a ver com a informática.-----

-----Os outros problemas já são cosmética, já são questões de organização, a Divisão de



Câmara Municipal
de Oeiras

Comunicação estar aqui ou estar além, dependendo do Diretor Delegado ou do Conselho de Administração, daquele Diretor é uma questão de arranjo, os Recursos Humanos estarem no Departamento Financeiro ou estarem noutra é também uma questão de arranjo, podiam estar dependentes do Diretor Delegado, há várias formas de arrumar a questão. -----

----- Nós procurámos não mexer no essencial do esqueleto, é indiscutível que a área jurídica e eu tive essa experiência nos primeiros dois anos deste mandato dois mil e dezoito/dois mil e dezanove, a Presidente da Câmara da Amadora enquanto Presidente do Conselho de Administração e o Administrador Agostinho, por razões que eu próprio desconheço, não tiveram a disponibilidade que a Senhora Vereadora Joana Baptista tem, ela está muito presente nos SIMAS, a doutora Carla só ia como eu às reuniões do Conselho de Administração e o Vereador Agostinho não tinha a disponibilidade que a Senhora Vereadora Joana Baptista tem. -----

----- Há uma presença maior hoje em termos de Administração dos SIMAS do que havia e eu próprio me fui apercebendo de muita proposta que não era devidamente elaborada, havia muito recurso, qualquer coisa era critério material e estar a mandar propostas para trás sucessivamente é muito desagradável, há ali uma falta de alavancagem a nível jurídico.-----

----- O Senhor Vereador Joaquim Raposo diz que os Serviços têm excelentes quadros, têm, mas são poucos, aquilo que a Senhora Vereadora Joana Baptista referiu que se aumentou o número de funcionários, mas a verdade é que esses números não se traduziram na eficácia dos Serviços.-- -----

----- Há uma carência de engenheiros, juristas e economistas, são três áreas profissionais fundamentais a aumentar a produtividade dos Serviços. -----

----- A verdade, é que é uma casa com recursos financeiros, mas com umas taxas de produtividade muito baixas nos últimos anos, arranja-se sempre argumento ou é por isto ou por aquilo e procurámos fazer uma orgânica que desse resposta àquilo que eram as lacunas mais visíveis detetadas pela auditoria.-----

-----Respondendo ao Senhor Vereador Carlos Morgado quanto à questão da confusão de competências e haver competências repetidas, não há problema nenhum nisso. -----

-----Quando fizemos a primeira orgânica neste mandato a Divisão da Presidência e o Gabinete de Apoio à Promoção do Investimento que mantém do ponto de vista de candidaturas a fundos comunitários, algumas competências que parecem duplicadas, na verdade, não são propriamente competências duplicadas, o que se pretende é que, por exemplo, entre o Gabinete de Inteligência Territorial, o GAPI e a Presidência haja uma articulação, relativamente, à apresentação de candidaturas. -----

-----Costumo dizer à doutora Paula Saraiva que enquanto Diretora Municipal de Administração Geral podemos seguir dois caminhos para fazer um regulamento ou seguimos uma lógica exemplificativa com competências muito genéricas ou fazemos uma lógica exaustiva e descrevem-se todas as competências, mesmo que quiséssemos fazer numa orgânica da Câmara de todas as competências era impossível, há sempre determinadas competências que não estão expressas no regulamento das diferentes unidades orgânicas e costumo dizer à doutora Paula Saraiva que a Direção Municipal de Administração Geral tem as competências que tem nos termos do regulamento mais as residuais, isto é, todas aquelas que não estão em outra Direção Municipal, se não estão a Direção Municipal absorve-as.- -----

-----Não há nenhum problema quando se está a fazer um regulamento uma ou outra duplicação, claro que pode ser corrigida e vamos corrigir, o Senhor Vereador Carlos Morgado analisou exaustivamente o regulamento, em relação a essa análise que fez as duplicações que sejam duplicações reais, depois da aprovação é feita não uma alteração, mas as chamadas correções reais e estão todos de acordo, se há uma duplicação retira-se e é isso que iremos fazer, expurgar aquilo que estiver repetido. -----

-----Relativamente à questão que o Senhor Vereador Joaquim Raposo colocou, os Serviços têm bons quadros, mas precisam de mais. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- O problema é que quando há uma alteração orgânica provoca sempre algum ruído e devo dizer que ao longo dos anos que levo como Presidente de Câmara nunca fiz uma alteração orgânica pensando nas pessoas que vão ocupar os lugares e quando penso digo, porque às vezes acontece isso, por exemplo, há uns anos atrás criámos um Gabinete de Aplicação das Verbas do Jogo onde estava o engenheiro Cuña, figura institucional desta Câmara, era o Diretor do Serviço de Urbanização e Obras, era a única Direção que havia na Câmara de Oeiras quando eu cheguei, os Serviços de Habitação também eram um Departamento, eram os únicos dois que existiam e em atenção ao engenheiro Cuña criou-se aquele lugar, deu-se-lhe aquele estatuto.-----

----- Quando se criou pela primeira vez uma auditoria na Câmara Municipal, justamente porque se pretendia dar-lhe dignidade, no sentido de estar sobreposta a todos os outros Serviços, para não ser uma Divisão que, porventura, fosse mal entendida por um Diretor Municipal, equiparou-se o Diretor da Auditoria a Diretor Municipal, depois com a Troika foram extintas as Direções Municipais e não está mal, porque para realizar auditorias não há uma relação hierárquica da auditoria sobre os outros Departamentos, era mais uma questão institucional. -----

----- A Auditoria hoje faz-se com independência às auditorias que se têm de fazer, o controlo interno que têm de fazer e não há ali uma relação de dependência a qualquer outro Departamento. -----

----- Nas orgânicas que tive oportunidade de fazer nunca pensei nas pessoas, penso sempre na melhor forma de responder àquilo que são os objetivos da organização.-----

----- Quando se fala em “caça às bruxas” e não é por acaso que o Senhor Vereador Joaquim Raposo falou nisso, alguém pensa que possivelmente com esta reestruturação, o que se pretende é tirar uns e pôr outros, mas para substituir pessoas não precisamos de orgânica nenhuma, porque todos os dirigentes dos SIMAS estão nomeados em regime de substituição, não há nenhum por concurso e nos termos da lei já deveríamos ter aberto os concursos e não o foram porque no ano passado ou no início de dois mil e dezoito estava a decorrer um concurso público

para preencher todos os cargos. -----

-----Acontece, que foi levantada uma suspeição sobre esses concursos porque havia o júri de Diretores de Departamento que, por sua vez, eram júris desses Diretores de Departamento, o concurso teve até honras de primeira página no Jornal Expresso e foi deitado abaixo. -----

-----Entretanto, não se abriu o concurso, porque começámos a pensar numa estrutura orgânica, o que significa que o Conselho de Administração pode substituir os dirigentes que quiser de um dia para o outro, por um mero despacho. -----

-----Não é esta orgânica que vai determinar a mudança de cadeiras, muda-se quem tiver que ser mudado, mas não é por causa da orgânica que se muda ou deixa de mudar. -----

-----De maneira que, não há, nem podia haver, qualquer mudança que se faça, tem que se fazer em função das competências que decorrem da avaliação que é feita ao longo do tempo. -----

-----Este ruído significa que há dirigentes dos SIMAS e não estou a dizer que sejam muitos, que se sentiram feridos com esta orgânica e isso é lamentável, o Senhor Vereador Joaquim Raposo está a abanar que não, mas eu sei que sim e não estou a dizer que falaram consigo, mas sei com quem falaram e sei até quem são esses dirigentes. -----

-----A mim não me afeta rigorosamente nada, nem muda a minha opinião do dirigente “A” ou “B”, há dirigentes com os quais eu não posso ter simpatia pessoal na Câmara ou nos SIMAS, mas a minha simpatia pessoal não conta, eu já tenho experiência e idade para procurar sacar de cada um o melhor que ele tem. -----

-----Pode ser alguém muito antipático, trabalha, produz, é eficiente, é-me indiferente a simpatia que eu tenha ou deixe de ter, não é isso que me move, há sempre algum ruído nestas matérias, mas isso não acontece só nos SIMAS, acontece também na Câmara, cada vez que se faz uma reestruturação orgânica há sempre dirigentes que ficam muito preocupados, ansiosos, às vezes até alguma insegurança que o dirigente tem e não tem nenhuma razão para não ter, cada um tem as inseguranças que tem. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Quem é que participou nesta orgânica? Ela decorreu essencialmente do trabalho da Senhora Vereadora Joana Baptista e da assessora Catarina e decorreu da redação, numa primeira fase, do doutor António Cunha e da doutora Carla Silva, Diretora Financeira da Câmara que trabalharam muito nessa área, mas quero dizer que esta orgânica foi distribuída por todos os dirigentes dos SIMAS, que puderam pronunciar-se, dar os seus contributos, etc., não é uma orgânica que cai assim do nada, toda a gente teve oportunidade de se pronunciar. -----

----- Há aqui muitas alterações na arrumação e até na existência ou não em algumas unidades orgânicas, que são provenientes do acordo de discussão que tivemos com a Câmara da Amadora. - -----

----- A Presidente da Câmara da Amadora fez questão de, nesta matéria, se pronunciar e dizer aquilo com que estava de acordo e com o que não estava, portanto, esta proposta que vem aqui à Câmara, obviamente, que teve de ter concordância antes de ser aprovada nos SIMAS da Câmara Municipal da Amadora, designadamente da Senhora Presidente da Câmara com a qual eu tive três reuniões a discutir esta questão, de tal forma que já foi aprovada na Câmara da Amadora e vai amanhã à Assembleia Municipal. -----

----- O que é que eu julgo que é fundamental nisto? Esta orgânica é determinante, porque o escrutínio que hoje é feito aos SIMAS é muito maior do que era, as próprias Assembleias Municipais hoje estão muito mais atentas àquilo que é a performance dos SIMAS e nós vemos isso na própria Assembleia Municipal de Oeiras, onde somos com frequência confrontados com os resultados dos SIMAS, há uma atenção maior.-----

----- Por outro lado, quando uma Administração pretende atingir determinados objetivos e não se sente confortável, tem que dizer o que precisa para conseguir atingir esses objetivos.-----

----- Tal qual está a orgânica atual, eu enquanto Presidente do Conselho de Administração não tinha o mínimo de conforto em conseguir atingir os objetivos, designadamente, ao nível da informática e ao nível da área jurídica, contratação pública, etc., essas são as alterações

principais. - -----

-----Por outro lado, o Senhor Vereador Joaquim Raposo diz que isto é uma estrutura que vai durar pouco tempo, estou de acordo, também acho que não vai durar muito tempo, mas o que se pretende com esta estrutura é que seja capaz de preparar o caminho para aquilo que, em princípio, Oeiras e a Amadora estão de acordo. -----

-----A experiência de praticamente oito anos dos SIMAS, com aprovações na Câmara de Oeiras, na Câmara da Amadora, Assembleias Municipais de Oeiras e de Amadora, é claro que isto tem custos de ineficiência brutais e temos que encontrar uma solução e também já decidimos, é a empresa, e esta orgânica vai preparar o caminho para a empresa, de tal forma, que a nossa ideia é até junho/julho deste ano termos o estudo económico, viabilidade económico/financeira da empresa, criarmos condições para ainda antes das eleições e devo dizer que não tenho nenhum problema que isso seja aprovado antes ou depois das eleições, mas o meu objetivo era que em março de dois mil e vinte e dois, aprovar as Contas dos SIMAS de dois mil e vinte e um e cessava a Administração de Oeiras e Amadora e era nomeada a Administração da empresa. --- -----

-----Findo o primeiro trimestre de dois mil e vinte e dois, nós pudéssemos estar a instalar a empresa municipal que gere os SIMAS de Oeiras e Amadora, é este o objetivo.”-----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

-----“Em nunca disse que a “caça às bruxas” era da parte do Senhor Presidente ou da Senhora Vereadora Joana Baptista, o que disse é que há gente que tem contas a ajustar e faz uma espécie de “caça às bruxas”, ou queriam fazer, é um bocadinho diferente, até porque perguntei quem eram, conheço o doutor Cunha, trabalhei com ele naquela hipótese, na altura, de fazer a empresa e, depois, ele foi embora, opção dele, a doutora Carla Silva também conheço, não são estas pessoas que me preocupam, o Senhor Presidente e a Senhora Vereadora Joana Baptista pensarem bem, se calhar tem alguma conclusão em relação a algum, querem o poder a todo o



Câmara Municipal
de Oeiras

custo, conheço alguns, eles têm o poder que lhes for dado, é evidente que procuram e alguns que apregoam serem muito simpáticos, eu já os conheço e os Senhores também já os conhecem, não estou preocupado, não podem é querer demonstrar perante os outros que são eles que estão a fazer toda a macroestrutura, no sentido de dizerem será como eu quero e se não for vou sair, alguns dizem isto, não pode ser. -----

----- Nunca pus em causa, não tem mal nenhum, eu até aceitava que o Senhor Presidente ou a Senhora Vereadora Joana Baptista dissessem que têm uma ideia para determinado lugar, tenho uma pessoa, qual é o problema? Não tem problema nenhum, não é o caso. -----

----- Não estou a falar de quem está na parte da Administração dos que estão a fazer a macroestrutura, mas de alguns que, apesar de serem muito disponíveis, muitas vezes a disponibilidade tem outros objetivos e sobre isso não retiro nada.” -----

----- O **Senhor Vereador Carlos Morgado** referiu o seguinte:-----

----- “Estive apenas dois anos na Administração dos SIMAS, conheço minimamente o funcionamento da sua estrutura, mas reitero tudo aquilo que o Senhor Vereador Joaquim Raposo disse, ou seja a “caça às bruxas” não é efetivamente de quem está por cima, na cúpula da Administração, está em relação ao nível dos próprios dirigentes. -----

----- Dizer também ao Senhor Presidente na sequência da sua afirmação de há pouco, de que ninguém dos SIMAS falou comigo em relação a esta nova estrutura orgânica, era só para ficar bem claro.”-----

----- O **Senhor Presidente** salientou o seguinte:-----

----- “Pois comigo falaram e não há nenhum problema e sabe o que é que eu disse? Não discuto isso com Dirigentes, só discuto isso no Conselho de Administração, aliás, foram lá chamados alguns, particularmente não discuto isso, na Câmara também acontece isso, cada vez que temos uma orgânica, há muitos Dirigentes que vêm ter comigo para saber qual é a situação deles, mas isso é legítimo, é natural, nem sequer estou a censurar.-----

-----O que acho é que quando se fala nesta coisa de “caça às bruxas”, dá sempre azo que se façam interpretações determinadas.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Armando Soares, Heloísa Apolónia e abstenção do Senhor Vereador Joaquim Raposo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de dezoito de janeiro de dois mil e vinte e um, na qual aprovou a Estrutura Nuclear, constituída pelo Diretor Delegado equiparado a Diretor Municipal titular de cargo de direção superior de primeiro grau, cinco departamentos e um gabinete, todos equiparados a cargos de direção intermédia de primeiro grau.-----

-----A Estrutura flexível, constituída por vinte e uma divisões equiparadas a cargo de direção intermédia de segundo grau. -----

-----A fixação do número máximo de duas unidades orgânicas de carácter flexível com cargos de direção intermédia de terceiro grau, respetivamente, a Unidade Laboratorial e a Unidade de Gestão, Conhecimento e Documentação. -----

-----O Regulamento de Organização dos SIMAS. -----

-----A submissão às Assembleias Municipais respetivas para subsequente aprovação. ----

-----Nos termos e para os efeitos dos artigos sexto, alíneas b), c) e d), sétimo e décimo, números dois, cinco e seis e décimo sexto, número três, do Decreto-Lei número trezentos e cinco, de dois mil e nove, de vinte e três de outubro.-----

27 - PROPOSTA Nº. 53/21 - DGP - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 15/2020: -----

-----Nesta votação não participou o **Senhor Vereador Joaquim Raposo** devido a ausência momentânea. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, através de escrutínio secreto,



Câmara Municipal
de Oeiras

em que se verificaram dez votos a favor, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, no sentido de aplicar ao trabalhador com o número mecanográfico quatro mil e vinte e oito e com a carreira de Assistente Operacional (motorista), afeto à Divisão de Gestão de Resíduos Urbanos, como sanção adequada ao caso concreto, a sanção disciplinar de multa correspondente a uma remuneração base diária, no valor de vinte cinco euros, suspensa na sua execução, pelo prazo de um ano. -----

----- Nos termos da alínea b), do número um, do artigo centésimo octogésimo, caracterizada no número dois, do artigo centésimo octogésimo primeiro, cujos efeitos se encontram previstos no número quatro, do artigo centésimo octogésimo segundo, número quatro, do artigo centésimo nonagésimo sétimo, artigo centésimo octogésimo nono, artigo ducentésimo vigésimo, da Lei número trinta e cinco, de dois mil e catorze, de vinte de junho e número três, do artigo quinquagésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

28 - PROPOSTA Nº. 54/21 - DGF - ATRIBUIÇÃO DOS FUNDOS DE MANEIO PARA 2021: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a atribuição dos Fundos de Maneio de acordo com o seguinte: -----

----- Unidade Orgânica - Serviços - Responsável - Valores por mês:-----

----- Gabinete da Presidência - GP - Secretária - três mil euros;-----

----- Divisão Gestão Organizacional - DGO/SAM/USG - Chefe de Divisão - cem euros; --

----- Departamento de Finanças e Património - Diversos - Diretora do Departamento - seiscentos euros;-----

----- Direção Municipal de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano - DOM

- Diretor do Departamento - cento e cinquenta euros; -----
-----Direção Municipal de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano -
DCAD - Chefe de Divisão - mil euros; -----
-----Direção Municipal de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano -
DPERU - Diretor do Departamento - cem euros; -----
-----Divisão de Viaturas e Máquinas - DVM - Chefe de Divisão - setecentos euros; -----
-----Direção Municipal de Educação, Desenvolvimento Social e Cultura - DMEDSC -
Diretor Municipal - cento e cinquenta euros; -----
-----Departamento de Desenvolvimento Social - DDS - Diretor de Departamento -
cinquenta euros; -----
-----Departamento de Artes, Cultura, Turismo e Património Histórico -
DBPL/DCA/DTGE/CEACO - Diretor de Departamento - trezentos euros.-----
-----Nos termos dos artigos quarto, alíneas a) a c) e quinto, números três e quatro, ambos
do Regulamento de constituição e regularização de Fundos de Maneio e Fundos Fixos de Caixa
aprovado em reunião de Câmara de quatro de fevereiro de dois mil e quinze. -----
-----Alínea a), do ponto dois ponto nove ponto dez ponto um ponto onze, das
considerações técnicas aprovadas pelo Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e
nove, de vinte e dois de fevereiro, não revogado pelo Sistema de Normalização Contabilística
para as Administrações Públicas, conjugado com o artigo décimo, do Decreto-Lei número cento
e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número
noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho e artigo centésimo septuagésimo terceiro,
número um, do Código do Procedimento Administrativo. -----

**29 - PROPOSTA N.º. 55/21 - DOM - P.º. 05188/UGPO/20 - “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE
DIREÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA OBRA DO FÓRUM
MUNICIPAL” - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR, 2.º. PRELIMINAR E FINAL**



Câmara Municipal
de Oeiras

DO JÚRI - DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO:-----

----- I - A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** disse o seguinte: -----

----- “A CDU vota contra, não por rejeitar, obviamente, as questões de segurança, mas, porque somos contra a construção do edifício.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e voto contra da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar os relatórios preliminar, segundo preliminar e final e, consequentemente, a adjudicação da “aquisição de serviços de direção de fiscalização e coordenação de segurança da obra do Fórum Municipal”, ao concorrente Vítor Hugo - Coordenação e Gestão de Projectos, Sociedade Anónima, no montante de quatrocentos e noventa e oito mil quatrocentos e trinta e sete euros e cinquenta cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com prazo de execução de vinte e sete meses.-----

----- A minuta de contrato escrito.-----

----- O gestor do contrato. -----

----- Nos termos dos artigos septuagésimo sexto e nonagésimo oitavo, do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o disposto no artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e no artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos, que remete para o artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho.-----

30 - PROPOSTA Nº. 56/21 - DOM - Pº. 2020/130-DEM - “INTERVENÇÕES DE REPARAÇÃO PARA MANUTENÇÃO EM ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL - PARQUE DOS POETAS” - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR E FINAL E CONSEQUENTE

ADJUDICAÇÃO - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar os relatórios preliminar e final do júri.-----

-----A adjudicação da empreitada de obras públicas “Intervenções de reparação diversas para manutenção em elementos de construção civil - Parque dos Poetas”, do concorrente Wikibuild, Sociedade Anónima, pelo valor de trezentos e cinquenta e seis mil cento e oitenta e sete euros e oitenta e cinco cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal de seis por cento e com o prazo de execução de quinhentos e cinquenta dias.-----

-----As nomeações para Gestor do Contrato, Coordenador de Segurança e Diretor de Fiscalização.-----

-----A minuta de contrato.-----

-----Nos termos dos artigos septuagésimo sexto, número um, septuagésimo sétimo, números um e dois, nonagésimo oitavo e centésimo quadragésimo oitavo, do Código dos Contratos Públicos e ainda prevista nos artigos vigésimo terceiro e trigésimo terceiro, número um, alínea f) e alínea bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho (“ex-vi” do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos).-----

31 - PROPOSTA Nº. 57/21 - Pº. 2020/199-DEM - “LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE COBERTURAS DOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS E MERCADOS DE OEIRAS” - DECISÃO DE CONTRATAR, ADOÇÃO DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO E APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a decisão de contratar e a abertura do procedimento concursal necessário para a adjudicação da empreitada de obras públicas “Limpeza e manutenção de coberturas dos edifícios municipais e mercados de Oeiras”, mediante a adoção de um procedimento por concurso público, sem publicidade no Jornal Oficial da União Europeia. -----

----- O preço base do concurso em seiscentos e cinquenta e dois mil duzentos e cinquenta euros, acrescido de IVA à taxa legal de seis por cento, com prazo de execução da empreitada de setecentos e trinta dias. -----

----- As peças do procedimento. -----

----- A composição do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências. -----

----- As nomeações para Coordenador de Segurança, Diretor de Fiscalização e Gestor do Contrato.-- -----

----- Nos termos do artigo trigésimo sexto, número um, do Código dos Contratos Públicos, conjugado com a alínea f), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, bem como, atento o disposto nos artigos trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c) e número dois, sexagésimo sétimo, número um e sexagésimo nono, número dois, do Código dos Contratos Públicos e artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos. -----

32 - PROPOSTA Nº. 58/21 - DGP - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 11/2020:-----

----- Nesta votação não participou o **Senhor Vereador Joaquim Raposo** devido a

ausência momentânea. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, através de escrutínio secreto, em que se verificaram dez votos a favor, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, no sentido de aplicar ao trabalhador com o número mecanográfico três mil quatrocentos e seis e com a carreira e categoria de Assistente Operacional, afeta à Unidade de Serviços Gerais, como sanção adequada ao caso concreto, a sanção de despedimento disciplinar.

-----Nos termos da alínea b), do número um, do artigo centésimo octogésimo, caracterizada no número dois, do artigo centésimo octogésimo primeiro, cujos efeitos se encontram previstos no número quatro, do artigo centésimo octogésimo segundo, número quatro, do artigo centésimo nonagésimo sétimo, artigo centésimo octogésimo nono, artigo ducentésimo vigésimo, da Lei número trinta e cinco, de dois mil e catorze, de vinte de junho e número três, do artigo quinquagésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -- -----

33 - PROPOSTA Nº. 59/21 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE CONCESSÃO DE SUBSÍDIO MENSAL AO CCD PARA O ANO DE 2021: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a atribuição de um subsídio ao Centro de Cultura e Desporto no montante anual de quatrocentos e vinte oito mil novecentos e nove euros e quatro cêntimos, o que corresponde a um valor mensal de trinta e cinco mil setecentos e quarenta e dois euros e quarenta e dois cêntimos, com vista ao pagamento aos trabalhadores e aposentados do Município do Subsídio Social Mensal. -----

-----Nos termos da alínea p), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, com Declarações de Retificação



Câmara Municipal
de Oeiras

números cinquenta-A, de dois mil e treze, de onze de novembro e quarenta e seis-C, de dois mil e treze, de um de novembro, conjugada com os artigos quarto e quinto, do Decreto-Lei número treze, de dois mil e onze, de vinte e cinco de janeiro.-----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

34 - PROPOSTA Nº. 60/21 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE CONCESSÃO DE SUBSÍDIO DE APOIO À ESTRUTURA AO CCD PARA O ANO DE 2021: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar da atribuição de um subsídio ao Centro de Cultura e Desporto no montante anual de duzentos e oitenta mil cento e dezasseis euros e trinta e cinco cêntimos, para apoio à estrutura para o ano de dois mil e vinte e um. -----

----- Nos termos da alínea p), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, com Declarações de Retificação números cinquenta-A, de dois mil e treze, de onze de novembro e quarenta e seis-C, de dois mil e treze, de um de novembro, conjugada com os artigos quarto e quinto, do Decreto-Lei número treze, de dois mil e onze, de vinte e cinco de janeiro.-----

----- Artigos quinto e nono, número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

35 - PROPOSTA Nº. 61/21 - PCM - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AOS BOMBEIROS DO CONCELHO PARA DESENVOLVIMENTO DAS SUAS ATIVIDADES:

-----Nesta votação não participou o **Senhor Vereador** Armando Soares devido a ausência momentânea.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a atribuição de um subsídio aos Bombeiros Voluntários do Concelho, no valor global de um milhão e seiscentos mil euros, referente aos subsídios mensais de janeiro a dezembro que corresponde ao valor mensal de dezanove mil e quarenta e sete euros a cada uma das sete corporações de Bombeiros do Concelho, sendo que no mês de dezembro será de dezanove mil cinquenta e quatro euros e quarenta e três centimos, devido a arredondamentos.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea j) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto, conjugados com o artigo segundo, número um, da Lei número trinta e dois, de dois mil e sete, de dezoito de agosto e do artigo sétimo, da Lei número noventa e quatro, de dois mil e quinze, de treze de agosto.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos, na redação do Decreto-Lei número trinta e três, de dois mil e dezoito, de quinze de maio. -----

36 - PROPOSTA Nº. 62/21 - DP - ISENÇÃO E REDUÇÃO DO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÕES EM IMÓVEIS MUNICIPAIS CEDIDOS PARA FINS NÃO HABITACIONAIS, TAXAS DE PUBLICIDADE E TOLDOS, FEIRAS E MERCADOS PARA O PRIMEIRO E SEGUNDO TRIMESTRE DE 2021: -----

----- I - O Senhor Vereador Carlos Morgado referiu o seguinte: -----

----- “Os sucessivos estados de emergência que têm obrigado ao confinamento da população em casa e ao encerramento da atividade económica quase na totalidade, têm produzido efeitos bastante negativos nos principais setores da economia, na vida do tecido empresarial e, consequentemente, na vida das pessoas. -----

----- Como é óbvio, temos assistido, à destruição de postos de trabalho, à quebra de rendimento em inúmeros agregados familiares que, por sua vez, leva à acentuada redução do consumo, da procura de bens e serviços, como é o exemplo, designadamente, do setor da restauração e do alojamento, que tem sido altamente afetado e fragilizado. -----

----- Como é natural, estarei sempre de acordo com este tipo de apoios preconizados nesta proposta de deliberação. As consequências económicas desta crise são já muito fortes, mas ainda é imprevisível toda a sua extensão, razão pela qual é de saudar este “balão de oxigénio” que a Câmara Municipal está disposta a conceder. -----

----- Todavia, gostaria de ter um esclarecimento em relação a algumas entidades que aqui são propostas: -----

----- Quanto ao McDonald’s e ao FoodForKings, Sociedade Anónima, gostaria que me confirmassem se vão ter uma redução de cinquenta por cento nas rendas durante o primeiro trimestre, pois no quadro aparece na coluna da isenção a cem por cento. -----

----- Relativamente ao Centro Veterinário de Paço de Arcos que funciona na Estação da

Tapada do SATUO e que, segundo julgo saber, não se encontra impedido de desenvolver a sua atividade, porquê a sua incorporação nesta proposta. -----

-----No tocante à Naturidade que tem duas Unidades de Cuidados Continuados em Laveiras e Porto Salvo e que, segundo julgo saber também, têm continuado em pleno funcionamento, porquê a sua incorporação nesta proposta. -----

-----Outra entidade que também não figurou em propostas anteriores e que consta desta é a Fundação EDP, pelo que questiono a sua incorporação nesta proposta.-----

-----Finalmente, no anexo quinto, na posição trinta e um que corresponde à NMRJ - Gestão de Negócios, Sociedade Anónima, que é responsável pelo Complexo de Padel, do Alto de Santa Catarina, aparece na coluna do primeiro trimestre com um valor de novecentos e noventa e um euros e setenta e seis cêntimos correspondente a uma mensalidade, pelo que pergunto, se à semelhança do que acontece com a grande maioria das entidades, este valor não deveria triplicar.” -- -----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

-----“Quanto ao Burger King e McDonald’s o que foi considerado, foi uma redução de atividade e de faturação, porque não se trata de grandes multinacionais, mas de concessões e há uma redução significativa com o fechamento dos restaurantes, estão a funcionar apenas limitados às entregas. -----

-----Quanto ao Centro Veterinário, não mostrou necessidade na primeira isenção, nem na segunda que propusemos, nesta fase mostrou necessidade também devido à contração da procura, certamente porque as famílias também têm menos disponibilidade económica. -----

-----Quanto à Naturidade, tem umas quantas camas, ainda uma parte significativa de camas de rotação, de curta duração e as regras impostas obrigam a que cada entrada seja condicionada a uma quinzena de quarentena dos idosos, o que faz reduzir fortemente o número de utentes. - -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Quanto ao Padel, poderei verificar o que é que se passa, mas acredito quer possa ser algum lapso, porque é um equipamento desportivo e está encerrado por determinação legal, aliás, nem sequer ainda está a ser construído, mas seria agora a altura de começar a pagar a renda. -----

----- A Fundação EDP aqui tem uma missão, essencialmente de formação/ensino e creio que estará também condicionada no seu funcionamento.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar:-----

----- I - A isenção total e a redução em cinquenta por cento do pagamento de remunerações devidas pelas empresas ao Município de Oeiras e que desenvolvem atividades económicas em imóveis para fins não habitacionais do Município de Oeiras, durante o primeiro trimestre e o segundo trimestre de dois mil e vinte e um, perfazendo nesse período o valor total de quatrocentos e catorze mil seiscientos e setenta e um euros e quarenta cêntimos e vinte e quatro mil oitocentos e dezoito euros e oitenta e um cêntimos;-----

----- II - Relativamente aos mercados e feiras, a isenção e a redução em cinquenta por cento do pagamento de remunerações referentes ao primeiro trimestre e segundo trimestre de dois mil e vinte e um, no valor total de oitenta e nove mil quinhentos e cinquenta e nove euros; --

----- III - Redução em cinquenta por cento, de todas as taxas relativas à ocupação de espaço público e publicidade e toldos, para o período compreendido entre um de janeiro e trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um - no montante mensal de trinta e sete mil quatrocentos e quarenta e seis euros e cinquenta cêntimos, num total de quatrocentos e quarenta e nove mil trezentos e cinquenta e oito euros, de receita não auferida em dois mil e vinte e um; -----

----- IV - Que relativamente às entidades que já tenham pontualmente efetuado os pagamentos a que se referem os pontos I, II e III, designadamente do mês de novembro, seja

emitida a correlata nota de crédito;-----

-----V - A remessa da presente proposta de deliberação à Assembleia Municipal para aprovação.- -----

-----Nos termos do Código Civil, número dois, do artigo quadringentésimo quinto e número um, do artigo quadringentésimo sexto. -----

-----Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro e respetivas alterações, alínea a), do número um, do artigo tricentésimo décimo primeiro, alínea a), do artigo tricentésimo décimo segundo e artigo tricentésimo décimo terceiro.-----

-----Lei número quatro-C, de dois mil e vinte, de seis de abril, artigo décimo primeiro. ---

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, na redação da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto, artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alínea u). -----

-----Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro, artigo décimo sexto, número dois. -----

-----Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e outras receitas do Município de Oeiras, artigo trigésimo nono. -----

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

37 - PROPOSTA Nº. 63/21 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO AGRUPAMENTO 1126 DE PORTO SALVO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES, NO ÂMBITO DO ASSOCIATIVISMO JUVENIL:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira ao Agrupamento Mil Cento e Vinte e Seis de Porto



Câmara Municipal
de Oeiras

Salvo, no valor de treze mil e oitocentos euros, destinados a apoiar a realização das suas atividades. -----

----- A minuta de termo de aceitação.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas e) e f) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugados com os artigos quarto, número um, alínea b), sexto e décimo sexto, do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Jovem, publicado pelo Edital número trezentos e setenta e oito, de dois mil e sete, de vinte e seis de julho.-----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

38 - PROPOSTA Nº. 64/21 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO MUSICAL E ESCOLAR CRUZ QUEBRADENSE, NO ÂMBITO DA ARTE URBANA NO SEU EDIFÍCIO:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição da comparticipação financeira à Sociedade de Instrução Musical e Escolar Cruz Quebradense, no valor de dez mil quatrocentos e cinquenta e cinco euros, destinados a apoiar a realização da pintura do edifício com arte urbana. -----

----- A minuta de termo de aceitação.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas e) e f) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugados com os artigos quarto, número um, alínea b), sexto e décimo sexto, do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Jovem, publicado pelo Edital número trezentos e setenta e oito, de dois mil e sete, de vinte e seis de julho.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

39 - PROPOSTA Nº. 65/21 - DGSH - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO RELATIVO AO FOGO SITO NA RUA JOAQUIM MATIAS, Nº. 54, 1º. ESQ., NO BAIRRO DA RIBEIRA DA LAJE: ----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a elaboração de contrato de arrendamento apoiado, referente à habitação municipal T Três, situada na Rua Joaquim Matias, número cinquenta e quatro, primeiro esquerdo, no Bairro da Ribeira da Laje. -----

-----A fixação da renda mensal no valor de oito euros e setenta e oito cêntimos.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-A, de dois mil e vinte, de trinta e um de dezembro.-----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação



Câmara Municipal
de Oeiras

da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

----- Código Civil, em especial o artigo milésimo centésimo sétimo, número um. -----

----- Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras. ---- -----

40 - PROPOSTA Nº. 66/21 - DGSH - TRANSFERÊNCIA PARA FOGO SITO NA AVENIDA INFANTE SANTO, Nº. 32, R/C ESQ., NO BAIRRO CASAL DA MEDROSA, POR NECESSIDADE DE MUDANÇA PARA PISO TÉRREO:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição do fogo T Um, situado na Avenida Infante Santo, número trinta e dois, rés-do-chão esquerdo, no Bairro Casal da Medrosa. -----

----- A fixação da renda mensal em oito euros e setenta e oito cêntimos, calculada de acordo com os rendimentos atualizados.-----

----- A elaboração do contrato administrativo de arrendamento apoiado. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-A, de dois mil e vinte, de trinta e um de dezembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto, em especial o artigo décimo sexto-A, número cinco, alínea c). -----

----- Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras. ---- -----

41 - PROPOSTA Nº. 67/21 - DCS - DESCABIMENTAÇÃO DE COMPROMISSO

ORÇAMENTAL DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 532/2018, DE 21 DE JULHO: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a revogação parcial da proposta de deliberação número quinhentos e trinta e dois, de dois mil e dezoito, no que se refere aos apoios a conceder à Associação Popular de Paço de Arcos e Liga dos Melhoramentos e Recreios de Algés e a respetiva redução do cabimento efetuado nessa proposta de deliberação, no montante global de mil euros.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea d), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo centésimo septuagésimo terceiro, número um, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. - -----

-----Artigos centésimo sexagésimo quinto, número um, centésimo sexagésimo nono a centésimo septuagésimo primeiro, do Código do Procedimento Administrativo.-----

42 - PROPOSTA Nº. 68/21 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS COM MEDICAMENTOS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS - MEDIDA SAÚDE + - DESCABIMENTAÇÃO DE VERBA RELATIVA À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 652/2019: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a alteração da proposta de deliberação número seiscentos e cinquenta e dois, de dois mil e dezanove e sequente descabimentação de trinta e oito mil novecentos e dez euros e dezassete



Câmara Municipal
de Oeiras

cêntimos, no âmbito da “Medida Saúde Mais”. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea d), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo centésimo septuagésimo terceiro, número um, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

43 - PROPOSTA Nº. 69/21 - DCS - FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - REFORÇO DE VERBAS EXCECIONAL A ENTIDADES PARCEIRAS: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira às entidades abaixo discriminadas, no montante global de cento e quatro mil euros, por forma a assegurar o reforço das verbas disponíveis para a execução financeira dos processos Fundo de Emergência Social: -----

----- Entidades - Montante: -----

----- Centro Social Paroquial Cristo Rei de Algés - vinte mil euros; -----

----- Centro Social e Paroquial de Barcarena - oito mil euros; -----

----- Apoio - Centro de Solidariedade Social - oito mil euros; -----

----- Centro Social Paroquial São Romão de Carnaxide - oito mil euros; -----

----- Centro Social Paroquial Senhor Jesus dos Aflitos - vinte mil euros; -----

----- Centro Social Paroquial Nossa Senhora do Cabo - oito mil euros; -----

----- Centro Social e Paroquial São Julião da Barra - oito mil euros; -----

----- Núcleo de Instrução e Beneficência - oito mil euros; -----

----- Centro Social e Paroquial Nossa Senhora de Porto Salvo - oito mil euros; -----

----- Centro Social Paroquial São Miguel de Queijas - oito mil euros. -----

-----O compromisso do Município em:-----

-----Proceder à monitorização e avaliação do apoio concedido, designadamente verificando da correta aplicação da verba. -----

-----A não aplicação, no todo ou em parte, da comparticipação financeira aprovada, concede ao Município, o direito de revogar o apoio concedido. -----

-----A minuta de termo de aceitação. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. --

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos.----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

44 - PROPOSTA Nº. 70/21 - DPOC - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DA 1ª. ALTERAÇÃO PERMUTATIVA ORÇAMENTAL DE 2021: -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e voto contra da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar a informação número INT-CMO/dois mil e vinte e um/mil e setenta e nove, referente à primeira alteração permutativa orçamental de dois mil e vinte e um, no valor de



seis milhões duzentos e setenta e seis mil cento e quinze euros.-----

----- Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro e conforme a alínea b), do número um, do artigo décimo sétimo, do Decreto-Lei número cento e noventa e dois, de dois mil e quinze, de onze de setembro. -----

----- Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

45 - PROPOSTA Nº. 71/21 - GCAJ - INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO “REGULAMENTO DE APOIO EXTRAORDINÁRIO À RECUPERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA NO CONCELHO DE OEIRAS NO ÂMBITO DA PANDEMIA COVID-19”: -----

----- I - O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Será uma afetação de três milhões de euros.” -----

----- A **doutora Verónica Maia** esclareceu o seguinte: -----

----- “Esta proposta de deliberação visa aprovar o início do procedimento, no sentido de convidar eventuais interessados a participar na elaboração deste regulamento. -----

----- Este regulamento, por sua vez, visa definir critérios em que a Câmara se propõe a atribuir apoios financeiros, não reembolsáveis, às empresas que, enquadradas em determinados locais, tenham sofrido deslizes significativos na sua atividade produtiva em função da pandemia.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar o início do procedimento de elaboração do Regulamento de Apoio Extraordinário à Recuperação da Atividade Económica no Concelho de Oeiras, no âmbito da Pandemia COVID-Dezanove.-----

-----Publicitar o início do procedimento na Internet, no sítio institucional do Município.--

-----Nos termos da alínea k), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigo nonagésimo oitavo, número um, do Código do Procedimento Administrativo.

46 - PROPOSTA Nº. 72/21 - DRU - Pº. 43/DRU/2020 - “HABITAÇÃO JOVEM NA AVª. PATRÃO JOAQUIM LOPES, NºS 11-15, EM PAÇO DE ARCOS” - APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO E ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO DA EMPREITADA: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a abertura do procedimento na modalidade de concurso público.-----

-----O preço base do concurso de oitocentos e oitenta mil oitocentos e trinta e nove euros e sessenta e nove cêntimos, ao qual será acrescido do IVA à taxa legal em vigor.-----

-----O prazo de execução de quinhentos e quarenta dias. -----

-----As peças do procedimento.-----

-----A designação do júri do procedimento. -----

-----A delegação de competências no júri. -----

-----A nomeação do gestor do contrato. -----

-----A programação plurianual:-----

-----Para o ano de dois mil e vinte e um, prevê-se uma execução financeira de duzentos e trinta e seis mil setecentos e noventa e dois euros e quarenta e seis cêntimos que será acrescido de IVA; --- -----

-----Para o ano de dois mil e vinte e dois, prevê-se uma execução financeira de seiscentos



Câmara Municipal
de Oeiras

e quarenta e quatro mil quarenta e sete euros e vinte e três cêntimos, que será acrescido de IVA. -

----- Nos termos do artigo vigésimo terceiro, número dois, alíneas a), i), m) e n) e no artigo trigésimo terceiro, número um, alíneas f) e bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, em especial no disposto no número um, do artigo trigésimo sexto, artigo trigésimo oitavo, número dois, do artigo quingentésimo, artigo quingentésimo terceiro, número um, do artigo sexagésimo sétimo, número dois, do artigo sexagésimo nono e artigo centésimo trigésimo e seguintes. - -----

47 - PROPOSTA Nº. 73/21 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ALUNOS DAS BANDAS FILARMÓNICAS DO CONCELHO DE OEIRAS NA ESCOLA DE MÚSICA NOSSA SENHORA DO CABO - EMNSC:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a continuidade da atribuição das sete bolsas de estudo aos alunos que se mantêm matriculados e em condições de prosseguir os estudos de música, na Escola de Música Nossa Senhora do Cabo, no valor total de catorze mil cento e setenta euros. -----

----- A atribuição de seis novas bolsas a atribuir aos alunos agora propostos e que obtiveram a aprovação na prova de acesso à Escola de Música Nossa Senhora do Cabo, no valor de onze mil cento e vinte euros. -----

----- A situação relativa a aluno que pretende frequentar apenas a disciplina de instrumento - Clarinete, nono ano, prescindindo das disciplinas teóricas em função da frequência no décimo primeiro ano no ensino regular e da realização de exames nacionais, situação que

obteve parecer favorável por parte da Escola de Música Nossa Senhora do Cabo. -----

-----O valor total de vinte e cinco mil duzentos e noventa euros, a pagar ao Centro Cultural Paroquial Nossa Senhora do Cabo, com o seguinte faseamento:-----

-----Durante o segundo período, o pagamento referente aos cinco primeiros meses do ano letivo dois mil e vinte/dois mil e vinte e um (setembro, outubro, novembro, dezembro, janeiro), no valor de doze mil seiscientos e quarenta e cinco euros; -----

-----Em abril de dois mil e vinte e um, o pagamento referente aos últimos cinco meses do ano letivo dois mil e vinte/dois mil e vinte e um (fevereiro, março, abril, maio e junho), no valor de doze mil seiscientos e quarenta e cinco euros. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea d) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número sessenta e seis, de dois mil e vinte, de quatro de novembro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário.- -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remete para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, na redação dada pela Resolução da Assembleia da República número dezasseis, de dois mil e vinte, de dezanove de março. -----

48 - PROPOSTA Nº. 74/21 - DPOC - 2ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA 2021: -

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do



Câmara Municipal
de Oeiras

Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e voto contra da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a segunda alteração orçamental permutativa às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento da Despesa, no valor global de dois milhões seiscentos e quarenta mil e sessenta e seis euros.-----

----- Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro.-----

----- Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

49 - PROPOSTA Nº. 75/21 - DRU - PROCEDIMENTO Nº. 02/DRU/20 - “REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA QUINTA DA ESTRANGEIRA”, NO CASAL DA CHOCA - APROVAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL E ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA, APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO E ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL: -----

----- I - O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte:-----

----- “Vieram a concurso oito empresas, dessas algumas entenderem que o preço era demasiado baixo para vir a concurso, apesar do preço base ser fixado em setecentos e quarenta e cinco mil euros, há seis empresas e algumas delas têm ganho várias obras e outras não, são aquelas que vão a concurso e nunca apresentam, vão para “encher chouriços.”-----

----- Apesar do preço aqui também ter um valor de quarenta por cento e a comissão técnica sessenta, foi atribuído à empresa que apresentou a proposta mais barata, é a que fica entre o primeiro e o segundo, é qualquer coisa como cento e vinte e cinco mil euros de diferença, foi adjudicado à mais barata e também àquela que tem mais movimento.-----

----- De qualquer maneira, é uma empresa que tem ido aos bons e aos maus concursos, a

Unikonstroi.-----

-----É também nisto que temos de reparar, é impossível dizer às pessoas: “você vão a concurso e nunca apresentam proposta” e recorde-me que a Gasfomento nunca apresenta proposta.” - -----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o relatório final do júri.-----

-----A adjudicação da empreitada “Requalificação dos espaços exteriores da Quinta da Estrangeira”, ao concorrente “Unikonstroi, Limitada”, com um prazo de execução de trezentos e sessenta dias, com o valor de quinhentos e vinte cinco mil e quinhentos euros, ao qual acresce IVA à taxa legal de seis por cento, totalizando o valor de quinhentos e cinquenta e sete mil e trinta euros. -----

-----Notificar todos os concorrentes da decisão de adjudicação.-----

-----Notificar o adjudicatário para apresentação dos documentos exigidos, bem como apresentar a caução. -----

-----A minuta de contrato para a empreitada.-----

-----A descabimentação do saldo diferencial entre o valor base fixado para o presente procedimento (setecentos e oitenta e nove mil e setecentos euros) e o valor da proposta do concorrente vencedor (quinhentos e cinquenta e sete mil e trinta euros), valores com IVA incluído, nomeadamente o valor de duzentos e trinta e dois mil seiscentos e setenta euros. -----

-----A remessa da presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação da parte respeitante à alteração orçamental. -----

-----Nos termos dos artigos septuagésimo sexto, número um, septuagésimo sétimo,



nonagésimo oitavo, número um e centésimo quadringentésimo oitavo, números três e quatro, do Código dos Contratos Públicos e ainda competência prevista no artigo vigésimo terceiro, número dois, alíneas a), k), m) e n), artigo vigésimo quinto, número um, alínea a), bem como no artigo trigésimo terceiro, número um, alíneas c), d), f), bb) e ccc), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

50 - PROPOSTA Nº. 76/21 - DCS - MEDIDAS SOCIAIS DE MITIGAÇÃO DOS EFEITOS NEGATIVOS DO SURTO PANDÉMICO POR COVID-19: -----

----- I - O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Algumas destas verbas estão sujeitas a serem consideradas pela próxima revisão orçamental, que espero levar em fevereiro à Câmara e à Assembleia Municipal. -----

----- Há aqui uma medida nova que consiste em prestar apoio, nomeadamente com serviços de lavandaria, foi um pedido que nos fizeram para o hospital de retaguarda gerido pelo ACES de Lisboa Ocidental de Oeiras a instalar na Cidade do Futebol e com capacidade para quarenta e quatro camas.” -----

----- A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** esclareceu o seguinte: -----

----- “Há mais medidas novas, a rede alimentar, a bolsa de empregabilidade, o balcão de proximidade, o reforço das equipas de enfermagem para a vacinação e o apoio aos idosos, no âmbito do aquecimento das suas casas.” -----

----- A **Senhora Vereadora Helóisa Apolónia** disse o seguinte: -----

----- “Tendo em conta que temos de dizer em todas as reuniões que há propostas que não entram a horas, só gostava que fosse justificado, pelo menos, porque é que a proposta não deu entrada a horas.” -----

----- O **Senhor Presidente** esclareceu o seguinte: -----

----- “Tem muitas implicações e só ficou pronta agora, é essa a razão, se não fosse urgente não a mandava agendar, é óbvio. -----

-----A proposta é complexa, teve que se fazer o balanço de tudo o que foram os apoios em dois mil e vinte e agora as necessidades para dois mil e vinte e um.” -----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** questionou o seguinte: -----

-----“Trata-se de três ou quatro novos apoios, os restantes já são do ano passado?” -----

-----A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** respondeu o seguinte: -----

-----“Sim.” -----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** retomou a palavra dizendo o seguinte: -----

-----“Nós temos três ou quatro processos novos, os restantes são do programa do ano passado, mas ouvi qualquer coisa que ia haver, por parte de verbas comunitárias, tendo em conta a questão da epidemia, uma libertação de verbas para esse tipo de apoios. -----

-----A questão é que há apoios e as verbas comunitárias são para suportar apoios e tendo em conta que há um processo sobre o qual tem que se dar andamento e não vá a Comunidade Europeia decidir amanhã, ou depois, que os apoios a candidaturas são estes e têm que os apresentar, tendo em conta essa situação não coloco nenhuma questão por causa disso, que não tenha sido cumprido o prazo de fazer chegar esta proposta. -----

-----A proposta entrou no Salão Nobre Digital, no dia um, mais ou menos às catorze horas, tive tempo de a analisar, vi que havia alguns apoios que eram repetidos, mas tem que se continuar a apoiar e, como é evidente tem condições para o fazer com uma verba de quatro milhões trezentos e vinte e três euros, é substancial, isto entronca naquilo que, apesar das críticas feitas há pouco, não pelo Senhor Presidente, mas pelo meu amigo Vereador, que de vez em quando fica muito excitado com as questões do Governo. -----

-----Nesta altura, o Senhor Presidente faz muito bem, independentemente dos erros ou menos erros, independentemente de haver alguns que eu também acho que é demais e haver alguns com falta de planeamento, sentido de responsabilidade, muitas vezes escolhem pessoas que não são as melhores, o que dá azo a um conjunto de erros e confusões, apesar disso, acho que



Câmara Municipal
de Oeiras

vale a pena estarmos todos a remar para o mesmo e aqui a Câmara, mais uma vez, demonstra que está a remar no sentido de ajudar e não no sentido de criticar e, por isso, chega-se à frente neste processo.-- -----

----- Espero, e é essa a reivindicação que tem havido dos Estados Membros Europeus, que haja em relação à pandemia apoios a um conjunto de iniciativas e se houver nós teremos condições com um processo limpo e claro e com tempo para apresentar as candidaturas se as houver. ---- -----

----- Se houver muito bem, é justo ser ressarcido daquilo que a Câmara investiu, se não houver, nós fizemos aquilo que tivemos condições para o fazer, somos solidários, independentemente, da questão das vacinas serem tomadas hoje ou amanhã, o bom é que toda a gente esteja resolvida e não haver uns que se safam e outros não.-----

----- Neste caso, é para toda a gente, de alguma forma, ter alguns apoios que são inevitáveis, não só para a sobrevivência, mas também para a economia.” -----

----- O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Uma nota de esclarecimento para a Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, relativamente a propostas assim nestes termos.-----

----- Neste caso ela teve de ser preparada e ficou pronta agora, mas vou dar-lhe um exemplo, há muitos apoios que nós estamos a dar ao COVID e que nós temos que reagir em cima da hora, que não vão à Câmara, porque o Presidente da Câmara tem competência para despachar e dou-lhe o exemplo de que esta tem que vir à Câmara, porque são, essencialmente, subsídios a instituições e a pessoas e o Presidente da Câmara não tem competência para atribuir subsídios, porque podia-se estar a dar subsídios aos amigos. -----

----- Quando se atribuem subsídios a lei, é uma questão de transparência e de rigor, deve ser filtrado pela Câmara Municipal, é a Câmara que aprova, mas se se trata de investimento ou despesa feita em património da Câmara já não vai à reunião de Câmara. -----

-----Por exemplo, o Pavilhão Carlos Queirós, a Câmara vai ter uma despesa perto de duzentos e cinquenta mil euros para o COVID e já o autorizei desta forma: doze mil euros para o mobiliário, tenho competência para o aprovar, contratação de enfermeiros, já estão contratados, aquisição de doze computadores para instalarem, já dei ordem para os comprarem e isto foi no dia vinte e nove de janeiro, hoje é dia três e na quinta-feira está tudo instalado, não faz parte deste pacote, por acaso podia fazer não como atribuição de subsídios, mas como despesa, no âmbito do COVID.-----

-----Quando fizemos o relatório a apresentar aos Senhores Vereadores e à Assembleia Municipal podiam ter dito há um ou dois meses que ia haver um programa de vacinação e que nós devíamos de estar preparados, mas não, o Governo disse-nos com oito dias de antecedência, agora vocês instalem e nós vamos instalar. -----

-----Esta situação da pandemia obriga-nos, por vezes, a tomar deliberações muito em cima da hora.” -----

-----A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** disse o seguinte:-----

-----“Compreendo isso e acho que, face áquilo que estamos a prever sobre a pandemia, as propostas com ela relacionadas são, justamente, aquelas exceções de propostas que aceitamos que possam muito excecionalmente chegar fora de prazo à Câmara, compreendo isso, se isso for justificável. -----

-----Agora, só gostava é que chegássemos ao final do mandato e conseguíssemos fazer uma reunião onde tivéssemos todas as propostas entradas a tempo e que, no fundo, pudéssemos ter essa situação.” -----

-----O **Senhor Presidente** atalhou o seguinte: -----

-----“Isso não é possível.” -----

-----A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** concluiu o seguinte: -----

-----“Eu estou a ver que não é possível, é por isso que eu estou a dizer isto.”-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a implementação das medidas sociais de mitigação dos efeitos negativos do surto pandémico por COVID-Dezanove, encontrando-se a ser encetadas as diligências necessárias para o reforço das rubricas orçamentais que enquadrarão estas despesas em sede de revisão, no montante total de quatro milhões trezentos e vinte e três mil euros. -----

----- Nos termos da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conforme o previsto na alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas u) e v), do número um, do artigo trigésimo terceiro. -----

----- Lei número cento e cinquenta e um, de dois mil e quinze, de onze de setembro. -----

51 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: -----

----- Às dezanove horas e cinquenta minutos, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Chefe da Divisão de Gestão Organizacional. -----

O Presidente,

(Isaltino Moraes)

A Chefe de Divisão,

(Vera Carvalho)

